



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 177, TERÇA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2017

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 175ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2017

1.1 – ABERTURA	6
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	6
1.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Homenagem ao Dia da Consciência Negra, com destaque para o racismo e as desigualdades que os negros ainda enfrentam no País; e outros assuntos	6
Senador Acir Gurgacz – Reflexão sobre a importância do Dia da Consciência Negra no Brasil; e outros assuntos	13
Senador Elmano Férrer – Homenagem ao 25º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro pelos cem anos de sua existência	16
Senadora Regina Sousa – Alerta para a necessidade de se superar o racismo no Brasil	19
Senador Dário Berger – Comentários sobre a desigualdade socioeconômica no Brasil e sobre as reformas necessárias para mitigá-la	23
Senador José Medeiros – Defesa da encampação do Hospital Regional de Rondonópolis pela Universidade Federal do Mato Grosso; e outros assuntos	27
Senador Lindbergh Farias – Homenagem ao Dia da Consciência Negra no Brasil; e outros assuntos ..	31
Senador Randolfe Rodrigues – Histórico da importância da população negra na colonização do estado do Amapá	38
Senador Cidinho Santos – Considerações a respeito da produção agrícola no estado do Mato Grosso; e outros assuntos	45
Senador Cristovam Buarque – Manifestação pela passagem do Dia da Consciência Negra; e outro assunto	50
1.3 – ENCERRAMENTO	58

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 175ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Paulo Paim - Íntegra do discurso de S. Ex^a, nos termos do art. 203 do Regimento Interno .. 60

2.1.2 – Mensagem do Presidente da República

Nº 443/2017, na origem, que comunica que o projeto de lei que *dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários; altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, a Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, o Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, e a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001; revoga o Decreto-Lei nº 448, de 3 de fevereiro de 1969, e dispositivos da Lei nº 9.447, de 14 de março de 1997, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências* foi sancionado e convertido na Lei nº 13.506/2017. 69

2.1.3 – Projeto de Lei do Senado

Nº 441/2017, do Senador José Medeiros, que *altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a paralisação de obras públicas.* 71

2.1.4 – Requerimento

Nº 988/2017, do Senador Dário Berger, de homenagens de pesar pelo falecimento da Sr^a Derlei Catarina de Luca. 77

2.1.5 – Término de prazos

Término do prazo, em 17 do corrente, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 134/2015 e 82/2017. 80

Término do prazo, em 17 do Corrente, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 228, 267 e 424/2016. 81

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 82

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 85

5 – LIDERANÇAS 86

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 90

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 99

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 104

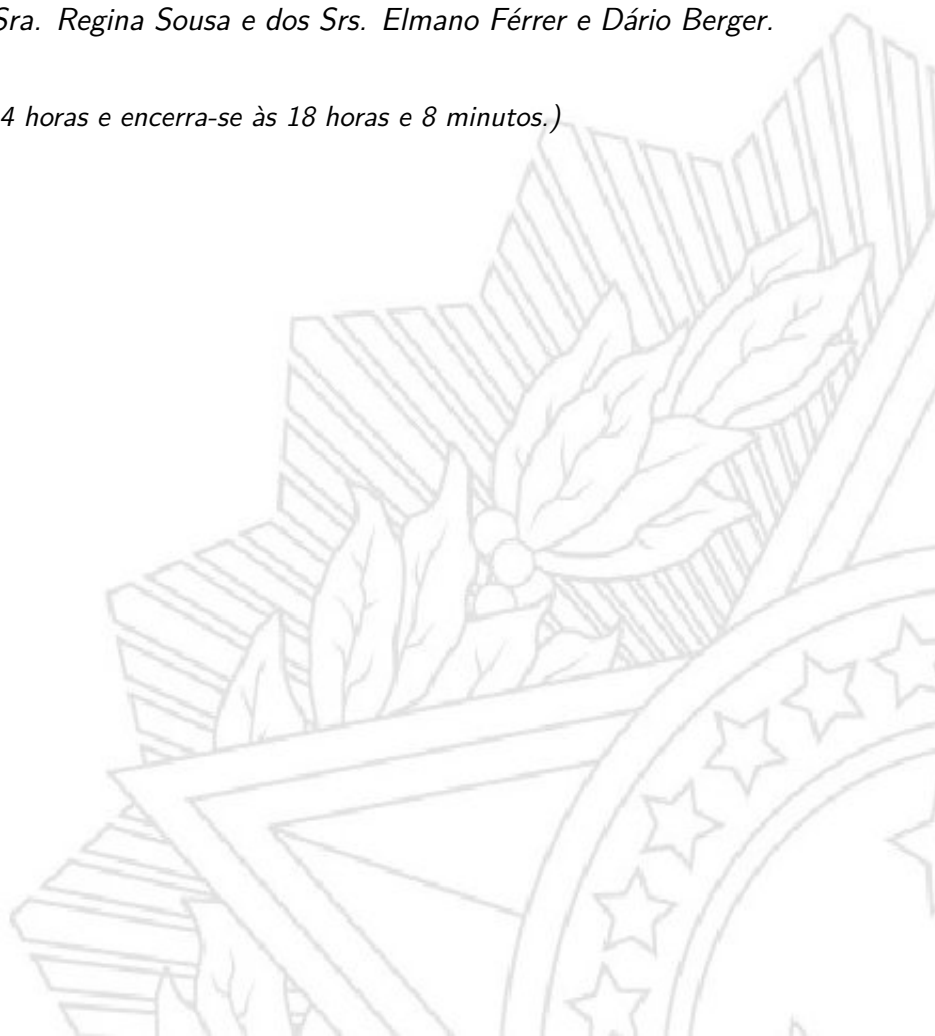
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 152

Ata da 175ª Sessão, Não Deliberativa,
em 20 de novembro de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Acir Gurgacz, da Sra. Regina Sousa e dos Srs. Elmano Férrer e Dário Berger.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 18 horas e 8 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa e que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Iniciando com os nossos oradores, passo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Acir Gurgacz, que preside a sessão, hoje é 20 de novembro, lembra o Zumbi dos Palmares, lembra o Dia da Consciência Negra, eu diria que o mês de novembro é o mês de nós combatermos toda a forma de racismo e preconceito – 20 de novembro é uma data de muita reflexão; data da morte do grande líder Zumbi dos Palmares.

Presidente, o Brasil possui 5.570 Municípios, mas apenas 1.047 celebram e refletem o dia 20 de novembro. A República de Palmares é um dos principais símbolos da resistência desse povo tão sofrido devido à escravidão e ao preconceito que existe ainda hoje no Brasil e no mundo. Mas, enfim, localizado na Serra da Barriga, no Município de União dos Palmares, o Quilombo dos Palmares acolhia brancos, negros, índios, homens, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, todos combatendo a escravidão.

Lembro-me, quando estive também na África do Sul, visitando o Comitê pela Libertação de Mandela, junto com Winnie Mandela, de também lá ver brancos e negros, juntos, praticamente 50% a 50%, todos comprometidos com a liberdade e com a justiça.

O Quilombo dos Palmares destacou-se por sua organização e era um movimento, eu diria, ecumênico até, onde está a árvore de todas as raças. Em 1971 – eu lembro com satisfação –, ativistas de um grupo que envolvia negros e brancos, do Rio Grande do Sul, constatarem a data da execução de Zumbi e iniciaram, então, uma série de comemorações anuais, elevando-a como a data da principal referência no combate a todo tipo de preconceito e, principalmente, claro, do povo negro.

Em 2007, foi implantado, no alto da Serra da Barriga, no então Município de União dos Palmares, o Parque Memorial Quilombo dos Palmares. O local recria o ambiente da República dos Palmares, maior e mais organizado refúgio daqueles que lutaram, tombaram, sofreram; o mais alto refúgio de toda a América contra a escravidão.

Dentro do Parque, foram reconstituídas as mais significativas edificações do Quilombo dos Palmares. Até hoje é considerado um centro não só de turismo, mas de cultura e de formação para todos aqueles que querem conhecer o que foram quase 400 anos de escravidão. O Brasil possui apenas 517 anos – e 400 no sistema escravocrata.

Muitos avanços foram conquistados pela população negra e por brancos comprometidos, contudo, estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que é da ONU, demonstram que o nível de qualidade da população negra está ainda décadas atrasado em relação àqueles que não são negros, mas, como disse um apresentador de televisão, enfim, "isso é coisa de preto".

Mas vamos, de novo, ao documento: Desenvolvimento Humano para Além das Médias. Entre 2000 e 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da população negra

cresceu, em média, 2,5% ao ano, acumulando alta de 28% no período, frente a 1,4% em relação aos não negros – 15% em dez anos.

Sr. Presidente, como disse aquele apresentador de uma TV, infelizmente, "isso é coisa de preto". E, hoje pela manhã, alguns diziam que as Pirâmides surgiram, as primeiras, e "foi coisa de preto". E, como foi dito hoje pela manhã, o sacrifício que esse povo deu para a construção deste País é "coisa de preto".

O Brasil registrou, em 2015, cerca de 60 mil homicídios. Isso significa 28,9 mortes a cada cem mil habitantes. Os números representam uma mudança de patamar nesse indicador em relação a 2005, quando ocorreram 48 mil homicídios, mas esse aumento na morte da juventude negra, alguém pode dizer: "Ah, é coisa de preto".

Aí, vamos avançando, Sr. Presidente.

Os Estados que apresentaram crescimento superior a 100% nas taxas de homicídio durante o período analisado estão localizados principalmente no Norte e no Nordeste. O destaque é o Rio Grande do Norte, com um crescimento de 232%. Em 2005, a taxa de homicídio no Estado era de 13,5 a cada cem mil habitantes. Em 2015 esse número passou para 44,9%. É seguido de Sergipe, do Maranhão, de Pernambuco e do Espírito Santo. Porém, as reduções mais significativas ficaram nos Estados do Sudeste: São Paulo e Rio de Janeiro.

Houve um aumento no número de unidades da Federação que diminuíram a taxa de homicídios depois de 2010.

Especialmente nesse período quedas ocorreram – menos negros assassinados – no Espírito Santo, no Paraná e em Alagoas.

No sentido contrário, houve crescimento intenso das taxas entre 2010 e 2015 nos Estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão.

Enfim, a Pátria mãe gentil chora por seus filhos, mas alguém disse: "É coisa de preto".

Mais de 318 mil jovens foram assassinados no Brasil – 318 mil jovens – em dez anos, entre 2005 e 2015.

Apenas em 2015, foram 32 mil homicídios – eu estou apenas arredondando – de pessoas com idade entre 15 e 29 anos; uma redução de 3,3% somente em relação a 2014.

No que diz respeito às unidades da Federação, é possível notar uma grande disparidade: enquanto em São Paulo houve uma redução de 49,4%, nesses 11 anos, no Rio Grande do Norte aumentou a taxa de homicídios de jovens em 292%, quase 300%.

Ainda de acordo com o Atlas, os negros possuem chances 23% maiores de serem assassinados em relação às outras etnias, já descontado o efeito da idade, da escolaridade, do sexo, do estado civil e bairro de residência.

Na última semana, um jovem negro, um ator, foi assaltado; ele correu, pedindo apoio para o pessoal que trabalha na segurança de São Paulo. Mas o que aconteceu? O segurança achou que ele era o ladrão, que os que o perseguiram eram negros e o entregou para os outros, porque os outros alegaram que ele teria roubado o celular. E o cara era um ator famosíssimo, que, infelizmente, foi espancado; botaram inclusive cachorros em cima dele. Mas como disse um apresentador: "Não dá bola, isso é coisa de preto".

Só destacando, a vítima foi devolvida aos criminosos que o agrediram com chutes, socos e até mordidas de cachorros que se encontravam com os criminosos.

Sr^a Presidente, eu estou abreviando porque é um belo trabalho feito pela equipe do meu gabinete, mas aqui eu destaco também a perseguição às religiões de matriz africana, a intolerância religiosa.

Eu defendo tanto uma visão ecumênica... Seja evangélico, católico, seja de matriz africana, seja espírita, nós temos de ter a liberdade de opinião, de expressão, liberdade religiosa, o direito de ir e vir, não importando qual é a opção religiosa de cada um; e mesmo quanto à agressão que existe de orientação sexual, que também não pode haver discriminação.

Mas, Sr^a Regina Sousa, que preside a sessão neste momento, somente na Bahia, entre 2013 e 2017, foram registrados 98 casos de violência, tendo como fundo a intolerância religiosa.

Os professores Hélio Santos e Marlon Marcos Francisco Nunes dizem não utilizar mais o termo intolerância para atitudes como essa. Retrata esses atos como terrorismo, forjado no racismo. Precisamos criar mecanismos para coibir e penalizar esses atos que ferem a liberdade.

Mas como alguém já disse, alguém diria: "Não, mas isso é coisa de preto".

Devemos olhar um dos principais direitos fundamentais garantidos na Carta Magna: a educação. Olhar para a educação é valorizar professor e professora – e, nesse 20 de novembro, lembrar que há professores e professoras, negros e brancos –; olhar a sociedade, os alunos; investir em políticas públicas; priorizar no orçamento federal, estadual e municipal ações, programas, com objetivos educacionais.

Não adianta pensarmos em mudar o Brasil se ainda existem crianças sentadas no chão para estudar – como foi o caso aqui do Brasília, desmaiando de fome na sala de aula.

Quero falar ainda da Lei nº 10.639, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo o debate de toda a formação do povo brasileiro, não negando a história de ninguém: do italiano, do alemão, do polaco, do japonês, do africano, do índio. Por que não contar na sala de aula a verdadeira história da formação desse povo lindo, que é o povo brasileiro? A lei é maravilhosa, Sr^a Presidente, pois trata apenas disto: contar a verdade dos fatos dos nossos antepassados.

Eu me lembro, quando na sala de aula, dos coleguinhas que diziam: "Não, meus avós vieram da Itália". Outro dizia que vieram da Alemanha; outro dizia que vieram do Japão, e eu, com a maior tranquilidade, dizia: "Os meus antepassados vieram da África", porque a criança não é racista. Como disse Nelson Mandela um dia: como é bonito, como é gostoso, prazeroso, você ensinar uma criança a amar outra, e como é ignorante, como é truculento, como é perverso querer que uma criança odeie outra pela cor da pele.

Sr^a Presidenta, nós temos de investir cada vez mais na educação. Precisamos do esforço de todos – brancos, negros, índios – independente da idade, se é mulher, se é homem, adolescente ou criança. Nós temos de combater todo tipo de preconceito, seja de raça, de sexo, de cor, de idade, enfim, qualquer forma de discriminação.

Para mim, novembro é isto: é o mês de combater todos os preconceitos.

E eu falava antes, aqui, do preconceito religioso. Todos têm direito a ter a sua religião. Eu falava aqui da orientação sexual. Que se respeite a orientação sexual de cada um.

Mas lembro aqui um Município do meu Rio Grande do Sul. Sr^a Presidenta, eu tenho orgulho de dizer... Às vezes, falam: "Não, o povo do Sul é o mais preconceituoso." Eu estou há 32 anos no Parlamento. Fui, por quatro vezes, o Deputado Federal mais votado e, por duas vezes, Senador. E, aqui, quantos Senadores negros e negras temos? Talvez eu e V. Ex^a, Senadora – talvez eu e V. Ex^a. Mas nem por isso eu deixo de agradecer ao povo gaúcho.

Estive lá agora, nesses 15 dias. Passei por mais de 20 cidades, falando sobre reforma trabalhista, reforma previdenciária; falando sobre o congelamento dos investimentos no País pelos próximos 20 anos, como está proposto e foi aprovado; falando da importância das eleições de 2018. E fiquei muito triste mesmo, confesso, quando vi, numa TV, aquele comentário de que uma buzina tocando na rua era coisa de preto – mas já falei aqui sobre isso.

No Senado Federal, o número é mais preciso: com 81 Senadores, apenas quatro, em toda a história deste Parlamento, assumiram a sua história, a sua vida e a cor da sua pele.

Nós temos que trabalhar muito para que estejamos aqui com negros, com brancos, com índios, com um número maior de mulheres. É inegável o preconceito contra as mulheres.

Eu acredito que as cadeiras do Congresso Nacional estarão muito mais floridas com mais mulheres aqui presentes; estarão mais floridas se aqui nós encontrarmos – por que não? – negros, índios, brancos, japoneses, enfim, pessoas de todas as etnias, de todas as raças, migrantes ou imigrantes.

O processo político de um país, para que chegue a ser de Primeiro Mundo, passa, Sr^a Presidenta, por nós termos claro que as palavras de Martin Luther King têm que ressoar aqui dentro também. O que é que disse, um dia, Martin Luther King? "Eu sonho com um país onde homens e mulheres, independentemente da religião ou da sua orientação sexual, brancos, negros, índios, enfim, sentem à mesa, desfrutando da sombra da mesma árvore, e dividam o mesmo pão." O sonho da igualdade entre negros, brancos, índios, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, jovens, independentemente de origem, raça, sexo, cor, religião, tem que se tornar realidade.

Lembro aqui alguns líderes da história que deram sua vida sempre combatendo o preconceito: Aquilino, Zumbi, Abdias do Nascimento – todos mortos –; Luiza Bairros; Lua, militante do Movimento Negro de Porto Alegre...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... Irmã Dorothy, Chico Mendes, Oliveira Silveira, Galdino Pataxó e muitos outros guerreiros e guerreiras que estarão sempre juntos conosco, na busca de um País onde a diversidade do nosso povo seja contada, cantada e aplaudida.

Viva a diversidade!

Há uma pequena poesia, Sr^a Presidenta, escrita por Oliveira Silveira. Ele, que era um poeta e adorava escrever poesia. Eu o conheci, e ele disse:

... Encontrei minhas origens
Na cor de minha pele
Nos lanhos de minha alma
Em mim
Em minha gente escura
Em meus heróis altivos
Encontrei
Encontrei-as enfim
Me encontrei

Axé.

Eu achei muito bonita essa poesia dele, reconhecendo a sua história e a sua caminhada.

Sr^a Presidenta, eu vou aproveitar esses cinco minutos, porque eu havia me comprometido de que faria um pequeno relato aqui.

Na semana passada, Sr^a Presidenta, estive, no meu Estado, em 15 Municípios: Ivoti, Itaquara, Viamão, Ipê, Antônio Prado, Vacaria, Novo Hamburgo, Alvorada, Lajeado, Pelotas, Capão do Leão, Rio Grande, Porto Alegre, Novo Hamburgo, Canoas e Gravataí.

Em Taquara, participei como palestrante em uma aula pública no Centro Índio César Brasileiro, organizado pelo Comitê Regional contra a Reforma Trabalhista e Previdenciária.

Estavam presentes o Ministério Público do Trabalho, na figura do Dr. Rogério, e representantes de todas as centrais sindicais, como a CTB, Abigail, CUT, Simone, Nova Central, Sindicato dos Sapateiros, Sindicato dos Bancários, não só dali como também do Vale do Paranhana, Sindicato dos Comerciários, entre outros.

Foi um evento plural, intersindical, numa visão daquilo que eu defendo como Frente Ampla pelo Brasil: todos unidos na construção de um País melhor para todos.

Recebi inúmeros documentos, como aquele que é contra – e eu também sou contra – a privatização do Banrisul. O Sindicato dos Bancários me entregou um documento com milhares de assinaturas. Da mesma forma, recebi um documento contra a extinção da Justiça do Trabalho, também com muitas assinaturas.

Depois fui a Viamão, onde falei para idosos, negros, e pelas emissoras locais.

Na sexta-feira, ainda em Viamão, participei da Festa das Maiorias, evento alusivo aos idosos, negros, mulheres e deficientes.

Aí participei também, em estrada, da Rádio Santa Cecília e da Rádio Velha Capital. E, com a Fetapergs, eu fui pelas estradas.

Foi um papo muito interessante. O PCdoB estava presente, o seu Deputado Federal Assis Melo, a Fetapergs/RS, o José Pedro, Presidente... E, aí, fomos conversando.

Conversei também na Serra Gaúcha, Ipê, Antônio Prado e Vacaria – como eu falava aqui –, onde, em cada lugar, fui recebido com muito carinho.

Em Antônio Prado, almocei na FenaMassa, um dos mais importantes eventos daquela região.

Em Ipê, capital nacional da agroecologia, a convite da jovem Vereadora Gislaiane Ziliotto, que reuniu dezenas e dezenas de pessoas para debater previdência e também a questão trabalhista.

Em Vacaria, na Câmara de Vereadores, também um grande debate. Ali presente também a Frente Brasil Popular, Povo sem Medo e diversos partidos. Foi um grande evento, liderado, presidido por um vereador do PTB, o Marcos Lima. Teve também o Deputado Federal Henrique Fontana, o ex-prefeito da cidade, Elói...

De Vacaria, Pelotas, Taquara, Alvorada, Rio Grande... Foram tantas cidades, que eu tinha que agradecer aqui o carinho com que fomos tratados. O que eu mais ouvi foi: "Não mude." "Continue assim." "Coragem." "Resista." "Nós estamos com você."

Estive nos institutos...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... federais também, fazendo palestra para professores e alunos. Por exemplo o IF sul-rio-grandense, *Campus Avançado* Novo Hamburgo. Ali fizemos um belo debate sobre o que está acontecendo na educação, no ensino técnico.

Fui a Lajeado, a um sindicato dos trabalhadores de toda a região, acompanhado de Dionilso Marcon, Elvino Bohn Gass. Lá tratamos do mundo do trabalho e da previdência.

Passei, em seguida, pela região sul. Realizei roteiro de atividades na cidade de Pelotas, Rio Grande e Capão do Leão. Fui às universidades, fui a portas de fábricas, acompanhado pelo Deputado Zé Nunes, Míriam Marrone, Prefeito Alexandre Ündemayer; Prefeito de Capão do Leão, o Mauro Nolasco; o Presidente da CUT, Claudir Nespolo; e o ex-prefeito de Pelotas Fernando...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... Marrone.

Participei ainda, em Pelotas, Sr. Presidente, da Feira do Livro, onde eu lanço livro todo ano. E este ano lancei o livro *Dragão debaixo da cama*, que trata, na verdade, das reformas da previdência e trabalhista. Foi muito saboroso, muito gostoso eu estar na Princesa do Sul, onde mais de 300 livros foram autografados.

Recebi um documento do Pibid, naquela tarde, por mais de 300 jovens que não admitem a retirada dos recursos para que os estudantes possam, amanhã ou depois, ser professores. Foi um evento que fotografei, filmei, e vou passar num evento que vamos ter aqui.

Além disso tudo, Sr^a Presidente – eu quero terminar agora –, na cidade do Rio Grande, tivemos um belo debate sobre esses mesmos temas, também na universidade, como em Pelotas.

E eu...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... poderia só dizer, no final, que, de todo esse roteiro, eu fiquei convencido: não há condição de este Governo achar que vai passar ainda, aqui, a reforma da previdência. Não há condição de passar.

Há uma revolta enorme: as pessoas, engolindo a trabalhista, mas sabendo que ela não vai ser aplicada; os empresários, de todas as cidades que eu passei e que conversaram comigo – estive também em São Leopoldo. Vejo aqui o Prefeito Ary Vanazzi, Vereadora Ana Afonso... –, todos dizem que essa reforma não pega, não há como, é uma lei que não vai pegar. Os acordos que os sindicatos estão fazendo é tudo pela lei normal, que é a CLT, e não pela confusão dessa dita reforma.

E a da previdência, só se rasgarem o Regimento; só se rasgarem a Constituição. Eles não têm dez dias úteis. Não têm dez dias úteis.

E todo o mundo...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... sabe que votação, aqui, é terça e quarta. *(Fora do microfone.)* Como é que vão querer fazer reforma da previdência, resolver o problema dessas medidas provisórias que apresentaram aí, que estão pior que o projeto original, a maioria com a redação confusa?! E me dizia hoje o juiz do Trabalho: "A esculhambação está enorme!"

Mas eu termino dizendo, Sr^a Presidenta, que eles não vão aprovar. Não há como. Só se atropelarem, aqui, Deus e o mundo. Nós temos todo o direito de fazer obstrução. São cinco sessões. Como é que eles vão fazer isso? Não têm como fazer.

Mas, termino cumprimentando Porto Alegre. Lancei um livro também na Feira do Livro de Porto Alegre. Foram mais de 600, 700 pessoas na fila, Sr^a Presidenta. Alguns me diziam – meus

colegas do Plenário: "Mas tu não achas que político está desgastado?" E, ao chegar à Feira do Livro, aquela baita fila. Só aplausos.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só carinho.

Eu quero agradecer muito a Porto Alegre e à região. Houve uma hora em que havia mais de 150 pessoas na fila, e eu só escrevia: "Abraços do Paim." "Abraços do Paim." "Abraços do Paim." Se fosse escrever uma dedicatória mais longa, eu acho que estaria lá até hoje, assinando.

Então, muito obrigado ao povo gaúcho pelo carinho. E todos queriam falar um pouquinho mais, queriam me dar um abraço – e eu dava, dentro do possível, claro, mas para não prejudicar os que estavam na fila.

Então, se eu não falei mais, não abracei mais, foi porque a fila era muito longa e eu não tinha como. Mas pode saber o senhor e a senhora que vinham ao meu ouvido e diziam "resista. Resista. Não se entregue. Nós estamos com você"... Aquilo era emocionante. A palavra que eu mais ouvi foi "resistência". "Nós estamos com você." "Faça e continue fazendo lá o bom combate."

E eu acredito – e repito, para terminar...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que eu bebi muito o que eu chamo "da fonte", "da energia do povo". Voltei de lá muito mais preparado para aqui dialogar, debater e avançar, no sentido de que a gente possa, caminhando junto, reescrever a história deste País. Mas quero reafirmar que a essas medidas provisórias eu apresentarei mais de 40 emendas. Estão todas prontas já. Vamos debater e aprofundar a nova reforma trabalhista, porque é outra reforma agora. Não há problema. Vamos fazer o debate.

Depois, se quiserem, vamos recomeçar a história da Previdência, que é outra discussão e é PEC. Eu quero ver 309 votos na Câmara e 48 votos aqui. Vocês não têm. Esqueçam isso.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos deixar que o Presidente eleito em 2018 faça o ajuste que a CPI pediu, que é de gestão somente. São trilhões de dinheiro que foram desviados. Mas vamos ficar só com os dados da Anfip. São bilhões, então. Se tomarmos a média da Constituinte para cá, com certeza vai dar mais de 70 bilhões de superávit. Não adianta querer pegar só o último aninho, agora – este ano que vocês assumiram. Aí não adianta. Não tem graça. Vamos pegar a média. Onde foram parar esses bilhões e bilhões? Onde é que foram parar os 30 bilhões, todo ano, de apropriação indébita do Refis? São centenas de bilhões que sumiram. Onde foram parar?

Obrigado, Sr^a Presidenta. Peço que considero, na íntegra, o meu pronunciamento.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR PAULO PAIM. (Vide item 2.1.1 do Sumário)

(Inseridos nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

(Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Regina Sousa.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Serão considerados, Senador. Obrigada.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz, do PDT, de Rondônia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado e da Rádio Senado, hoje, 20 de novembro, é o Dia Nacional da Consciência Negra no nosso País, uma data importante para refletirmos sobre a participação dos negros, do povo e da cultura africana, na identidade brasileira. É um dia para comemorarmos e mostrarmos profundo apreço pela cultura afro-brasileira, pela população negra de nosso País, mas também é um dia para refletirmos sobre a reparação histórica que ainda temos que fazer sobre o passado de escravidão e de preconceito com os negros brasileiros.

O Brasil é o resultado da união de muitos povos, de uma miscigenação étnica muito grande, mas os negros (pretos e pardos) são a maioria da população brasileira, representando 53,6% da população do nosso País. Essa presença é marcante na cultura brasileira, na música, no futebol, na alegria da nossa gente, na culinária, na religiosidade, no trabalho, na criatividade e na capacidade de empreendedorismo do povo brasileiro, mas também na luta diária de muitos negros contra o preconceito.

Os negros que vieram da África para o Brasil foram submetidos, com muito sofrimento, ao regime de escravidão imposto pelos colonizadores europeus, mas não perderam a identidade, a coragem e a força de lutar por dias melhores, contra todo tipo de preconceito, principalmente pelo simples fato de serem negros e pobres.

Hoje os negros ainda são a maioria entre a população mais pobre do nosso País, são maioria entre a população carcerária e são a minoria nas universidades e entre os mais ricos. A população que se identifica como preta ou parda até cresceu entre a parcela 1% mais rica da população brasileira, cuja renda média é de R\$12 mil por habitante. Mesmo assim, segundo dados do IBGE, os negros representavam apenas 17,4% da parcela mais rica do País – isso em 2014. Do outro lado, na população que forma o grupo dos 10% mais pobres, com renda média de R\$130,00 por pessoa na família, os negros continuam maioria. O percentual aumentou nos últimos dez anos: em 2004, 73,2% dos mais pobres eram negros, patamar que aumentou para 76% em 2014. Esse número indica que três em cada quatro pessoas que estão na parcela dos dez mais pobres do País são negras.

As desigualdades étnico-raciais junto com as socioeconômicas constituem eixos da matriz da desigualdade social no Brasil. Portanto, é por isso que temos de valorizar e estimular os movimentos sociais e políticos de resistência, como o Movimento Negro do nosso Partido, o PDT, que, inspirado na figura da maior liderança negra do nosso Partido, o ex-Senador Abdias Nascimento, faz um importante trabalho na valorização cultural de estímulo à participação política e ao empoderamento dos negros no Brasil. Aproveito para mandar um grande abraço ao Presidente nacional do Movimento Negro do PDT, meu amigo Ivaldo Paixão, e ao Antônio Neto, que é Presidente do Movimento Negro do nosso Estado de Rondônia. Em nome deles, saúdo e cumprimento todos os que, dia após dia, lutam pelo fim dos preconceitos contra a população negra, pela reparação histórica e por oportunidades iguais para todos.

Outro tema, Sr^a Presidente, que eu faço questão de abordar é o fato de, nesse domingo, a Igreja Católica ter celebrado o primeiro Dia Mundial dos Pobres. O Papa Francisco celebrou uma

missa e serviu um almoço no Vaticano para milhares de pessoas excluídas socialmente. Na missa, o Papa pediu aos fiéis que lutem contra a indiferença em relação aos mais necessitados. "Temos talentos, somos talentosos aos olhos de Deus. Portanto, ninguém pode se considerar tão pobre a ponto de não poder dar nada aos demais", disse o Papa Francisco. "Não fazer nada de mal não basta. Deus é um Pai em busca de seus filhos a quem confiar seus bens e seus projetos", acrescentou o Papa, ressaltando que a "omissão perante os pobres também é um pecado". "Isso tem um nome preciso: indiferença. É como dizer 'isso não é problema meu, é culpa da sociedade'", exortou o Papa. Portanto, que esse Dia Mundial dos Pobres se torne um forte apelo à nossa consciência, como nos pede o Papa Francisco, e que possamos também criar e manter políticas públicas e ações sociais voltadas aos pobres.

Outro tema que eu trago para registrar, Sr^a Presidente, é a falta de energia elétrica no interior do nosso Estado de Rondônia, a precária e insuficiente rede de distribuição de energia elétrica no interior de Rondônia e a necessidade urgente de acelerarmos os projetos de modernização e ampliação da rede de distribuição da Eletrobras no nosso Estado de Rondônia.

Na semana passada, nos dias 16 e 17, participei da 1^a Feira do Agronegócio do Leite do Estado de Rondônia (Rondoleite). Saúdo o Governador Confúcio Moura, o Secretário da Agricultura, Padovani, todos os funcionários da Emater e toda a equipe de Governo, que fizeram um belíssimo trabalho na Rondoleite. Na abertura, falei sobre a importância da organização e do fortalecimento dessa importante cadeia produtiva para a agricultura familiar, para o agronegócio e principalmente para a economia do nosso Estado e para a renda dos nossos agricultores. Quem acorda cedo pra tirar leite todo dia merece respeito e atenção do Governo, com políticas públicas que assegurem a qualidade do leite e um preço justo para o produtor, para os laticínios e principalmente para os consumidores brasileiros.

Conversei muito com produtores de leite e com representantes dos laticínios, e, por incrível que pareça, o que mais está prejudicando o setor é a oscilação na distribuição da energia elétrica pela Eletrobras. Em Municípios como Governador Jorge Teixeira, Buritis, Espigão d'Oeste e Machadinho, e também nos distritos de Nova Dimensão, Jacinópolis e Palmeiras, falta energia quase todo dia por períodos superiores a duas horas. Há dias em que essas cidades ficam mais de meio dia sem energia elétrica. Desse jeito, não há produção agrícola que se desenvolva e não há leite que resista, pois os equipamentos para resfriamento não podem ser ligados, o que compromete toda a produção dessas famílias.

Fica aqui mais uma vez o nosso apelo aos diretores da Eletrobras e ao Ministro de Minas e Energia, Dr. Fernando Coelho Filho, para que atendam com urgência ao clamor dos agricultores pelo fornecimento de energia elétrica com qualidade e regularidade no interior e nas cidades do nosso Estado de Rondônia. Recentemente, no dia 15 de setembro, estivemos numa reunião com o Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, Fábio Lopes Alves, quando conseguimos assegurar R\$179 milhões para a ampliação das ligações de energia nos Municípios do interior do Estado, através do Programa Luz Para Todos. Desses, R\$32 milhões serão destinados para a quinta etapa do programa, que teve início em outubro, atendendo a 6 mil ligações; e os outros R\$147 milhões serão para assegurar mais 17 mil ligações até o final do programa, beneficiando diversos Municípios, distritos e linhas rurais do interior do Estado. Esse programa terá início no começo do ano que vem e terminará no final do ano ou no ano seguinte.

No entanto, não adianta apenas fazermos essas ligações se não houver a modernização e ampliação das redes de distribuição. Queremos, além dessas novas ligações para as propriedades

rurais, que a instalação dos quatro linhões previstos para o interior de Rondônia seja iniciada com urgência. Muito se falou, muito se prometeu, mas, até agora, não houve ainda o processo licitatório para o início dessas obras. Serão quatro linhões de transmissão de energia para interligar os Municípios de Presidente Médici a Costa Marques, de Ariquemes a Buritis; de Jaru a Machadinho d'Oeste e de Porto Velho ao distrito de Extrema.

Quem presta e executa esses serviços em Rondônia é a Eletrobras, que o Governo Federal quer privatizar. E, por conta disso, a população de Rondônia está insegura, sofrendo com os constantes apagões e ainda não tendo os benefícios e as contrapartidas de ter se tornado um grande produtor e também exportador de energia elétrica do nosso Estado para diversos Estados brasileiros. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, as novas ligações do Luz para Todos e esses quatro linhões, além de a modernização das redes estão assegurados e serão iniciados este ano, antes de se apresentar a proposta de privatização, mas o que nós precisamos ver é isso acontecer de fato, pois vários anúncios já foram feitos, e, até agora, a população não viu nada.

E população continua sofrendo, Senadora Regina, que preside esta sessão, pela falta de energia e, quando há a energia, pela instabilidade da energia, prejudicando muito a produção agrícola e, principalmente, a industrialização no nosso Estado.

Com prazer, ouço o Senador Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Senador Acir, quero parabenizá-lo, porque V. Ex^a falando parecia até que V. Ex^a estava falando do Estado de Mato Grosso. Aliás, os nossos Estados são muito parecidos quando falamos em termos de infraestrutura, energia, aviação. Existe um Município no meu Estado chamado Guiratinga, um dos Municípios mais antigos do Estado, onde existe uma grande jazida de manganês. E uma empresa de Minas Gerais começou a extrair manganês lá. Era para ter construído um alto-forno, o que poderia ter desenvolvido a cidade e gerado emprego, e não o fez, porque justamente não há o linhão, não há energia. Eu tenho ido constantemente ao Ministério de Minas e Energia tentando ver se faz. São apenas 60km de linhão, que poderia desenvolver aquela região. Então, quando vejo V. Ex^a falando da BR-364, que também é uma rodovia que passa por Mato Grosso, falando da aviação regional e falando da questão da energia, são assuntos que dizem diretamente ao Estado de Mato Grosso. Eu faço, com sua permissão, minhas as suas palavras e o parabenizo por tratar desse tema muito importante e muito caro ao Estado de Mato Grosso também. Muito obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Medeiros, por seu aparte. Infelizmente, Senador Medeiros, os governos se preocupam muito com o Sul e com o Sudeste e se esquecem muito do Norte do nosso País. Nós estamos nessa posição e sofremos pela falta de presença do Estado nas questões de obras estruturantes e de infraestrutura, rodovia, energia elétrica.

Mesmo, hoje, Rondônia sendo um produtor e exportador de energia elétrica, vemos a nossa energia passar para todo o Brasil, o que é normal e importante – Rondônia dá a sua parcela de contribuição para o nosso País –, mas há algumas regiões do Estado que não estão interligadas pelo linhão, pela energia que é produzida no nosso Estado de Rondônia, trazendo, dessa forma, um prejuízo muito grande para o nosso Estado. Agora, estamos em transformação. Isso deve acabar, com certeza, como já acabou nas principais cidades do Estado de Rondônia, todas elas já interligadas pelo linhão. Faltam algumas linhas transversais para poder chegar energia elétrica de qualidade e com segurança a toda população do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

A próxima inscrita, pela ordem de chegada, seria eu, Senador Elmano, mas eu vou fazer uma proposta: o senhor fala e, depois, preside para eu falar. (*Pausa.*)

Então, com a palavra o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Minha estimada Senadora Regina Sousa, que preside esta sessão e que também engrandece o Piauí aqui, nesta Casa, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna prestar uma homenagem ao 25º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro, instituição militar cujo nome está marcado na história do Estado do Piauí.

Há cem anos, precisamente em 17 de novembro de 1917, por determinação de S. Ex^a o Ministro da Guerra José Caetano de Farias, nascia o 25º Batalhão de Caçadores no Estado do Piauí, sediado na cidade de Teresina, a partir de um efetivo oriundo do 48º Batalhão de Caçadores de São Luís, somado aos 135 voluntários do Piauí, sob o comando do Capitão Domingos Monteiro.

Desde a sua criação, o batalhão desempenhou importante papel em nosso querido Piauí, em diversos recantos do Território nacional e no exterior. O 25º BC atuou no combate à Coluna Prestes, sendo responsável pela prisão de Juarez Távora, à época Coronel do Exército, um de seus principais líderes, em janeiro de 1926.

Naqueles anos de intensa turbulência política nacional, também combateu a Revolução Paulista de 1924, que objetivava derrubar o Presidente Arthur Bernardes.

Seis anos depois, minha estimada Senadora Regina Sousa, o 25º Batalhão de Caçadores do Piauí participou da Revolução de 1930, que culminou no golpe de Estado, deposição do Presidente Washington Luís, revogação da Constituição de 1891, fechamento do Congresso Nacional e ascensão de Getúlio Vargas, marco histórico do fim da República Velha e início da Era Vargas.

O 25º Batalhão de Caçadores participou da Revolução Constitucionalista de 1932, movimento armado que buscava a deposição de Getúlio Vargas e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, promessa não cumprida de Getúlio Vargas ao iniciar o Governo Provisório.

Nos anos seguintes, Sr^{as} e Srs. Senadores, o batalhão atuou, ainda, no resgate da ordem, em 1935, combatendo a Intentona Comunista e, em 1938, enfrentando o movimento Integralista.

Minha Presidente Regina, Sr^{as} e Srs. Senadores, a atuação do 25º Batalhão de Caçadores vai além das nossas fronteiras. Seus homens integraram a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial, enfrentando as forças do Eixo; fizeram parte do Batalhão Suez, atuando na Faixa de Gaza, na primeira missão de paz da ONU. Em 2008 e 2009, parte do efetivo piauiense foi selecionado para participar da missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti, fato que se repetiu em 2012, quando o país foi devastado por um terremoto de sete pontos na escala Richter.

Diversos segmentos da sociedade usufruem dos préstimos rotineiros do 25º BC. Para a Justiça Eleitoral, por exemplo, ele atua como garantidor da segurança e da ordem nos períodos eleitorais. Na saúde pública, o batalhão realiza campanhas de vacinação, ações de combate ao *Aedes aegypti*, presta apoio ao Programa Mais Médicos. Realiza a segurança durante as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e dá, ainda, apoio em operações de amplo espectro a

diversos órgãos públicos, como Corpo de Bombeiros, DNIT e Defesa Civil. A grave crise de segurança pública que o Brasil atravessa provocou o envolvimento do 25º Batalhão de Caçadores nesta questão nos últimos anos. A greve da Polícia Militar do Estado de Pernambuco em 2016 e a crise do sistema prisional do Rio Grande do Norte, em 2017, fizeram com que tropas do batalhão fossem destacadas para garantir a segurança nas ruas do Recife e de Natal.

Sr^a Presidente, meus senhores, minhas senhoras, não obstante esse rol de ações do 25º BC, um dos maiores símbolos da sua importância para a população é o seu envolvimento nas operações carros-pipa. Já se vão mais de 18 anos de atuação incansável na luta para combater os efeitos da seca. Hoje o 25º BC atua em 60 Municípios piauienses, levando água potável para mais de 200 mil habitantes da zona rural do Semiárido piauiense, sedentos de água e de justiça social. Dessa forma, Sr^a Presidente, o Exército chega onde os governos deveriam ser mais presentes e tenta aliviar um drama secular que há muito deveria estar equacionado e solucionado pelo setor público.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nome do sofrido povo do nosso Sertão, faço questão de agradecer aqui ao Exército Brasileiro, por abrandar a sede destes cidadãos, destas vítimas do desinteresse histórico da nossa classe política em soluções definitivas para este drama, que, para nossa vergonha, atravessa os séculos sem a devida atenção.

Anualmente, Sr^a Presidente, são gastos no Brasil cerca de R\$1 bilhão com operações carros-pipa. Somente no Piauí, as cifras ultrapassam R\$100 milhões a cada ano. É um imenso volume de recursos públicos indispensável para garantir a sobrevivência de milhares de vítimas da seca, mas que não passa de paliativo, pois o drama se repete e se agrava a cada período de estiagem.

Sr^a Presidente Regina Sousa, minhas Sr^{as} e Srs. Senadores, as questões hídricas são objeto de minha atenção constante no exercício parlamentar, e, nesse sentido, estamos desenvolvendo várias ações. Temos buscado recursos para sistemas de abastecimento de água em diversos Municípios do Piauí. Trabalhamos pela criação do Comitê Gestor da Bacia do Rio Parnaíba. Apresentamos projeto de lei de revitalização da bacia hidrográfica do Rio Parnaíba. Estamos fomentando a discussão sobre a transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco. E temos lutado pelos estudos e projetos para implantação da Adutora do Sertão, uma obra que, caso se mostre viável, poderá levar água de excepcional qualidade do Aquífero Subterrâneo Cabeças, no Vale do Gurgueia, para até 600 mil pessoas em 51 Municípios do Semiárido piauiense, de modo sustentável e perene.

Já conseguimos, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, junto ao Governo Federal a garantia dos recursos necessários para os projetos da adutora. E o edital de licitação, estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental já estão em elaboração pela Codevasf. É o ponto de partida para esta obra, que pode ser a solução definitiva para o secular problema da seca no Sertão piauiense.

Sr^a Presidente Regina Sousa, minha estimada Senadora, companheira de Bancada, neste um século de existência, o 25º Batalhão de Caçadores encarnou com bravura e comprometimento o lema que representa o Exército Brasileiro: "Braço Forte – Mão Amiga".

Faço minhas, meus senhores e minhas senhoras, as oportunas palavras do comandante do 25º Batalhão de Caçadores, Tenente-Coronel Francisco Nixon Lopes Frota: "Os cem anos do batalhão no Piauí evidenciaram esse lema. De um lado, a nobre missão de defender a Pátria, atividade fim de uma organização militar de infantaria; do outro, as ações subsidiárias de ajuda à população e às missões de paz que compõem a mão amiga."

Parabéns, pois, aos bravos homens que fazem parte da história centenária do 25º Batalhão de Caçadores, e, em nome de todo o povo piauiense, quero agradecer por seus relevantes serviços prestados à Nação e ao nosso Estado.

Eram essas, minha estimada Presidente, as palavras que tínhamos a pronunciar nesta tarde em relação ao centenário do 25º Batalhão de Caçadores, instalado em Teresina, capital do nosso querido Estado do Piauí.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr^a Presidente, eu queria consultar a V. Ex^a se chegou à Mesa do Senado Federal neste dia requerimento de minha autoria em que solicito um voto de pesar pelo falecimento, não sei se V. Ex^a já leu o requerimento...

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Chegou e foi despachado já.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Vai despachar? Vai despachar agora?

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não, foi despachado.

O senhor pode ler o voto, então.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Sem revisão do orador.) – Então, vou me antecipar a V. Ex^a para dizer o seguinte.

Eu estou requerendo, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção na ata de voto de pesar pelo falecimento, no dia 18 de novembro do corrente ano, da professora e defensora dos direitos humanos Derlei Catarina de Luca bem como também a apresentação das condolências à família.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso representou um adeus à Sr^a Derlei Catarina de Luca, que era a voz de Santa Catarina pelos direitos humanos.

O Brasil perdeu, no sábado passado, Derlei Catarina de Luca, aos 70 anos. Professora e escritora, não venceu a batalha que travava contra um câncer. Catarinense, natural de Içara, Derlei era reconhecida no País como uma das principais vozes a denunciar os horrores praticados pela ditadura militar.

Trazia no corpo as marcas das intermináveis sessões de tortura a que teria sido submetida nas vezes, nos momentos em que ficou presa em São Paulo na Operação Bandeirantes. Após conseguir fugir, exilou-se no exterior e só voltou ao Brasil em 1979, com a Lei da Anistia.

Desde então, desde 1979, 1980, dedicou-se ao resgate da memória dos desaparecidos políticos nos anos de chumbo do Brasil. Fundou o Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos e o Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça.

Sua maior batalha, desde então, foi a incansável pesquisa para descobrir o destino do seu amigo, o Deputado catarinense Paulo Stuart Wright, morto em 1973 e até hoje desaparecido.

Em 2005, Sr^a Presidente, [em] uma matéria assinada por Renê Müller e Marcos Espíndola, publicada no *Diário Catarinense* (...), [com] o título "O bebê que driblou a ditadura", os repórteres contaram a saga de Derlei, que teve de abandonar o próprio filho para fugir da perseguição política e só foi (...) [reencontrá-lo] [muitos] anos depois.

Derlei era, antes e acima de (...) [tudo], uma humanista, [uma] democrata convicta. Lamentavelmente, palavras em desuso em tempos de ignorância e intolerância [sobretudo] nas redes sociais [fazem o dia a dia dos brasileiros e das brasileiras.]

Portanto, Sr^a Presidente, era esse o requerimento que eu queria apresentar. E, evidentemente, quero me solidarizar com todos os democratas, todos os ativistas, todos aqueles que lutam pelos direitos humanos e, sobretudo, com os seus amigos, com a sua família e com a sua luta.

Fica aqui, então, os meus votos de pesar e meu profundo sentimento pelo desaparecimento da Sr^a Derlei Catarina de Luca, a voz de Santa Catarina pelos direitos humanos.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Dário.

Solidariedade à família também.

Certamente a luta pelos direitos humanos fica empobrecida, mas outras pessoas vão seguir o exemplo dela.

Eu queria convidar o Senador Elmano para presidir aqui, enquanto eu uso a palavra.

(A Sr^a Regina Sousa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Concedo a palavra à nobre Senadora Regina Sousa, do PT do meu querido Estado do Piauí.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, outras pessoas que nos acompanham pelas redes sociais.

Hoje eu não poderia falar de outra coisa – já falamos na Comissão de Direitos Humanos – que não fosse sobre o dia de hoje. Não sobre o dia em si, mas sobre a luta da população negra para ser reconhecida, ser vista, ser enxergada neste País como uma população igual a qualquer outra.

E eu trouxe mais dados para refletirmos. Não fiz um discurso seguido, mas trouxe algumas questões para serem tematizadas, porque a temática do racismo gera, ainda hoje, grande polêmica quando se discute, no caso brasileiro.

O País tido e havido como uma verdadeira democracia racial, durante grande parte do século passado, viu-se, a partir da redemocratização, nos anos 80, diante de seus próprios fantasmas. O patrimonialismo secular, o autoritarismo de suas elites, a histórica desigualdade e a mobilidade social seletiva são estorvos à concretização de um verdadeiro ambiente democrático.

O Brasil precisa enfrentar o desafio de purgar o mais importante dos seus problemas sociais, que é o racismo, questão que se relaciona fundamentalmente às sequelas provenientes de mais de três séculos de vigência do regime escravista.

A escravidão acarretou tanto a chaga do racismo quanto a do preconceito e da discriminação racial.

Até os dias de hoje, as desigualdades sociais, notadamente as de renda e principalmente as de oportunidade, têm, na diferenciação racial, a sua principal raiz explicativa.

Os dados do IBGE, através do PNAD, sobre a pobreza no Brasil mostram que 76% das pessoas mais pobres são negras. O índice de mortalidade infantil da população negra é 40% maior do que o da população branca, de acordo com os dados do Unicef. Os negros percebem, em média, rendimentos 40% menores do que os brancos, e o desemprego é 50% acima, se comparado com o

percentual dos trabalhadores brancos. E, nas crises, são os negros os primeiros a perderem o emprego. Está provado agora, nesta última crise.

A despeito de tudo isso, o debate sobre a questão racial mantém-se, em grande medida, interdito nos principais fóruns de discussão do País. A alegação da existência do racismo faz parte do discurso hegemônico.

Já em 1950, a Unesco fez um relatório sobre a propalada democracia racial no Brasil e concluiu que não era a nossa realidade cotidiana. Viu que a situação da população negra estava associada às piores condições de vida, vivenciando um quadro de pobreza e miséria, tanto no campo quanto nas cidades, e sem qualquer perspectiva de ascensão social.

Os resultados do trabalho do projeto Unesco, naqueles anos 50, apresentaram um cenário que, infelizmente, não se diferencia muito da realidade atual. Mesmo com os avanços acadêmicos acerca da existência do racismo no Brasil, o discurso governamental continua embasado na ideia de democracia racial. A reduzida ou nenhuma importância dada à questão racial, inclusive pelos setores mais progressistas, demonstra a força do racismo na sociedade brasileira.

O racismo está enrustado nas relações sociais em geral, atuando como uma espécie de filtro social, abrindo oportunidades para uns, fechando portas para outros, a desenhar uma sociedade extremamente desigual e injusta, cujas bases dessa iniquidade estão assentadas na clivagem racial.

O racismo no Brasil tem o poder de naturalizar a realidade vigente, proporcionando um ambiente de ausência de mudança social e de perpetuação de desigualdades da pobreza e da miséria.

A sociedade brasileira não consegue perceber a existência de tamanho contingente de pobres, de mendigos, de população ou habitantes de lixões como situação que mereça enfrentamento ou solução. Ao contrário: tudo isso parece fazer parte de uma natural e secular paisagem social brasileira.

Na área da saúde pública, dados divulgados pelo Governo Federal mostram que, no SUS, às mulheres negras tem sido destinado menos tempo de atendimento médico do que às mulheres brancas. As mulheres negras correspondem a 60% das vítimas da mortalidade materna no Brasil. Enquanto a mortalidade materna das mulheres brancas caiu, a das mulheres negras aumentou. Tem que haver uma razão para isso.

No que se refere à gravidez e ao parto, somente 27% das negras tiveram acompanhamento pré-natal, contra 46% no caso das brancas.

As diferenças persistem mesmo quando se trata de procedimentos de anestesia, tempo de espera e informações pós-parto, como aleitamento materno. Esses são dados do Ministério da Saúde.

Também no âmbito do Judiciário, a presença do racismo institucional é visível, seja pelas penas mais rigorosas impingidas aos negros, seja ainda pela costumeira desqualificação do crime de racismo por parte da maioria dos juízes.

Segundo os dados do Mapa da Violência, a taxa de homicídio entre adolescentes negros é quase quatro vezes maior do que a taxa entre os brancos: 36,9 contra 9,6. Por isso que dá quase quatro.

O fato de ser homem multiplica o risco de ser vítima de homicídio em quase 12 vezes.

As mortes por assassinato da juventude negra estão diretamente relacionadas à ação ou à omissão do Estado. De um lado, a proliferação do tráfico de drogas nas comunidades de baixa renda, sobretudo nas favelas – e são os jovens negros que são recrutados para o tráfico, é bom que

se diga –, resultado da falta de segurança pública e da ausência de órgãos do Estado. Em um ambiente onde a omissão do poder público suscita o aparecimento de grupos organizados de traficantes, bem como de milícias, os índices de violência contra a juventude negra atingem o paroxismo. De outro lado, o crescimento da violência policial contra esses jovens também é uma chocante realidade. O expediente dos autos de resistência tem sido utilizado de forma recorrente pelos policiais, para justificar a morte dos jovens negros. Houve uma CPI que constatou isso, que é uma coisa alarmante a mortalidade da juventude negra.

A própria ONU denunciou a existência do racismo institucional. Em 2014, em relatório sobre a situação da discriminação racial no Brasil, mostrou que os negros são os que mais são assassinados e os que têm menor nível de instrução, os menores salários, o menor acesso à saúde, os que morrem mais cedo e os que menos participam do Produto Interno Bruto. E, no caso específico dos jovens negros, o relatório chama a atenção para a atuação violenta da polícia. Abro aspas: "Frequentemente empregada contra jovens negros, o direito à vida sem violência não está sendo garantido pelo Estado para os afro-brasileiros."

Recentemente, um ator negro, essa semana que passou, foi espancado após seguranças de terminal de ônibus negarem ajuda. A violência racista manifesta-se todos os dias. O crime aconteceu na última quinta-feira, mas neste 20 de novembro fomos impactados pelas imagens divulgadas de um ator negro sendo espancado, após seguranças de um terminal de ônibus da capital paulista julgarem que ele era um criminoso e se recusarem a ajudá-lo. Ele é negro, estava vestido de forma simples, mas é um ator. Claro, não é famoso, ninguém o reconheceu, não socorreram o rapaz.

Sem falar no racismo explícito do jornalista da Globo. Eu diria que escapou porque está nele. Ele não teve tempo de pensar, porque estava ao vivo. Então, acho que está introjetado.

Diogo Cintra – ainda falando do jovem – fugia dos bandidos que tentaram assaltá-lo. Mas, por ser negro, os seguranças imaginaram que o assaltante fosse ele e, literalmente, viraram as costas para o crime.

E que falar das mulheres negras no Brasil?

As mulheres negras acumulam os piores indicadores sociais. São as mais pobres, as que têm menos oportunidades, as que ganham menos e que vivem numa situação de praticamente nenhuma mobilidade social.

De acordo com os dados do Ligue 180, representamos – as mulheres negras – 58,8% das vítimas de caso de violência doméstica. Segunda a Fiocruz, 65% das negras sofrem com a violência obstétrica, e o Ministério da Saúde mostra que morremos mais em decorrência do parto, pois 53,9% dos casos da morte no parto são de mulheres negras. O IBGE mostra o rendimento médio de R\$800 ao mês para as mulheres negras, enquanto que para as brancas é R\$1.559 a média.

Para enfrentar os problemas, criamos, em 2003, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – o governo Lula criou –, reconhecendo a necessidade de um olhar mais cuidadoso para a melhoria da qualidade de vida das mulheres negras. Porém, a pasta foi extinta no atual Governo.

Na população carcerária, a estatística mostra que a maioria absoluta é de negros.

Quantos jovens ainda vão morrer por causa da cor da pele? Quantas pessoas vão ser agredidas, ter seus terreiros queimados, por causa de sua opção religiosa de matriz africana? E a reparação que o Poder Público dá? Recentemente, houve uma portaria liberando o trabalho escravo. Adivinha quem vai ser escravizado?

Qual é a saída? Educar as crianças, porque os adultos já estão com esse sentimento racista introjetado. A gente até se polícia, mas às vezes escapa. Há as piadas que se contam na maior, as frases que se dizem sem pensar, porque está introjetado.

A criança aprende, incorpora as ideias para sempre. Portanto, há que se educar, para não se sentir diferente. É preciso dizer que a criança negra não é diferente da criança branca, sentar os dois, mostrar que têm o mesmo corpo, os mesmos órgãos, braço, perna, olho, nariz, boca... Só têm a cor da pele diferente, e isso não pode fazer um agredir o outro. Então, a criança precisa não sentir vontade de agredir.

E eu quero terminar lendo a letra de uma música de uma dupla piauiense, dois professores negros, o Prof. Cineas Santos e o Prof. Feliciano Bezerra, em que eles ironizam os ditados populares, porque há um ditado popular muito corrente: "negro de alma branca." Quem ainda não ouviu isso? A pessoa diz sem nem sentir que está cometendo racismo. "Negro de alma branca." Aliás, um Ministro do Supremo disse mais ou menos isso a respeito do Ministro Barbosa.

E, aí, outro dito popular, agora já discriminatório, debochado, com negro. Gostam de dizer que "negro, quando não suja na entrada, suja na saída." Claro que a palavra não é "suja," mas eu não vou dizer aqui a palavra mais forte. "Negro, quando não suja na entrada, suja na saída."

Então, saiu essa música. É uma música que ganhou um festival universitário, do Prof. Cineas e do Prof. Feliciano Bezerra, que diz assim:

Negro de alma preta, sim
Negro de alma preta sou
Negro assumido
Negro atrevido
Sem patrão e sem senhor!
Eu não sujei lá na entrada
Eu não sujei pela vida
Mas só para aborrecer,
Só para ver feder,
Vou sujar na saída
E eu quero ver,
Quando feder,
Quem vai limpar

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Senador Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senadora Regina. Eu queria parabenizá-la pela sua fala. E é interessante a gente lembrar que... Eu, por exemplo, trabalhei 23 anos atendendo a acidentes em rodovias. E, nesses momentos difíceis da vida, às vezes a pessoa se vê numa UTI, desesperada por sangue. E quando a pessoa está desesperada para conseguir sangue, Senador Elmano Férrer, por doação de sangue, ela não quer saber qual é a cor da pele da pessoa. Ela precisa do sangue. Então, essas coisas, nesses momentos da vida, se tornam todas menores. Então, passou da hora de a gente passar uma borracha nessas coisas todas. E, como V. Ex^a falou, todos esses dizeres aí, eu, desde a minha infância, cresci ouvindo essas coisas. E eu vejo, com grata satisfação, que as nossas crianças, hoje, e os nossos adolescentes já vêm com um entendimento bem mais diferente, já abominando esse

tipo de coisa. Essas coisas já estão ficando bem para trás, e eu não tenho dúvida de que, em breve, nós vamos, inclusive, mudar a questão da desigualdade que a senhora tão bem colocou e sobre a qual a revista *Veja* também fez um estudo muito bem feito, na edição desta semana. E eu não tenho dúvida de que, dentro em breve, nós vamos trabalhar a primeira infância, para que as crianças negras tenham tanta oportunidade de ter acesso a aprendizado quanto as outras crianças. Muito obrigado.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Eu havia encerrado, Senador, mas quero, diante da fala dele, fazer uma recomendação, até porque há plateia aqui, um grupo de visitantes ali. A ONU fez uma série de vídeos sobre racismo – Vidas Negras é o título. Então, entrem no YouTube da ONU, pois há vídeos maravilhosos. Eu penso que as televisões deviam ter a iniciativa de passar, pelo menos uma vez nessa semana da consciência negra, aqueles vídeos. Há um vídeo com a Taís Araújo falando da questão de vidas negras que é fantástico, é educativo e precisa ser visto. Então, todo mundo que puder reproduza os vídeos da ONU no YouTube, nas redes sociais, para que criemos essa sociedade sem racismo para, quem sabe, daqui a 15, 20 anos, nós tenhamos uma sociedade mais saudável, uma juventude mais saudável, que não discrimine as pessoas pela cor da pele.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço à nobre Senadora Regina Sousa as palavras e o oportuno e brilhante discurso consagrado ao Dia da Consciência Negra.

Pela ordem de oradores inscritos, convido o nobre Senador Dário Berger, do PMDB, de Santa Catarina.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, preliminarmente, eu quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Elmano Férrer, por presidir esta sessão, pois tenho por V. Ex^a profunda admiração e respeito. E eu queria discutir um assunto hoje que reputo da maior relevância.

A Constituição brasileira, no seu art. 3º, estabelece:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

.....

Ora, Sr. Presidente, um administrador público, na minha opinião, tem muitas responsabilidades. Entre elas, gostaria de destacar essa sobre a qual vou discorrer hoje, que é nada mais nada menos do que as desigualdades e as diferenças sociais. Na minha opinião, esse é o maior problema que nós enfrentamos no Brasil de hoje e que vamos enfrentar no futuro, haja vista que os números são alarmantes. Nós temos hoje mais de 200 milhões de habitantes e cerca de 50% dessa população ou estão desempregados ou estão subempregados ou recebem por mês um salário mínimo, o que significa dizer que é um Brasil desigual, é um Brasil das diferenças. Isso é muito grave, na medida em que essa questão das desigualdades e das diferenças sociais está diretamente relacionada à segurança; está diretamente relacionada ao emprego; está diretamente relacionada à educação, ao preparo dos nossos jovens, que representam a esperança viva de um futuro melhor; está relacionada à questão dos atendimentos nos nossos centros de saúde, nas nossas unidades

básicas e nos nossos hospitais. Isso significa dizer que nós precisamos mudar esse cenário, essa triste realidade que nós vivemos hoje, que precisa ser enfrentada com muita consciência e com muita serenidade – e com muita pressa, porque o Brasil tem pressa. Não é justo, não é legítimo que metade da população brasileira, cerca de 100 milhões de brasileiros, ainda tenha de viver numa situação de penúria como esta em que os nossos irmãos brasileiros e brasileiras estão vivendo.

Na verdade, é tudo uma questão de oportunidade. Se somos diferentes, certamente é porque tivemos oportunidades diferentes. Tivemos oportunidade de estudar, de avançar, de trabalhar, e nem sempre todos os brasileiros têm essa oportunidade; nem sempre têm uma família estruturada, capaz de colocar o seu filho, o seu jovem no caminho certo para que ele possa se desenvolver, crescer e constituir a sua família.

Pois bem, Sr. Presidente. A situação, como se pode perceber, é complexa no Brasil de hoje, e as opiniões são muito divergentes. Eu percebo hoje um Brasil dividido, um País dividido, um País com muitas dificuldades para buscar um entendimento, um País que está intolerante, que está agressivo, inclusive. As redes sociais são um exemplo disso. São ofensas e mais ofensas, agressões e mais agressões. Não se tem mais respeito pela pessoa humana e pela dignidade humana. As pessoas não medem mais o que dizem – dizem o que querem, ouvem o que não querem e, no dia seguinte, só aumentam as confusões, a insensatez, a intolerância e as agressões que percebemos neste País.

O cenário atual é de tempos difíceis. Não são tempos difíceis na vida política, somente; não são tempos difíceis na vida econômica, na vida jurídica das pessoas, no sistema de responsabilidade em si. Não! O tempo de dificuldade que nós estamos vivendo, na minha opinião, é um tempo exatamente disso que eu acabei de mencionar: da insensatez, da intolerância, da falta de princípios, da falta de responsabilidade, da falta de respeito – coisa que antigamente fazia parte do dia a dia do brasileiro e da brasileira.

Nós estamos vivendo, na minha opinião, o que eu poderia chamar de fim de um ciclo, e estamos iniciando outro. A verdade é que, com o ciclo que nós estamos encerrando, não é preciso ser muito letrado, nem ter muita capacidade de analisar o cenário brasileiro para perceber que, da forma como estamos gerindo a democracia brasileira e os recursos brasileiros, não se atendem mais os interesses, os anseios, os objetivos, os ideais e os sonhos dos brasileiros e das brasileiras. Agora, o sistema mofou, envelheceu. Ele se tornou ineficaz. Ele não avançou como deveria avançar. E o que é pior: a irresponsabilidade de muitos, a irresponsabilidade fiscal, o corporativismo público, o corporativismo privado, os governos burocráticos e ineficientes, a insegurança jurídica, os privilégios, a concentração de renda, que tem tudo a ver com as diferenças e as desigualdades sociais, a carga tributária que é elevada... Aliás, eu acho que o brasileiro aceitaria uma carga tributária até mais alta do que esta, desde que o retorno dos seus impostos, das suas contribuições pudesse efetivamente servir à população nos serviços essencialmente básicos, como educação, como saúde, como segurança, como oportunidade, como emprego, mas não é o que se percebe no exato momento. Infelizmente, essa não é a realidade que percebemos. O que percebemos são as pessoas morrendo nas filas dos hospitais, precisando de uma cirurgia e que, por muitas vezes, quando são feitas, já não atendem mais às necessidades do paciente.

Estamos vivendo um sistema difícil, muito embora se tenha de reconhecer que a economia dá sinais de retomada do seu crescimento. Isso é muito importante, porque nós só vamos reduzir parte dessas desigualdades à medida que o Brasil voltar a crescer. Se o Brasil voltar a crescer, nós

vamos ter mais oportunidades de emprego, e mais oportunidade de emprego são menos brasileiros e brasileiras desempregados, que vão ter sua autoestima resgatada, o seu orgulho próprio. Assim, sucessivamente, vamos caminhando para um novo cenário de realização e de trabalho.

Ora, Sr. Presidente, o que devemos fazer? Qual é a solução para isso tudo? A solução. Desde quando entrei nesta Casa há três anos aproximadamente e antes de entrar aqui, durante todos os meus vinte e tantos anos de vida pública, desde os primeiros momentos em que estive sentado com a responsabilidade da gestão pública, desde sempre, ouvia falar na necessidade das reformas estruturais. Pois bem, agora chegou a hora de fazermos as reformas, e nós acabamos nos debruçando sobre algumas.

A primeira foi a reforma política. Na verdade, não fizemos uma reforma política, fizemos uma parte da reforma política. Acho que avançamos um pouco, mas ainda acho que temos que avançar muito.

Houve a reforma trabalhista que, quer queira ou não, foi aprovada aqui. A legislação brasileira era de 1938, 1940, se não me engano, e necessitava de uma reformulação. Eu não quero nem entrar no mérito das questões intrínsecas da lei, mas, quer queira ou não, foi realizada uma reforma trabalhista.

E agora nós estamos diante da necessidade de uma nova reforma, talvez financeiramente de curto, médio e longo prazo a mais importante: a reforma da previdência social. O déficit da previdência social neste ano deverá chegar aos R\$250 bilhões. A previdência vai pagar de benefícios, este ano, cerca de R\$750 bilhões. Desses R\$750 bilhões, R\$250 bilhões são o déficit. Esse déficit de R\$250 bilhões é maior do que o rombo das contas públicas, que hoje é em torno de R\$139 bilhões. Se isso não é o bastante para nós nos debruçarmos sobre esse tema para encontrarmos um caminho para o Brasil, nós vamos perceber que tudo o que nós investimos em saúde e educação o ano passado, por exemplo, Senador Elmano, não chega a R\$250 bilhões, que é o déficit da previdência, que é enorme. Então, vejam bem a gravidade e a necessidade de nós discutirmos a questão da reforma da previdência. Tudo o que nós investimos ou gastamos em saúde e em educação no ano passado é menor do que o déficit da previdência no ano passado. Olhem só!

Nós temos que estancar essa sangria. Como nós vamos fazer isso? Eu espero que com o fim dos privilégios daqueles que ganham muito e contribuem pouco. Eu acho que um regime previdenciário razoável seria mais ou menos da seguinte forma, aritmética simples: quem ganha mais paga mais, quem ganha menos paga menos, e que isso contribua de forma harmônica para a formação de um fundo.

O maior problema disso tudo ainda, seguindo na questão da análise da reforma da previdência, é que nós vamos chegar à conclusão de que, desses R\$250 bilhões de déficit, cerca de 40%, 45% são o déficit do setor público, ou seja, cerca de R\$100 bilhões dos R\$250 bilhões do déficit são do setor público, que beneficia apenas 1 milhão de servidores públicos, enquanto que, no setor privado, esse índice oscila entre 55% e 60%, perfazendo aí um total de aproximadamente R\$150 bilhões de R\$250 bilhões de déficit, com uma grande diferença: beneficia cerca de 30 milhões de trabalhadores.

Essa é uma distorção que precisa ser analisada. Essa é uma distorção importante que precisa ser revista. É muito importante que comecemos a pensar sobre essa questão.

Consequência disso tudo, precisamos reformar o Brasil, precisamos reconstruir o Brasil, precisamos reformular métodos, ações, precisamos buscar a integração e a união de esforços para

aprovar as medidas necessárias para colocar o Brasil de novo no ritmo de crescimento necessário para gerar as oportunidades e os empregos para população brasileira. Enquanto isso não acontecer, o cenário continuará sendo de desesperança, indignação e revolta.

Então, vamos em frente, vamos discutir o mais rapidamente possível a questão da Previdência Social, mas vamos discutir também a reforma política, que, no meu entendimento, não ficou completa. Nós precisamos rediscutir esse tema. Eu sei que o tema é importante. E eu defendia isso aqui e achava que estes dois temas eram extremamente importantes na questão da reforma política, que eram as cláusulas de barreira e o fim das coligações proporcionais.

Finalmente nós aprovamos, mas aprovamos só para 2020. Em 2018, nós continuaremos com mesmo sistema: o sistema proporcional, as coligações, os partidos pequenos.

Eu não posso me conformar, me perdoem. Quando participo de uma sessão do Congresso Nacional, chego às raias de imaginar que aquilo chega a ser uma sessão tortura, porque são as mesmas pessoas, os mesmos líderes, os mesmos discursos, os mesmos encaminhamentos, e dura horas, e horas, e horas. E são líderes deles mesmos.

Ora, Senador Medeiros, eu sempre imaginei, eu aprendi que, para ser líder – você, para ser líder –, eu tenho que liderar alguém. Eu não posso ser líder de mim mesmo, porque aí perde a essência do vernáculo liderança propriamente dito, que representa, sobretudo, líder com liderados.

Aqui não, aqui mesmo, nesta Casa, no Senado Federal, nós temos três, ou quatro, ou cinco Senadores que são líderes deles mesmos, que têm prerrogativas especiais, que têm prerrogativas da fala, que falam antes, que encaminham votação, que discutem matérias, que participam de reuniões, que definem agenda, que definem projetos, enquanto nós ficamos a assistir a esse cenário da liderança de si mesmos. E eu efetivamente não posso me conformar com essa tese.

Por isso é que a questão da cláusula de barreira, o fim das coligações proporcionais forçariam os partidos políticos a criarem legenda própria para sua sobrevivência, a sua subsistência. No entanto, essa questão, gradativamente ou minimamente, avançou.

A outra questão que avançou, como eu já mencionei, é a questão trabalhista.

A outra questão que precisa avançar, Senador Medeiros, é a questão fiscal. Hoje, uma empresa – eu sou do setor privado também –, um empresário... Nós temos, na nossa empresa, um setor jurídico mais amplo do que o setor contábil, tamanho é o emaranhado, tamanhas são as dificuldades...

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ... da aplicação da legislação que efetivamente existem no Brasil. Isso provoca insegurança jurídica, isso provoca ineficiência do aparelho produtivo, seja público, seja privado, e isso não agrada ninguém. O que nós precisamos é nos debruçar sobre esse tema para desburocratizar o País e estabelecer a segurança jurídica, para que as pessoas possam ter certeza de que vão conseguir concluir seu investimento.

O que acontece hoje? Certamente acontece em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul, no Piauí: o cidadão licencia um empreendimento – todas as licenças foram concedidas –, mas ele não tem certeza de que vai concluir aquela obra, porque pode vir um embargo, pode vir um questionamento sobre uma licença, pode vir um questionamento sobre alguma coisa, pode vir qualquer coisa para criar um emaranhado de dificuldade e as coisas acabarem não acontecendo.

É por isso que, hoje, ninguém tem segurança para investir naquilo em que se deve investir: na produção, nos meios econômicos para gerar oportunidade, para gerar emprego, porque isso pode se transformar, talvez, num pesadelo lá na frente.

A outra questão é a questão tributária. Essa questão precisa ser revista. Não é possível! Não é possível! Nós falamos, falamos, falamos, falamos nessa questão tributária. Nós temos muitos tributos; aliás, dizem que, para cada um real arrecadado no Brasil, nós temos um real sonegado.

Então, Senador Elmano, eu faço uma proposta a V. Ex^a. A nossa carga tributária hoje é de 35, 32, 33, 36, 40 – existe uma polêmica a respeito desse assunto. Bem, se para cada real arrecadado existe um sonegado, seria interessante nós implantarmos um imposto único, que poderia ser na ordem de 20% – poderia ser a metade da carga tributária que nós pagamos hoje. Com isso, nós faríamos mais do que estamos fazendo hoje. E eu tenho certeza de que, se nós fizéssemos um plebiscito e consultássemos a população brasileira sobre um tema dessa natureza para eliminar... Olhem só o custo, olhem só o custo da fiscalização desse emaranhado de coisas. Olhem só o custo! Na verdade, nós poderíamos ter aí uma contribuição provisória ou coisa parecida que fosse a metade da carga tributária. Com isso, nós resolveríamos o problema do Brasil, evitaríamos a sonegação, viveríamos num outro cenário, num outro patamar, sem corrupção, sem absolutamente nada.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que a reforma tributária é muito importante.

Há uma reforma tributária tramitando pela Câmara dos Deputados; se eu não me engano, o maior defensor é o Deputado Federal Luiz Carlos Hauly – se eu não estou equivocado. É um projeto interessante. Já me debrucei sobre ele e acho que é um avanço importante a proposta que ele vem discutindo e apresentando. Entretanto, esse tema é também um tema polêmico e merece, de nossa parte, uma ampla discussão a respeito.

Por isso, Sr. Presidente, a nossa sorte está lançada. Ou continuamos investindo os nossos esforços na execução definitiva das reformas que são importantes e fundamentais para o País, ou, então, nós vamos ver agravadas, cada vez mais, as desigualdades e as diferenças sociais no Brasil, que não são poucas, e, com isso, a falta de oportunidade, e, com isso, a ampliação da violência, da droga e da marginalização, e, com isso, vamos ter uma juventude sem esperança e sem futuro. E, lamentavelmente, eu não gostaria de participar desse cenário.

Portanto, queria conclamar os meus queridos colegas, meus pares, meus amigos, prezados Senadores, para que possamos ter essa consciência, para que, de forma firme e equilibrada, possamos discutir esses temas que, na minha opinião, são temas extremamente relevantes para todo o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, ao tempo em que reputamos a mais alta relevância às questões levantadas pelo nobre Senador Dário, sobretudo no que se refere às grandes reformas estruturais que a Nação e o País estão a reclamar.

Parabéns a V. Ex^a.

Queríamos desejar boas-vindas aqui a esta Casa aos nossos visitantes que integram o grupo de alunos do Centro de Assistência Social de Cocalzinho, do nosso vizinho Estado de Goiás. Sejam bem-vindos ao Senado da República.

Pela ordem, convido o nobre Senador José Medeiros, do Podemos, Mato Grosso, para ocupar a tribuna.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos que nos assistem nesse momento, os alunos que nos visitam, o Brasil possui 31 hospitais gerais universitários vinculados às instituições federais de ensino superior. Eles funcionam como

centros de ensino e formação de recursos humanos, assistência e atendimento à população e desenvolvimento de pesquisa e tecnologia na área de saúde.

Embora a maioria dos hospitais universitários tenham sido fundados para atender as necessidades das faculdades federais de Medicina, é inegável a sua importância para o aprimoramento da eficiência do Sistema Único de Saúde. Nesse sentido, conforme atesta o Ministério da Educação, além da prestação direta de serviços à população, os hospitais universitários atuam, por exemplo, na elaboração de protocolos técnicos para diversas patologias, o que é essencial para o funcionamento do sistema de saúde.

Apesar de, na origem, como eu já disse, os hospitais universitários terem surgido no âmbito das instituições de ensino superior, nada impede que as universidades federais assumam o controle de hospitais já existentes.

Esse, na minha opinião, deveria ser o caso do Hospital Regional de Rondonópolis, que vem sendo administrado por uma organização social de saúde, cujo contrato se encerra agora, e que, a meu ver, deveria ser encampado pela Universidade Federal de Mato Grosso.

O Hospital Regional de Rondonópolis foi fundado em 2001. Possui 128 leitos ativos e realiza, em média, 545 cirurgias e mil atendimentos de urgência, emergência por mês. Inclusive, este hospital foi inaugurado pelo nosso colega, hoje Senador da República, o Senador José Serra – na época, ele era Ministro da Saúde. Esse hospital possui uma gama diversificada de especialidades médicas, entre as quais cirurgia geral, pediátrica e de plástica restauradora, clínica médica, infectologia, medicina do trabalho, nefrologia, neurologia, oftalmologia, ortopedia e cardiologia.

Trata-se, portanto, de uma instituição fundamental para a saúde da população local, sobretudo para a microrregião de Rondonópolis, Senador Elmano Férrer, que, além da própria cidade, abrange os Municípios de Dom Aquino, Itiquira, Jaciara, Juscimeira, Pedra Preta, São José do Povo e São Pedro da Cipa. A microrregião possui uma área total de aproximadamente 24 mil quilômetros quadrados e, de acordo com dados de 2016 do IBGE, é habitada por uma população estimada em 288 mil habitantes, que, evidentemente, dependem do bom funcionamento do Hospital Regional de Rondonópolis.

Com a expectativa de encerramento do contrato da administração do Hospital Regional de Rondonópolis, decidi consultar a direção do curso de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso acerca da possibilidade e do efetivo interesse deles em assumir o controle daquela unidade de saúde e transformá-la em um hospital universitário.

E por que fiz isso, Senador Elmano Férrer? Porque lá existe um curso de Medicina, mas os alunos ficam meio como barata tonta, de um lado para outro, tentando encontrar um ambulatório ou um lugar para que eles possam fazer a prática da Medicina. E, se a universidade açambarcar, se ela passar a gerir aquele hospital, os alunos passarão a ter um hospital escola, com todas as especialidades ali à disposição.

Recebi como resposta uma mensagem animadora do Prof. Rafael Mederi Marques informando que o corpo docente do curso de Medicina foi unânime em aceitar a sugestão, reafirmando o propósito de tornar o Hospital Regional de Rondonópolis um hospital universitário capaz de realizar atendimento mais humanizado e de maior qualidade à população. Além disso, foi-me comunicado que a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares estaria disponível para prover a logística do Hospital Regional de Rondonópolis, a exemplo do que já faz com os hospitais universitários existentes.

Creio que não se pode perder essa oportunidade, e a Secretaria de Saúde do Estado de Mato Grosso deveria abraçar a ideia de transformar o Hospital Regional em hospital universitário. Além disso, conquanto os alunos da universidade já tenham acesso ao Hospital Regional, existe o risco de a nova empresa que venha a gerir o hospital dificulte a atuação dos universitários na instituição, prejudicando gravemente a formação desses profissionais.

Assim, seja para melhorar a qualidade da assistência ao paciente do Hospital Regional – 100% composto de usuários do SUS –, seja para assegurar a continuidade da formação técnica e prática dos alunos da UFMT, a solução de conversão em hospital universitário não pode ser desprezada.

Pelo contrário: esse modelo poderia, inclusive, ser adotado em outros hospitais regionais e universidades federais brasileiras, como forma de elevar a qualidade de nossa saúde pública.

Sr. Presidente, Mato Grosso está abandonado, e a saúde passa por um verdadeiro cenário de guerra! A Santa Casa de Rondonópolis teve que suspender atendimentos na UTI, em razão de sucessivos atrasos nos repasses de recursos públicos para atendimento da população carente. Essa situação foi, por diversas vezes, inclusive, denunciada aqui pelo Ex-Senador Pedro Taques, quando estava aqui no mandato. Hoje ele é Governador do Estado, e o Estado continua com as dificuldades financeiras para fazer frente às demandas da saúde.

Então, vamos nos reunir em breve com o Presidente Temer, justamente para tratar desse assunto. Eu espero que toda a Bancada esteja presente, espero que a Casa Civil possa – se possível esta semana ainda – atender à Bancada de Mato Grosso, porque, nesse cenário de caos, nós precisamos unir a formação médica ao atendimento da população e sinalizar uma luz no fim do túnel.

Precisamos achar soluções urgentes para Mato Grosso, um Estado que não pode esperar! Um Estado que se desenvolve a passos largos, mas, ao mesmo tempo, a passos largos se desenvolvem as demandas. E, no serviço público, Senador Elmano Férrer, V. Ex^a sabe: quanto mais se faz, mais se aumenta a demanda. Quanto mais o Estado desenvolve um serviço, mais aumenta aquela demanda. E, no caso de Mato Grosso, está sendo assim. Quanto mais o Estado se desenvolve, mais carência existe em relação aos serviços públicos.

Agora há pouco falava aqui na tribuna o Senador Acir Gurgacz, sobre a questão da energia em Rondônia. Mato Grosso tem a mesma dificuldade, porque, em que pese Mato Grosso exportar energia através do sistema nacional, para o sistema gerador nacional, através do Operador Nacional de Energia, ele carece de estruturas, no seu interior, para a distribuição da própria energia. Então, ele exporta energia, mas ainda existem vários Municípios cuja energia é propiciada por termelétricas. A outros nem chega energia a contento, para que se possam desenvolver ali indústrias. Então, é um Estado para o qual eu estou sempre aqui, constantemente, lembrando que nós precisamos de obras estruturantes.

Amanhã teremos, na cidade de Sinop, uma mesa redonda com o Ministro dos Transportes, justamente para tratar do corredor da BR-163, que é de suma importância para o Estado de Mato Grosso. Ali, naquela rodovia, todos os anos são várias vidas perdidas devido aos acidentes, colisões frontais, sem falar também na questão patrimonial, na questão econômica, porque é uma via de escoamento.

Mas foi feita uma concessão, e a rodovia já está cobrando pedágio – a concessionária –, mas não está duplicada, porque houve a questão da operação Lava Jato, e, simplesmente, a empresa não fez a duplicação que tinha que ser feita. E nós precisamos, obviamente, de uma solução,

porque a população não aceita, e não aceita com razão. Como é que ela pode estar pagando pedágio e não ter o que lhe foi prometido? Então, isso não faz sentido, e nós vamos ter essa reunião com o ministro, justamente para levar todos esses pontos e tentar encontrar uma solução.

Paralelo a isso, Senador Elmano Férrer, nós estamos também com uma demanda que eu creio que seja também a demanda do seu Estado. É uma demanda de todos os Estados brasileiros e se refere à segurança pública.

Próximo a esse feriado, infelizmente, houve um sequestro na cidade de Cuiabá. Foi levada uma empresária por um grupo de bandidos. Infelizmente, no momento do estouro do cativado, foi alvejado um dos policiais que fazia aquela operação. Ele levou um tiro na cabeça e está em estado grave na cidade de Cuiabá. Felizmente, a empresária foi resgatada com vida, sem ferimentos, mas sentimos a angústia da população brasileira de ver, a todo momento, essas notícias de que quadrilhas... E nesse caso, lá, o rapaz já tinha, havia pouco tempo, feito um crime bárbaro. Ele havia degolado um taxista e estava nas ruas novamente. Faz parte de uma facção chamada Comando Vermelho e agora comete esse crime bárbaro.

Então, são Estados em que, antigamente, Senador Elmano, não havia esse tipo de problema. E, hoje, o Brasil inteiro está à mercê dessas organizações criminosas, e nós precisamos nos levantar. Nós precisamos, como Parlamento, como sociedade, falarmos mais de segurança pública. Aqui nós temos um pacote, no Senado, chamado "pacote de medidas", para votarmos sobre segurança pública, e temos de tratar deste tema o mais urgente possível, porque os governos já têm mostrado que, com o que têm hoje, não estão conseguindo fazer frente.

Então, precisamos nos reunir e ver se o que estão faltando são recursos, se o que está faltando é investimento em pessoal, se o que está faltando é investimento em educação, é na primeira infância... Nós precisamos falar de segurança pública de uma forma não paliativa, de uma forma não eleitoreira, mas de uma forma que possa, de uma vez por todas, criar um projeto nos moldes, não copiando, de quem teve resultado, como em Nova Iorque. Resolveram o problema naquela cidade, em que aconteciam situações parecidas com as do Rio de Janeiro. E eles conseguiram. Nós somos capazes.

Então, eu conclamo todos nós, aqui nesta Casa, a buscarmos, junto ao nosso Presidente, que esse pacote de medidas sobre a segurança pública possa ser estudado com seriedade. E que possamos nos irmanar com o Senador Anastasia, para tratarmos também do nosso Código Penal, que está para ser reformado. Que possamos realmente enfrentar essa criminalidade com a seriedade que ela merece, porque, a cada dia, as nossas cidades estão ficando cada vez mais reféns de, eu diria, uma turma que já está construindo uma espécie de Estado paralelo, Senador Elmano.

Eu ouvi, nesses memes de WhatsApp, um baiano, com a irreverência que é própria dos baianos e dos nordestinos, dizendo o seguinte, naquele sotaque baiano: "Olha, estão construindo um presídio aqui perto, e eu estou propondo o seguinte: vamos todos nós mudar para dentro do presídio e deixar os bandidos aqui fora, porque aqui nós vamos ter guarda, segurança 24 horas, cerca, comida, alimentação, telefone... Nós vamos poder ficar no "zap-zap" o tempo inteiro... E os bandidos ficam lá fora." Ele falou: "E acho que eles não vão se atrever a entrar aqui dentro para nos roubar." Isso é uma forma irreverente de o povo brasileiro enfrentar, com humor, a angústia que está nas ruas – a todo momento bala perdida – e uma situação que já vem de muito tempo.

Então, esse é um desafio que vai cada vez mais se tornando a pauta principal e prioridade nas nossas atividades aqui.

Virão as campanhas agora, em 2018, e não tenho dúvida: esse assunto vai estar em pauta, os políticos todos vão colocar isso como prioridade, e, depois, volta tudo "como dantes, no quartel de Abrantes".

Muito obrigado, Senador Elmano Férrer.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço a V. Ex^a o oportuno pronunciamento.

E, pela ordem de oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Lindbergh Farias, do PT do Rio de Janeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE – AP.) – Presidente, Senador Elmano Férrer, peço a V. Ex^a me inscrever pela Liderança da Rede Sustentabilidade, obviamente logo após o Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – V. Ex^a já está inscrito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu começo a falar, neste dia de hoje, sobre o dia 20 de novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra. É dia de celebrarmos a resistência de Zumbi dos Palmares, de Dandara, de Tereza de Benguela. Viva esses tantos e tantos heróis negros e negras, quilombolas, que deram seu sangue pela liberdade do seu povo, o nosso verdadeiro povo brasileiro!

O Brasil é um país negro, como recorda o historiador Luiz Felipe de Alencastro. Cabe lembrar: 54% da população brasileira se autoidentifica como afrodescendente. Em cada cem indivíduos desembarcados, entre 1550 e 1850, no Brasil, 86 eram africanos escravizados, e só 14 eram cidadãos portugueses. Foi esse trabalho escravo que moldou o Brasil. Todos os ciclos econômicos – cana, ouro e café – tiveram, como mola propulsora, o trabalho escravo.

Sr. Presidente, eu estou lendo um livro do Prof. Jessé Souza, que se chama *A Elite do Atraso*. O que ele quer dizer nesse livro? Ele diz que a escravidão permanece, no Brasil, viva até hoje. A escravidão é um traço que está presente, principalmente, na cabeça das elites brasileira. Uma escravidão que, como ele conta, nesse livro... E traz a história do início, falando de Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, falando do tipo de escravismo que existia no Brasil, que era um escravismo ligado à produção, mas um escravismo também familiar e sexual, onde o senhor das terras e dos escravos tinha o poder total, era a instância máxima ali.

O livro vai à frente: fala de 1808, com a chegada da família real aqui no País, o processo de urbanização... Também cita Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos*, quando começa a existir, já, aquele processo com negros livres e mestiços. O sobrado representava a presença do senhor, que era o senhor das terras, agora nas cidades; e, nos mucambos, o negro era já extremamente criminalizado. A gente vê que o negro era um perigo. Existia o perigo da revolta negra. E a criminalização que a gente vê, nos dias de hoje, com a população negra, existia naquele período.

O livro cita depois, inclusive, Senador Randolfe, o outro processo, o processo a partir de 1888, quando houve a libertação dos escravos. Vale dizer que a nossa escravidão foi uma escravidão de mais de 300 anos. Nós fomos o país do Ocidente com o maior número de escravos. Nós fomos o último país do mundo a libertar os escravos. Fala um pouco desse período da libertação dos escravos, e eu quero aqui citar Florestan Fernandes, que, no livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, diz que a abolição da escravidão, através da Lei Áurea, não transformou os recém-libertos nem em proprietários, nem muito menos em trabalhadores qualificados. Isso quer dizer que não fizemos a reforma agrária nem a revolução educacional. Os

negros foram expulsos das senzalas e foram habitar as favelas; tornaram-se trabalhadores pobres. Houve também um processo violento de imigração europeia aqui para o País, e o negro ficou completamente alijado naquele período, como é alijado hoje.

Eu quero citar aqui os números sobre a situação de vida da população negra aqui no País, do nosso povo negro, e os números são impressionantes. Mas, antes, eu concedo um aparte ao Senador Randolfe Rodrigues.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço, meu querido Senador Lindbergh. Secundarei V. Ex^a também para fazer referência a essa data, o Dia da Consciência Negra, que, nos nossos Estados, Amapá e Rio de Janeiro, é feriado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Exatamente.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – E chega a ter um significado de diagnóstico do nosso racismo perceber o falso debate que se cria quando se propõe, como nós estaremos propondo aqui, que o dia 20 de novembro se torne feriado nacional. Cria-se tudo quanto é álibi para vetar o que foi a data da maior rebelião negra conhecida no mundo, dirigida e liderada por Zumbi dos Palmares e Dandara. Qualquer outra revolta liberal, branca, tem uma referência, e sua data não é questionada; já a data da maior revolução contra a escravidão de que se tem conhecimento no mundo... Quando se abre o debate sobre isso, há uma ampla oposição, tentando codinomear de – abro aspas – "vagabundos" – fecha aspas. Dizem que o Brasil tem muitos feriados, esquecendo-se de que a data é um símbolo, e a humanidade é feita de símbolos. Só se acabará com o racismo, mesmo, quando as Forças Armadas do Brasil e de Portugal, junto com os chefes de Estado dos dois países, perfilarem-se, no dia 20 de novembro, e pedirem perdão. Pedirem perdão pelo que fizeram com a África; pedirem perdão pelos crimes de desestruturação, de destruição de famílias, que cometeram durante séculos. A formação deste nosso País – nós temos que reconhecer a nossa formação misturada – foi feita sob um dos piores crimes contra a humanidade, que foi a escravidão negra. Por isso, tem até significado de diagnóstico nós estarmos aqui – V. Ex^a na tribuna, e eu o apartando; daqui a pouco, eu secundando V. Ex^a e falando também sobre a data –, e tem significado de diagnóstico ter o racismo entranhado na sociedade brasileira quando, por exemplo, toda vez que se propõe a celebração dessa data, tentam trazer argumentos falhos, argumentos que não questionam outras datas de revoluções liberais, datas destacadas aos brancos. O dia 20 de novembro tem de ser celebrado, sim, de todas as formas, porque foi a data da maior rebelião negra e, principalmente, uma data pela humanidade. Foi uma data em que um povo resolveu não se curvar ao jugo das correntes e da escravidão, e contra o jugo das correntes e da escravidão se levantaram em rebelião. Por isso, é uma data que tem de ser celebrada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu agradeço muito o aparte do Senador Randolfe Rodrigues.

Senador, quando olhamos para a situação em que vivem hoje os negros no Brasil, vemos que a escravidão não acabou. Eu vejo hoje – vou citar dados aqui – o extermínio a que a juventude negra é submetida. Nós temos 30 mil assassinatos de jovens por ano, e 77% são jovens negros moradores das periferias, que recebem menos do que o branco. Esta é a situação que nós encontramos no Brasil de hoje: cidadão de primeira e cidadão de segunda classe. Eu quero trazer aqui, Senador Randolfe, os números. Vamos lá.

A população negra corresponde à maioria dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídio: 78,9% são negros. Atualmente, de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. De acordo com informações do Atlas, do Mapa da Violência, os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças. Outro dado revela persistência da relação entre o recorte racial e a violência no Brasil. Enquanto a mortalidade de não negros – brancos, amarelos, indígenas – caiu 7,4% de 2005 a 2015, entre mulheres negras, o índice subiu 22%.

Senador Randolfe, os negros formam a maioria entre os desempregados também, somando quase 64% dos desempregados. Isso equivale a um exército de 8,3 milhões pessoas entre os 13 milhões de brasileiros que procuram trabalho – dos 13 milhões, 8,3 milhões são negros. A taxa de desemprego também entre negros alcança 15%. É um índice muito superior ao registrado entre trabalhadores brancos, que gira em torno de 10%.

As diferenças também persistem entre a população empregada. De acordo com os números do IBGE, pretos e pardos ganham menos, ocupam vagas piores e têm menos estabilidade no emprego. São números assustadores! O rendimento médio dos negros é de cerca de R\$1.500, enquanto o dos brancos chega a R\$2.700. Vejam a diferença. Ainda há quem diga que não há racismo aqui no Brasil. Pretos e pardos somam 66% dos trabalhadores domésticos, 67% dos vendedores ambulantes, mas representam apenas 33% dos empregadores.

Os negros são mais pobres também. Analisamos a proporção entre os 10% mais pobres, e o percentual de negros é de 75% – dos 10% mais pobres da população, 75% são negros. Vivem pior. Enquanto cerca de 8% dos brancos no País não contam com acesso à água encanada e a banheiro, aproximadamente 22% da população negra não possuem esses benefícios.

Brancos têm em média 7,5 anos de estudo, enquanto que a população negra possui apenas 6,2.

Os negros são menos representados. São apenas cerca de 20% na Câmara dos Deputados, 18,5% aqui no Senado Federal, 29% nas prefeituras, 22% nos governos estaduais e menos de 15% nos Tribunais Federais Estaduais. A minha equipe disse que são 18,5% aqui no Senado Federal. Deve ser um critério amplo, porque eu vejo muito menos. Lembro-me do Senador Paulo Paim, da Senadora Regina, mas eu não consigo ver muitos.

Os negros não chegam ao topo da pirâmide de trabalho. Menos de 5% dos altos cargos executivos são ocupados por negros no Brasil.

Agora, há uma boa notícia: o salto das vagas de estudantes negros nas universidades públicas de 8% em 2009 para 27% em 2015. Eu acho que isso é muito importante, Senador Randolfe. Tivemos a oportunidade de aprovar a política de cotas aqui. Existe uma resistência, em especial do DEM, que hoje está à frente do Ministério da Educação. Eles não queriam a política de cotas.

Eu entrei na universidade, fiz o curso de medicina na Universidade Federal da Paraíba – e eu, Senador Randolfe, nunca fui consultado por um médico negro; eu sei que existem, são poucos – , mas, na minha turma, passaram cem estudantes em 1992, e nenhum jovem negro passando para o curso de medicina na Universidade Federal da Paraíba. Eu, quando olho para as conquistas, o que foi feito por parte do Presidente Lula e da Presidenta Dilma em relação a isso... E nós aprovamos a política de cotas, Senador Elmano, que é uma coisa que serve para atenuar esses números dramáticos. A política de cotas me permitiu, este ano, visitar uma universidade no Rio de Janeiro, onde, de cem estudantes de medicina, a metade eram estudantes negros. Confesso que me emocionei, porque vai haver uma geração de médicos negros, de engenheiros negros neste País.

Essa é a forma de combater a escravidão, que continua presente no nosso País ainda. Quem não vê: cidadão de primeira classe, cidadão de segunda classe?! Então, essas políticas de cotas foram fundamentais. Na verdade, temos que trabalhar para que todo filho do trabalhador tenha oportunidade, todo filho do trabalhador possa entrar numa universidade pública. Eu queria muito chamar a atenção para esse aspecto, porque acho que isso foi o que houve de mais importante para a inclusão da juventude negra nas universidades públicas.

Agora, eu encerro dizendo o seguinte: a escravidão está aí. O capitão do mato, que existia no passado, foi substituído, infelizmente, por uma polícia mal preparada, que trata de forma diferenciada essa juventude negra, que está sendo exterminada – exterminada pelos traficantes, pelos milicianes e por uma polícia mal preparada, que está preparada apenas para a guerra e não para proteger o cidadão. Sabemos as diferenças. Lá no Rio de Janeiro, se você pega um jovem de classe média com droga, é usuário quando chega ao juiz – com pequena quantidade de droga, é usuário. Se você pega um negro morador da favela, vira traficante, e o colocam no presídio, onde mais de 70% da população carcerária é negra.

Nós tivemos os navios negreiros, mas temos uma nova forma de escravidão. É impressionante ver como observamos nas redes sociais o ódio e o racismo que continuam presentes. Mandela dizia que ninguém nasce com ódio, as pessoas são ensinadas a terem ódio. É duro ver no século XXI ainda gente discriminando pessoas pela sua cor.

Eu vi o depoimento da Taís, que é uma atriz famosa no País, que faz novelas na Rede Globo. Ela contou sobre o seu filho, como há gente que muda de lado da calçada quando vê um jovem negro, que alguns pensam: "Ah, jovem negro é perigoso."

É isso tudo que vivemos no País de hoje.

Eu quero fazer uma relação entre essa situação de escravidão e este Dia da Consciência Negra com o que está sendo aprovado aqui, neste Senado, no último período, como a reforma trabalhista. Eu não tenho dúvidas de afirmar que a reforma trabalhista é a volta da escravidão no nosso País. Há a figura do trabalhador intermitente. O que é isso? Nós tínhamos, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, consagrado na Constituição o direito ao salário mínimo: nenhum trabalhador pode receber menos que um salário mínimo. Os senhores aqui, neste Senado Federal, rasgaram a Constituição. O trabalhador agora pode receber menos que um salário mínimo, sim. Ele agora vai receber por horas. Essa é a situação do trabalho intermitente: trabalhar por horas.

Todos viram a repercussão nas redes sociais daquele anúncio de emprego em jornal do Espírito Santo, que pagava R\$4,49 a hora do trabalho para a pessoa trabalhar em lanchonetes, cinco horas num sábado e cinco horas num domingo. Sabem quanto daria o salário no final do mês? Daria R\$164,00, o que nem de perto chega a um salário mínimo.

E o mais grave: saiu agora uma edição dessa medida provisória feita pelo Temer, para regulamentar o que foi aprovado na lei trabalhista. Sabem o que diz? Esse trabalhador intermitente não tem direito mais ao seguro-desemprego. Isso é um absurdo! E mais grave: ele nunca vai poder se aposentar. É um trabalhador de segunda classe, é a volta da semiescravidão. Ele ganha menos do que um salário mínimo, não tem seguro-desemprego e não terá aposentadoria no futuro. Sabem por quê?

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Porque o Temer colocou uma regulamentação dessa medida provisória dizendo o seguinte, Sr. Presidente: o trabalhador tem que complementar o dinheiro que ele recebeu no mês para fazer

jus à previdência. Aí eu peguei este exemplo do Espírito Santo em que o trabalhador ganha no mês R\$164, descontando 8% para a Previdência, o que é 14,27. Só que você teria que colocar a mais sabe quanto, Senador Elmano? Mais R\$151. Então, como é que alguém que ganha R\$164 vai ter que, ao final do mês, colocar mais R\$151 para receber a previdência no futuro? Ele não vai colocar, é um trabalhador sem aposentadoria. É a volta da situação de escravidão, Senador Elmano Férrer. Foi essa vergonha que os Srs. Senadores aprovaram aqui, porque esta Casa se vendeu. Esta Casa só representa o grande empresariado, o patronato. É uma Casa que está matando os trabalhadores. Os senhores deviam ter vergonha, mas foi isso que foi aprovado por este Senado e isso é a volta da escravidão.

Eu, Sr. Presidente, antes de encerrar, peço mais cinco minutos para trazer aqui uma informação que para nós é uma bomba. O jornal inglês *The Guardian* traz uma matéria – e é impressionante como a mídia brasileira não repercute – falando de um *lobby* feito pelo Ministro do Comércio Inglês, Greg Hands, em cima do Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, para servir às petroleiras inglesas, a BP e a Shell. Eu aqui muito falei que, nesse golpe que houve no Brasil, havia muito interesse em cima do pré-sal, e estamos vendo que o Governo está entregando o nosso pré-sal a preço de banana. Só que isso aqui é impressionante. Essa informação, na verdade, veio do Greenpeace, através da descoberta de um telegrama oficial que comprova que empresas e autoridades britânicas pressionaram diretamente o Governo brasileiro para obter a isenção de impostos e o fim da política de conteúdo local, Senador Randolfe. Quem publicou no Brasil foi o *site* 247, que eu quero parabenizar. Agora, é uma matéria de um dos maiores jornais do mundo.

De fato, o texto do telegrama afirma que, nos últimos seis meses, ocorreram anúncios positivos sobre a redução das exigências de conteúdo local e que, num café da manhã privado, os beneficiários dessas mudanças – isso aqui é o telegrama –, Shell e BP, expuseram suas preocupações remanescentes referentes a impostos e licenças ambientais. Ainda conforme o telegrama oficial do governo britânico, o diretor de gás e óleo do DIT, que é o Departamento Internacional do Ministério de Comércio Exterior britânico, continuou o diálogo no dia seguinte, liderando o seminário sobre política de conteúdo local no quartel-general do regulador brasileiro de óleo e gás – aqui deve ser a ANP. Isso aqui é algo inacreditável! Nós estamos falando de um ministro inglês que vem aqui, faz um *lobby* aberto para as duas petroleiras e, ao final, consegue tudo – consegue tudo o que queria.

Eu vou à reunião da Liderança do PT hoje à noite. A minha tese é que temos que ir atrás de CPI. Isso é um escândalo dos maiores!

Eu vou mostrar aqui, Senador Dário, que, nos leilões do pré-sal, aconteceu justamente isto aqui: pouca participação no pagamento de impostos da Shell, da BP.

Mas vamos lá.

O telegrama comprova também que os britânicos não apenas pressionaram, mas também foram vitoriosos em seus pleitos.

A MP 795 isentou totalmente as empresas estrangeiras de impostos, uma renúncia calculada em R\$700 bilhões, inaugurando o que nós chamamos de política de incentivo ao conteúdo internacional em detrimento da política de conteúdo local, que foi totalmente abandonada.

Eu fiz parte da comissão que discutia a Medida Provisória 795, que está em tramitação – está para ser votada na Câmara e no Senado. Eu, Senador Dário, Senador Randolfe, fiquei impressionado. No meio das discussões, quando estávamos lá – estamos falando de *lobby* da Shell –

, aparece um lobista falando no ouvido do Relator, e alguém chegou para mim e disse: "Aquele ali é um dos principais lobistas da Shell no Brasil." Eu, na hora, protestei. Mas o que estamos vendo agora é oficializado por documentos ingleses que foram tornados públicos pelo Greenpeace. E houve um erro: só foram tornados públicos porque, nos telegramas diplomáticos, em vez de uma tarja preta, colocaram uma tarja amarela e viraram públicos. Isso virou uma matéria do jornal *The Guardian*, falando das preocupações ambientais, porque também havia negociação sobre licenciamento ambiental.

Eu achei essa medida provisória tão escandalosa! O que diz essa medida provisória? Os senhores sabem que o Presidente Lula criou a política de conteúdo local, a partir de seu governo, estabelecendo o seguinte: "Navios, plataformas, sondas têm que ser construídos aqui no Brasil." A indústria naval estava morta, e nós vimos florescer novamente empregos na indústria naval. Agora, o que faz a Medida Provisória 795? Enterra qualquer possibilidade política de conteúdo local, porque diz o seguinte: "Zera toda a tributação de imposto de importação para a cadeia de petróleo e gás." Se vier uma plataforma de fora, sabem quanto se paga de tributo? Zero, nenhum centavo. Se você traz uma máquina de fora, paga zero; se você compra uma máquina aqui no Brasil, você paga imposto.

Sabem o que aconteceu com a indústria naval? No Estaleiro Mauá, no Rio de Janeiro, havia 12 mil empregos; não, havia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – No Estaleiro Mauá, havia 6 mil empregos. Sabem quantos trabalhadores há agora? Cem empregos – há dois navios parados. No Estaleiro Brasfels, em Angra, havia 12,8 mil; há 2 mil hoje, e a preocupação das pessoas é que, quando acabar uma plataforma, sejam todos demitidos. No Eisa, em Niterói, havia 3,5 mil; não há mais nenhum. No Rio Grande, havia vinte e tantos mil empregos; há 2 mil empregos. A indústria naval foi destruída. E fiquei eu pensando: como pode alguém, brasileiro, defender uma medida provisória como essa?

Agora está claro, houve um *lobby* do governo inglês, um *lobby* claro da Shell e da BP para aprovar isso, com o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia.

Quero anunciar também que eu vou fazer um requerimento convocando o Ministro, que tem que dar explicações.

Mas o que pediu o *lobby* do Ministro da Inglaterra?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pedia três coisas: licenciamentos ambientais, o fim da política de conteúdo local – e foi dado com essa medida provisória – e discutiram tributos, menor participação governamental. Eles conseguiram!

Eu quero trazer aqui a lista do leilão do pré-sal. A Shell... Eu quero chamar a atenção aos lances que foram oferecidos. Isso aqui está com cara de cartas marcadas. Quando a Petrobras ganhou uma área... Eu dou um exemplo, o Entorno de Sapinhoá a Petrobras ganhou. Sabe quanto foi o percentual de excedente em óleo? Oitenta por cento. Vou dar outro exemplo, a Petrobras ganhou também Peroba, uma área que se chama Peroba, e 76,96% ela pagou de excedente de óleo. Alto de Cabo Frio, Petrobras, 75%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Elmano, se puder me dar mais uns três ou quatro minutos, estamos aqui só eu, Dário e Randolfe, e estou só concluindo aqui. O Dário já falou, é só o Senador Randolfe, e vou apartear-lo também, porque essa buzina...

Então, vejam bem, quando é a Petrobras, são 80%, 75%, 76%. A Shell ganhou duas: Sul de Gato do Mato e também Alto de Cabo Frio. Sabe quanto ela pagou? 11,53%, em Sul de Gato do Mato; e 22%, em Alto de Cabo Frio Oeste. Então, a Petrobras paga excedente de óleo lá em cima e eles pagam lá embaixo.

Era justamente isso que ele estava negociando. São tenebrosas transações, é uma vergonha, não há soberania nacional, são os interesses das multinacionais do petróleo.

Eu encerro dizendo que, na Medida Provisória 795, também eles diminuem o número de impostos, porque eles dizem o seguinte: eles permitem que tudo que as empresas investirem em exploração de petróleo, produção, tudo que elas investirem podem deduzir e descontar do lucro Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda. Nós vamos ter uma das menores participações governamentais do mundo. Na maior parte dos países, é algo em torno de 70%, aqui vão ser 40%.

E o que me revolta sabe o que é? Quem descobriu o pré-sal fomos nós, brasileiros, foi a Petrobras. Não há risco algum, é igual pescar peixe no aquário, está tudo lá descoberto. Esse percentual de participação governamental sempre depende dos riscos. Não há risco algum! É uma entrega, estão vendendo o País a preço de banana!

Essas empresas têm que saber. O Senador Requião, que é Presidente da Frente Parlamentar da Soberania Nacional, tem dito que esse pessoal vai ser julgado no futuro, porque estão comprando mercadoria roubada de um Governo ilegítimo. Nós vamos ter que anular esses leilões do pré-sal e ir atrás dos envolvidos, quem participou desse crime, desse assalto ao patrimônio público brasileiro, dessa vergonha de ter um Ministério de Minas e Energia submetido a interesses das grandes petroleiras.

Nós vamos estudar na reunião da Bancada do PT, vamos começar a coletar assinaturas, porque esse Governo ilegítimo está destruindo o País, está o entregando a preço de banana.

Eu sempre soube porque muitas guerras, nos últimos períodos, foram feitas pela cobiça em cima do petróleo – quantas guerras. Aqui a motivação por trás do golpe, além de superexplorar os trabalhadores, era esta: se apropriar dessas riquezas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E eles estão conseguindo. Estão fazendo de forma tão clara, tão absurda.

Eu espero, Sr. Presidente – encerro agora a minha fala agradecendo a V. Ex^a pelo tempo –, que este Senado Federal se manifeste e que essa imprensa... Isso é uma vergonha. Se sai no jornal *The Guardian*, aqui eles nem falam do *lobby* explícito feito por um ministro inglês em cima de autoridades brasileiras, e um *lobby*, como eu disse, com resultados concretos. Eles conseguiram o fim da política de conteúdo local e conseguiram pagar praticamente nada de imposto pouco excedente de óleo. Isso aqui virou um... É um absurdo no que estão transformando o Brasil: numa república de bananas.

Eu espero que este Senado Federal se pronuncie sobre mais esse escândalo que acontece neste Governo ilegítimo de Michel Temer.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a e, pela ordem de oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Randolfe Rodrigues, da Rede, do Amapá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Senador Elmano Férrer, nosso Presidente em exercício desta sessão não deliberativa, secundo, como já disse aqui, o Senador Lindbergh Farias, por também ser um dos Estados brasileiros que celebra a data de hoje. Não por menos, Sr. Presidente, o Amapá, segundo os dados do IBGE, é o quarto Estado negro do País. Segundo os dados do IBGE, 73,9% da população do meu Estado se reivindica negra ou parda. Nós só temos um número inferior, percentualmente, aos Estados do Pará, Bahia e Maranhão. Isso é fonte de muito orgulho para nós amapaenses.

Por isso, ainda quando era Deputado Estadual, há pelo menos 15 anos, definimos a data de 20 de novembro como Dia da Consciência Negra, celebramos essa data, temos orgulho de ter sido um dos primeiros Estados do País que tomamos essa deliberação porque a nossa formação está diretamente vinculada a essa mistura e à presença dos negros na formação política do Amapá.

A formação e ocupação da margem esquerda do Amazonas, que data do século XVIII, teve, junto à ação do Marquês de Pombal de construção, nessa margem esquerda, de três cidadelas – da Vila de São José de Macapá, da Vila Vistosa da Madre de Deus, da Vila de Mazagão –, a construção de uma fortaleza, a maior fortaleza de todo o império colonial português no mundo. E obviamente era necessário, para erguer essas cidades, para erguer essa fortaleza, a mão de obra escrava, a mão de obra negra.

Foi em decorrência disso que, resistindo à escravidão branca, o entorno da então Vila de São José de Macapá se constituiu uma sede dos quilombos mais antigos do Brasil. Os quilombos de Curiaú, de Casa Grande e tantos outros que temos no entorno de Macapá mostram a identidade da formação do nosso povo. Aliás, é no Amapá que há uma das maiores manifestações que é um dos melhores exemplos, no meu entender, da resistência à colonização branca.

A resistência à colonização branca, a resistência à escravidão se dá de várias formas, mas o sentido primeiro da escravidão – foi assim ontem, foi assim nos primórdios, foi assim durante o período escravista, foi assim antes de Cristo e foi assim durante a terrível chaga da escravidão europeia, que marcou a ocupação europeia nas Américas com as colonizações inglesa, francesa, espanhola e portuguesa – é fazer com que o ser humano perca sua humanidade. O sentido da escravidão... É por isso que a escravidão é um dos piores crimes de lesa-humanidade que podem existir. Para o senhor de escravos, o escravo não é nada mais que coisa, o escravo não é nada mais que objeto. O senhor, o feitor de escravos compra o escravo como objeto que é, desumaniza o ser, retira até sua condição de cidadão. Nem falo da condição de cidadão, tira dele a condição de humano, transformando o escravo em um objeto. É este o sentido da escravidão.

Por isso, Senador Lindbergh, nós temos que reconhecer que os traços de racismo estão presentes na formação da sociedade brasileira. Nós fomos o último país das três Américas a abolir essa ignomínia, a abolir um dos piores crimes que um humano pode cometer contra o outro.

Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Randolfe, eu quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento e dizer... Eu citei, há pouco,

o livro *A Elite do Atraso*, de Jessé Souza. Na verdade, a escravidão brasileira tem características próprias. Neste sentido... Toda escravidão é terrível, mas havia uma escravidão que era a escravidão, digamos, do modelo norte-americano, mais ligada à produção, aos *plantations*. A escravidão aqui – chama a atenção, desde o começo, Gilberto Freyre, quando fala do patriarcado – era uma escravidão que ia além. Era a família ampliada. Era uma escravidão que envolvia esse traço familiar e de exploração sexual. O estupro foi a marca. O senhor era o senhor das terras e dos escravos, e ele fazia tudo. Não existia uma instituição acima dele. Há essa marca perversa. Eu chamo a atenção do senhor porque, se a gente for analisar a história até agora, ela continua presente. Veja a empregada doméstica. O que é a empregada doméstica? Nós finalmente conseguimos fazer uma legislação – aprovamos aqui – para equipará-la aos outros trabalhadores, porque ela não tinha nem os mesmos direitos. Mas ela fica nos pequenos quartos, sem janelas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Muitas vezes deslocados da casa.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É uma empregada doméstica que tem filhos e fica criando os filhos da classe média alta, e os filhos dela à distância, a semana inteira. Acabou a escravidão no País? Acabou a escravidão de um trabalhador que fica três horas por dia no transporte coletivo e agora vai receber menos que um salário mínimo? Porque o trabalho intermitente é uma nova forma de escravidão: trabalhador de primeira classe, trabalhador de segunda classe. Ele recebe por hora, Senador Randolfe, não tem direito a seguro desemprego, não vai ter aposentadoria. Parabenizo V. Ex^a pelo discurso. O senhor é um dos bravos Senadores. Agora, aqui há uma maioria de Senadores que só defende os interesses do grande empresariado, que votou a vergonha que foi essa reforma trabalhista escandalosa. E querem ir agora para a reforma da previdência, tirar de quem recebe um benefício de prestação continuada, um salário mínimo, de um idoso que recebe um quarto de salário mínimo de renda familiar, de uma pessoa com deficiência. Então, eu acho, quando a gente olha para a história do Brasil, que a escravidão é a grande marca. A gente está vivendo um momento de superexploração do trabalhador que nos lembra os piores momentos da escravidão: cidadão de primeira classe, cidadão de segunda classe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – É esse traço, Senador Lindbergh, completando V. Ex^a, que nós estamos vendo ser marcado no Brasil hoje. V. Ex^a citou, ainda há pouco, os dados do desemprego. Nunca é demais destacar. Os índices de desemprego são muito maiores entre as pessoas negras do que no restante da população. Veja, durante a recessão econômica que estamos vivendo são os negros os mais impactados. De 2015 para 2016, a taxa de desemprego total dos negros aumentou de 14,9% para 19,4%, enquanto a dos não negros aumentou de 12% para 15,2%.

Vou mais adiante, Senador Lindbergh, a política implementada pelo Governo Temer tem tido consequências diretas, principalmente nos pequenos Estados. É a política econômica recessiva de retirada de direitos dos trabalhadores. No meu Estado, alcançou-se a marca vergonhosa, ainda nesta semana, de 60 mil desempregados. Sabem o que significam, no Amapá, 60 mil desempregados? É um terço da população do Estado. Um terço da população do Estado é de desempregados. Desse um terço da população do Estado, quando a gente vai detalhar o dado, quase 60% são negros. Isso está aí e é mais uma face do retrato do racismo entranhado na sociedade. Não é a história de que uns têm oportunidade e outros não têm oportunidade, é a

questão de que o Estado oferece oportunidade para uns e não oferece a mesma oportunidade para outros.

Senador Cristovam Buarque, tenho o prazer de ouvir o seu aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Meu caro Senador, eu estava ouvindo a sua fala pela rádio e fiz questão de vir aqui para fazer-lhe um aparte. Primeiro, pela lembrança do dia de hoje: Dia da Consciência Negra, que nós temos de divulgar ao máximo. Tem de ser um dia de todos os brasileiros sintonizados com a nossa parte negra da população. Segundo, para trazer a dimensão que para mim é a mais fundamental hoje da escravidão, que é a exclusão educacional. Eu vi, há pouco, o Senador Lindbergh falando sobre a situação de nossas domésticas, trabalhadoras domésticas, empregadas domésticas, distantes dos filhos. O mais grave, para mim, é que os filhos delas vão a escolas de péssima qualidade, que são as nossas escolas, enquanto cuidam, nas casas, de crianças de classe média e alta que vão para boas escolas. Mas o que me chama a atenção, Senador Randolfe, é como os movimentos negros, que têm tido um papel tão importante na consciência negra no Brasil, lutam pouco pela educação das crianças negras, lutam pouco pela erradicação do analfabetismo, de cujos 13 milhões de adultos que não sabem ler, a imensa maioria é descendente de africanos. Vocês veem que uma das conquistas do movimento negro no Brasil e dessa consciência nossa da necessidade de quebrar o preconceito são as cotas para negros nas universidades. Mas ninguém luta contra o fim do analfabetismo, nós não lutamos por termos 100% terminando o ensino médio, e 100% terminando o ensino médio de qualidade, essa cota não entra nos discursos. Quando nós tivéssemos cota de 100% de nossas crianças terminando o ensino médio com qualidade, até as outras cotas deixariam de ser necessárias. Mas nós não vemos isso. Eu já conversei muito isso com diversos líderes do movimento negro, já conversei com o Frei Davi, que é um dos líderes das cotas para negros nas universidades – que eu sempre apoiei, acho necessário. E não é por razão social, é para mudar a cor da cara da elite brasileira, para que tenhamos embaixadores negros, tenhamos médicos negros, senadores negros, que praticamente não existem. É para mudar a cor da cara da elite brasileira que a gente precisa ter jovens negros na universidade. Mas não se vê a luta pelos analfabetos. É como se a classe média tivesse sido apropriada, ou o contrário: como se o movimento negro fosse apropriado pelas classes médias, porque, no fundo, a maior parte dos que lideram o movimento são de origem da classe média. E aí vem o fascínio pelo ingresso na universidade. E não vem o fascínio pela saída de ensino médio com qualidade. E é aí que a gente vai fazer a grande emancipação. É aí que virá a verdadeira abolição: quando o filho do mais pobre brasileiro estudar na mesma escola do filho do mais rico brasileiro. Isso é possível, gente! Os outros países já fizeram! Nos Estados Unidos, chegaram ao ponto – e olhem que é um país com uma tradição realmente racista, mais do que o Brasil – de pôr ônibus para levar os meninos e meninas negros e negras para a escola de brancos, misturaram ali dentro. A gente, aqui, capricha na segregação, por razões ditas sociais, mas com alto conteúdo racial também porque, no Brasil, contracheque, renda e cor da pele têm uma correlação estatística direta: quanto mais renda, provavelmente mais branca é a cara das pessoas. Mas a gente não vê essa luta pela igualdade na educação no ensino fundamental e no ensino médio; até já se vê na universidade. Vamos aproveitar este Dia da Consciência Negra para tentar trazer um pouco de consciência da importância da igualdade educacional, para que este País, de fato, emancipe todos aqueles que são hoje descendentes dos escravos do passado. Vamos fazer este Dia da Consciência Negra ser o dia da consciência da importância da educação

como vetor da emancipação. É para isso que eu queria aproveitar a sua fala, para dizer no meu aparte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Senador Cristovam, para confirmar o diagnóstico que V. Ex^a faz, os índices do analfabetismo no Brasil são reveladores dessa desigualdade. Veja, um levantamento feito pelo movimento Todos Pela Educação, em 2016, com base na pesquisa da PNAD, do IBGE, mostra que a taxa de analfabetismo é 11,2% entre os negros, 11,1% entre os pardos, com a mesma identidade; ou seja, 22% entre os negros e 5% entre os brancos. Assim, o analfabetismo claramente tem cor. É o que V. Ex^a aqui distingue. V. Ex^a claramente diz: o analfabetismo que nós... O traço remanescente do analfabetismo que temos no País claramente tem definição e tem cor. Esses números dos dados do analfabetismo no País são sintomáticos disso.

V. Ex^a me presenteou, e eu agradeço muito, com um livro, no ano passado, se não me engano, sobre os dias que antecederam os debates, no Senado do Império, de então, para a votação da Lei Áurea, assinada no 13 de maio de 1888. Encontramos vários traços de identidade. Encontrei ali, Senador Cristovam, vários traços de identidade com o debate atual.

Olhando para o Brasil de 1888 e vendo o Brasil de 2017, a pergunta elementar a ser feita é: onde mudamos? Onde? – daquele traço racista, patriarcal, daquela sociedade incrustada, montada no século XIX, a única sociedade das Américas que ainda não havia abolido a escravidão. E eu repito: às vezes, não damos à palavra o significado que ela tem e o peso que ela tem, pois escravidão significa transformar o outro em coisa. Nós temos que partir de um reconhecimento elementar de que a sociedade brasileira ainda traz, na sua carga histórica, nas suas costas, o peso de ter quatro séculos de escravidão.

Durante quatro séculos – Senador Cristovam, eu falei ainda há pouco –, 70% da população do meu Estado se reivindica negra, parda, segundo os dados do IBGE. Então, veja, à luz do Brasil do século XIX, 70% da população do meu Estado ou 53%, mais da metade, dos brasileiros seriam coisa – seriam coisa! –; seriam equiparados a objetos e poderiam ser tratados como quisesse o senhor da casa grande. E, quando ousassem empreender fuga, havia o capitão do mato para resgatá-los. E, quando o senhor da casa grande estivesse farto – farto – dos banquetes sexuais que fazia em prostíbulos, então se saciaria com a negra que era escrava, que estava dentro da casa grande.

É esse o Brasil de até 1888; é essa a carga cultural, genética que o Brasil tem que reconhecer. E é, em decorrência dessa carga, um absurdo não considerar o dia 20 de novembro...

Eu disse ainda há pouco, Senador Cristovam, que o Chefe de Estado brasileiro e o Chefe de Estado português deveriam ter, todo dia 20 de novembro, um encontro, perfilando suas Forças Armadas, para pedir humildemente perdão pelos crimes que foram cometidos na formação do povo brasileiro. Foi o pior crime de lesa-humanidade. Escravidão é o pior crime de lesa-humanidade. Não me surpreende terem, recentemente inclusive, procurado editar uma portaria que, do ponto de vista do campo, significaria na verdade um retrocesso à atividade, à utilização de mão de obra escrava.

Senador José Medeiros, tenho prazer em ouvi-lo.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Randolfe. Hoje houve várias falas aqui no Senado sobre o Dia da Consciência Negra. Queria aproveitar para homenagear três Senadores aqui, aliás, quatro, pois temos a Senadora Regina Sousa, o Senador Paulo Paim, o Senador Romário e o Senador Magno Malta,

quatro negros extraordinários aqui. Eles fazem aqui o bom debate e realmente fazem o enfrentamento que o Brasil precisa que seja feito. Eu penso que nós temos feito cada dia mais avanços, mas é bom que se diga que só teremos um verdadeiro alcance do que almejamos quando acontecer isso que o Senador acabou de falar. Isso me faz lembrar a fundação do Colégio Mackenzie, Senador Cristovam Buarque. Em 1870, quando aqui ainda havia muito da escravidão – a escravidão estava no apagar das luzes, mas ainda estava latente –, Mary Chamberlain veio dos Estados Unidos com seu marido, George, e, ao chegar em São Paulo, viu várias crianças, tanto os filhos da casa grande como os da senzala, e resolveu fazer uma escola, resolveu começar a ensinar na casa dela. E como a casa era dela, lá ela recebia quem queria, começou a ensinar tanto negros como brancos, tanto os filhos dos escravos quanto os filhos dos patrões.

(Soa a campainha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Pelo fato de ela ser norte-americana, eles queriam que seus filhos estudassem com ela. Então, vamos dizer assim, tiveram a condescendência de deixarem seus filhos estudarem ali com os negros, porque iam estar estudando com uma norte-americana. Mas o fato é que houve isso e ela fez uma exigência: ou dava a aula para todo mundo, ou não ia dar aula para ninguém. O fato é que houve isso em 1870, Senador Cristovam, uma pequena mostra do que a gente precisa, ou seja: tanto negros e brancos numa mesma escola quanto as classes sociais misturadas ali e tendo um ensino de qualidade. Tanto é que a escola Mackenzie, Senador Cristovam, se tornou referência em qualidade de ensino e depois migrou tanto do ensino básico como para o ensino fundamental e médio, como também hoje é uma faculdade, uma universidade de referência no Brasil. Cito, por exemplo, a última... Ela passou a ser inclusive referência mundial na pesquisa do grafeno e começou justamente com essa tese em que o Senador Cristovam Buarque sempre bate aqui: o filho do pobre estudando com o filho do rico. Ou seja, pessoas estudando juntas. O Senador Magno Malta sempre disse uma frase aqui muito interessante, Senador Randolfe: que quando dois corpos se juntam, e um pega na mão do outro, refletida a luz do sol neles, a sombra que aparece não tem cor, é uma cor só. Então, eu creio que, dentro em breve, dentro de muito pouco tempo – e aí usando a relatividade de Einstein –, o ser humano vai ter essa compreensão de que isso não tem a menor importância. Nós ainda vamos sentir muita vergonha de ter tido esse tipo de sentimento. Eu disse hoje que trabalhei 23 anos nas estradas e presenciei muitas tragédias. E naqueles momentos horrendos quando as pessoas precisam de sangue, precisam de doação de sangue, Senador Dário Berger, as pessoas não ficam procurando: "Olha, qual era a cor da pele dessa bolsa de sangue?". Não, elas estão desesperadas, elas estão precisando de sangue humano. Então, eu queria parabenizá-lo por essa sua fala, por esse discurso que ensejou este debate aqui. Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Eu é que agradeço, Senador José Medeiros, o aparte de V. Ex^a.

E, Presidente, já para concluir, os dados que aqui apresentamos, que já foram apresentados desde a exposição anterior do Senador Lindbergh, mostram que o racismo está engendrado na sociedade. Só para concluir isso, um levantamento feito pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), com dados de 2016 – portanto relativamente atual – mostram o seguinte: a diferença dos salários entre negros e brancos. Vejam o que dizem os dados: uma pessoa não negra que tinha... Os profissionais negros que não completaram o ensino médio ganham 92% menos do que os mesmos profissionais brancos. Quando se equipara aos profissionais,

essa diferença... Quando se equiparam os profissionais que têm ensino médio completo, essa diferença cai para 85%. Quando se trata de trabalhadores com ensino superior, os negros ganham somente 65% do que um trabalhador não negro ganha com a mesma formação.

São dados explícitos que mostram que o fim da escravidão atendeu a uma demanda de mercado e ainda levou a uma "ruptura", abre aspas, levou ainda a um golpe de Estado na época que foi o golpe de Estado que deu origem à República e terminou com o regime monárquico. Ou seja, para parte, para a própria elite brasileira do século XIX, embora o Brasil tenha sido a última das nações a abolir a prática da escravidão –, embora o Brasil tenha sido a última das nações –, boa parte da elite não só não ficou satisfeita, como um ano depois destituiu o Império e acabou com a monarquia, por ter o regime sustentado o fim da escravidão.

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Esses são dados, Sr. Presidente, que demonstram inequivocamente que esta data de 20 novembro não deve ser somente celebrada nos Estados onde é feriado, como, com muito orgulho, ocorre em meu Estado. Aliás, ainda hoje, em meu Estado, mais tarde, às 20h, ocorrerá na sede da União dos Negros do Amapá, no Centro de Cultura Negra, o tradicional evento da Missa dos Quilombos, tradicionalmente celebrado pelo Padre Paulo. É um evento tradicional de congregamento e, principalmente, para destacar, para lembrar o traço marcante do racismo, que é presente na sociedade brasileira, que é presente por parte das ações do Estado brasileiro. Quando se fala em políticas afirmativas, se fala, sim, de políticas afirmativas, porque há uma necessidade de reconhecimento histórico desses quatro séculos de opressão que o Estado brasileiro teve, na sua afirmação, contra os povos africanos.

Aliás, eu dizia ainda há pouco, Sr. Presidente, que no meu Estado temos orgulho de termos uma das maiores demonstrações de resistência contra a escravidão branca. Uma dança típica amapaense é o Marabaixo, uma dança que foi importada, que foi trazida da África.

Veja, eu disse ainda há pouco que a escravidão é uma forma de transformar, de coisificar o ser humano. Um ser humano torna o outro escravo quando torna o outro coisa. E o primeiro passo para tornar o outro coisa, objeto, a primeira ação para transformar o outro em objeto é fazer com que este perca a sua identidade, a sua cultura. Quando um homem não tem a sua identidade vista em um espelho – não olha para traz, não se identifica com a sua cultura, não reconhece a sua história, não sabe de onde veio –, ele perde a condição de cidadão, a condição básica e elementar de humano. Por isso, as primeiras ações da escravidão branca eram destruir as manifestações culturais, as manifestações religiosas dos povos africanos que eles escravizavam. O primeiro ato era esse.

O Marabaixo, manifestação vinda da África, é uma prova concreta de que a escravidão não venceu; de que a resistência...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – ... tal qual a resistência em 1650 de Zumbi dos Palmares e de Dandara triunfou sobre a escravidão.

Então, essa data tem que ser referenciada. E, de fato, ela só será mesmo referenciada quando, em um 20 de novembro – o que eu espero que não demore –, em um 20 de novembro futuro, os Chefes de Estado e de Governo do Brasil e de Portugal perfilarem, reunirem suas Forças

Armadas, o seu aparo estatal, e publicamente realizarem um 20 de novembro em louvor e reconhecimento, pedindo desculpas pelos mais de quatro séculos de escravidão, que forjaram a construção de uma Nação, mas que por completo desestruturaram povos e famílias.

Senador Dário Berger, tenho o maior prazer em ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Senador Randolfe Rodrigues, quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento, pela lembrança da passagem do Dia da Consciência Negra no Brasil e quero só fazer um pequeno acréscimo, se V. Ex^a evidentemente me permitir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – ... de forma simples e objetiva, tamanha é a eloquência e a relevância que V. Ex^a dá ao tema.

Eu fiz um exercício aqui, enquanto V. Ex^a falava, de 2017 a 1888. Isso perfaz 129 anos. Nesses 129 anos, me dá a impressão – acho que posso afirmar com convicção – de que temos pouco a comemorar e muito a avançar. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – E me parece que, inegavelmente, as coisas não evoluíram como deveriam evoluir. A marginalização ainda é grande com relação ao negro. Isso é muito triste, porque, como V. Ex^a mencionou, é uma espécie de escravidão obscura, sorrateira, que não permite ao negro as mesmas oportunidades, os mesmos direitos que ao homem branco. As estatísticas mostram isso e são estatísticas silenciosas. Muito embora, na retórica, todos mencionem que precisamos avançar nessa questão, na prática, isso efetivamente não acontece.

Portanto, eu quero parabenizar V. Ex^a e quero também buscar o 13 de maio de 1888. Apesar de não termos avançado como gostaríamos, foi uma data histórica, e precisamos louvar a Princesa Isabel por aquela atitude, aquele gesto da abolição da escravatura no Brasil. Portanto, eu me congratulo com V. Ex^a, parabenizo-o pelo pronunciamento e me solidarizo com toda a comunidade negra deste País, especialmente de Santa Catarina, de Florianópolis, onde o contingente negro também é extremamente significativo e contribui substancialmente para o desenvolvimento econômico e social daquele Estado, daquela cidade.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Eu que agradeço, Sr. Presidente.

São, de fato, várias passagens históricas. O 20 de novembro de 1650 – nunca é demais lembrar – é a data da celebração da maior revolta de escravos da história mundial. Muito se fala de Espártaco, mas a maior revolta de escravos da história mundial foi Palmares, construída por Zumbi e por Dandara no século XVII. Depois disso, passagens da história nacional, o seu Estado de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul viveram a passagem célebre da utilização, por parte dos brancos, dos negros, que é a célebre passagem dos lanceiros negros na Revolução Farroupilha. São passagens de diferentes momentos.

Veja: este é um País que resistiu, em todas as suas revoltas liberais, quando a agenda e a pauta eram o fim da escravidão. Um dos crimes mais absurdos alocados e denunciados contra Tiradentes e contra os Alferes da Inconfidência Mineira era o crime de abolição da escravatura.

Assim o foi também em relação à Confederação do Equador de 1818, liderado por Frei Caneca, que propunha uma nação republicana com igualdade de voto para todos e sem escravos.

Por isso que eu concluo dizendo isto: no Estado brasileiro, o 20 de novembro só será reconhecido de fato quando os chefes de Estado do Governo do Brasil e de Portugal abrirem as celebrações do dia 20 de novembro pedindo desculpas pelo crime de lesa-humanidade, que foi a escravidão.

Pouco se fará, pouco representará o 20 de novembro – a não ser como data de resistência – enquanto nós tivermos um Presidente da República que sequer lembra o significado e a relevância desta data.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, o Sr. Elmano Férrer deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu, mais uma vez, cumprimento V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento e pela lembrança do dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Eu me solidarizo e transmito as minhas mais sinceras considerações às comunidades negras de todo este País.

O próximo orador inscrito é o Senador Cidinho Santos, do PR, do Mato Grosso, a quem concedo a palavra. Em seguida, está inscrito o Senador Cristovam Buarque.

Então, com a palavra o Senador Cidinho Santos, do PR, do Mato Grosso.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente, Senador Dário Berger. É um prazer usar a palavra sendo a sessão presidida por V. Ex^a, do nosso querido Estado de Santa Catarina, o qual quero parabenizar, pois, vendo ontem uma matéria, o Estado com menor índice de desemprego no Brasil é o Estado de Santa Catarina. Parabéns.

Nós estamos aqui para falar um pouco sobre o nosso Estado de Mato Grosso. O Mato Grosso este ano produziu 60 milhões de toneladas de grãos. Diante de uma produção de 240 milhões de toneladas do Brasil, Mato Grosso contribui muito para essa produção agrícola.

Nesta semana, teremos dois eventos importantes de Mato Grosso. Apesar de toda essa produção, ainda temos problemas difíceis na área de logística. E eu queria aqui falar sobre dois eventos que acontecerão esta semana no nosso Estado e que considero de fundamental importância, porque se trata da rodovia de maior importância para o Estado na questão do escoamento da sua produção, que é a BR-163.

Teremos amanhã, em Sinop, a presença do Ministro dos Transportes, Maurício Quintella, que estará discutindo, com a população de Sinop e região, sobre a BR-163, no trecho que vai de Sinop até Miritituba, e também a concessão dessa rodovia, da divisa do Mato Grosso do Sul até Cuiabá – no Posto Gil –, Nova Mutum, e, depois, chegando a Sinop.

Aqui, no Senado Federal, eu presido a Comissão da Medida Provisória nº 800, que trata justamente da renovação dessas concessões e da possibilidade de ampliar o período para que as empresas possam fazer os investimentos. Iremos trabalhar, nos próximos meses, para que aprovemos essa medida provisória, dando condições para que a concessionária que lá está hoje, que é a Rota do Oeste, uma empresa do grupo Odebrecht, possa trazer investimentos, possa trazer parceiros para, no tempo adequado, no tempo mais rápido possível, conseguir fazer a duplicação do trecho de Posto Gil até Sinop, bem como também do trecho de Cuiabá até Rosário Oeste.

O trecho de Rondonópolis até a divisa de Mato Grosso do Sul já está concluído e o trecho de Cuiabá até Rondonópolis, apesar de haver uma concessão, este trecho ficou sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes. Essa obra está sendo executada e acreditamos que, até o final de 2018, todo o trecho estará duplicado e será muito importante para o Mato Grosso. Esse tráfico que hoje existe ainda é muito intenso – de Cuiabá até a cidade de Rondonópolis.

Então, com a presença do Ministro dos Transportes Maurício Quintella, amanhã, em Sinop, será discutido, debatido e apresentado aos presentes o que o Ministério tem feito em relação à BR-163, ao escoamento da produção da Região Norte, médio-Norte para o porto de Miritituba.

Este ano nós temos uma inovação: o Exército brasileiro assumiu o pior trecho dessa rodovia e está fazendo primeiramente um trabalho de manutenção para que não tenhamos, em 2018, na safra, os mesmos problemas que tivemos na safra de 2017, em que houve filas enormes de caminhões que ficaram atolados lá durante dias, comprometendo o escoamento da produção até chegar ao porto de Miritituba.

Então, a presença do Exército dá essa garantia, essa segurança de que, nesse ano de 2018, não teremos primeiramente os atoleiros e toda aquela confusão que houve no ano de 2017 e da obra de pavimentação que o Exército brasileiro se comprometeu, até o final de 2019 e início de 2020, em entregar, no trecho que ficou sob a responsabilidade do Exército brasileiro. Com certeza, será uma boa notícia esta que o Ministro dos Transportes levará para a população do médio-norte, do norte de Mato Grosso e também do Pará.

E, na quinta-feira, Presidente, nós teremos em Nova Mutum, com o Presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, com o Presidente da ANTT, Jorge Bastos, representantes do Ministério dos Transportes, representantes de outros bancos, empresários do Brasil e também do mundo, discutindo o modelo ferroviário do Mato Grosso e discutindo a Ferrovia Senador Vicente Vuolo, que hoje está parada em Rondonópolis. A nossa intenção é que essa ferrovia chegue até o Município de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, para que tenhamos a possibilidade de os produtos produzidos no médio-norte de Mato Grosso tenham uma alternativa de saída. Já saem hoje pelo porto de Santos, mas ainda está longe, porque essa ferrovia está parada já há alguns anos na cidade de Rondonópolis.

Então, nós teremos esse debate, na quinta-feira, em Nova Mutum, como também debateremos a Ferrogrão, cujo edital está na praça. Estão sendo feitas as audiências públicas e essa ferrovia vai ligar a cidade de Sinop até o porto de Miritituba no Pará.

Com essas duas obras acontecendo no modal ferroviário – a ferrovia Senador Vicente Vuolo, de Rondonópolis até Nova Mutum ou Lucas do Rio Verde; a ferrovia Ferrogrão, de Sinop também até o porto de Miritituba; a BR-242, que é uma rodovia transversal que cruza o Estado; a BR-174, que é outra BR importante –, com certeza teremos no Mato Grosso uma condição logística muito interessante, muito melhor do que nós tínhamos nos últimos anos, onde tínhamos todas as dificuldades de exportação dos nossos produtos e dependíamos apenas dos portos do Sul e também do Sudeste. E, devido ao gargalo das rodovias e às péssimas condições de estradas que havia, essa produção muitas vezes se perdia no caminho e o custo do frete inviabilizava a produção.

Com essa possibilidade desse investimento de infraestrutura que o Governo está fazendo, através de recursos próprios, através de concessões, Mato Grosso avança para que, nos próximos dez anos, possamos sair de 60 milhões de toneladas de grãos e chegar a 150 milhões de toneladas de grãos.

Toda essa produção que nós temos hoje, 60 milhões de toneladas de grãos, Senador Cristovam Buarque, é produzida em apenas 8% da área territorial do Estado mato-grossense, e temos mais 17% em áreas de pastagens. Então, o Estado tem hoje, em áreas abertas, um total de 25% para produzir 60 milhões de toneladas de grãos e ainda ser o maior produtor de bovinos, o terceiro maior produtor de aves, o segundo maior produtor de suínos do Brasil, um Estado gigante e que, tenho certeza, só com a tecnologia que hoje está sendo aplicada na pecuária brasileira, como foi aplicada também na agriculturas tempos atrás, essas áreas de pastagens vão ser condensadas para produzir mais carne e abrir espaço para a produção agrícola.

E existe a integração lavoura-pecuária. Tive o prazer de, na última sexta-feira, no Município de Diamantino, visitar um grande confinamento da LFPEC onde eles engordam 60 mil cabeças de gado anualmente, tudo no modelo de semiconfinamento da integração lavoura-pecuária, em que eles plantam a soja, plantam o milho para fazer o confinamento, colhem o milho, plantam o capim, ou seja, conseguem fazer três culturas durante o ano trazendo produtividade e eficiência.

A pecuária brasileira está de parabéns, o Dr. Francisco Camacho e toda a sua equipe, pela organização da LFPEC, mostrando que a pecuária brasileira realmente está avançando, como avançou a agricultura em função do grande apoio que teve da Embrapa e dos outros institutos de pesquisa, usando tecnologia de ponta, recursos na hora certa. A agricultura brasileira é referência para o mundo hoje, e a pecuária também segue esse mesmo caminho.

O nosso Estado, Mato Grosso, então, tem essa oportunidade de, resolvendo essas questões de logística – da BR-158, da BR-242, da BR-174 e também as questões da 163, a conclusão do asfalto até Miritituba, da ferrovia da Ferrogrão, de Sinop até o Porto de Miritituba, e também da ferrovia Senador Vicente Vuolo, de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, ligando até Rondonópolis – ser um Estado com todas as condições de ser realmente o eldorado brasileiro, ajudando o Brasil a se desenvolver e produzir alimentos para o mundo.

Então, quero aqui cumprimentar o Governador do Estado, Pedro Taques, por esse evento na quinta-feira, na cidade de Nova Mutum, cumprimentar o Prefeito de Nova Mutum, Adriano Pivetta. Na quinta-feira de manhã, estaremos nos deslocando daqui, juntamente com Presidente do BNDES, para estarmos lá nesse grande evento discutindo as questões de logística e integração do modal ferroviário de Mato Grosso.

E, para encerrar, eu queria aqui registrar e cumprimentar a Polícia Civil do Estado do Mato Grosso pela grande ação que aconteceu na última sexta-feira.

Um aparte ao Senador Cristovam, por favor.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Quando quiser.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Está concedido o aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senador Cidinho, eu tenho, sempre que posso, quando converso com nossos amigos do Mato Grosso e até do Centro-Oeste em geral, da parte produtora especialmente de grãos, insistido em dizer que têm que pensar, como o senhor aí falou bem sobre essa tragédia da infraestrutura, da logística, mas eu cobro que pensem o futuro. E eu sempre lembro – talvez seja um cacoete de quem foi professor de economia brasileira e de história da economia brasileira –, sempre sugiro que olhem o passado. Nos anos 20, Belém e Manaus tinham uma riqueza que equivalia hoje à riqueza de cidades do Mato Grosso que eu já visitei, graças à soja e ao gado. Essas cidades caíram na pobreza em poucos anos, quando a borracha foi levada para a Malásia. Não vai demorar para a

soja ser levada para mais próximo da China, que é a grande compradora. Quando isso acontecer, nossa produção vai perder mercado, como a produção lá do Norte perdeu mercado para a borracha. Felizmente, dificilmente vai haver soja sintética. O caso da borracha foi mais grave porque também se descobriu como se fazer borracha sintética. Por isso, o que eu sempre sugiro é que parte da riqueza que hoje tem a região, especialmente Mato Grosso – e já conversei sobre isso com o Governador e amigo Pedro Taques –, deveria ser investida na transformação do Mato Grosso no grande centro de produção de alta tecnologia no Brasil, o que a gente pode chamar de Silicon Valley do Brasil. Silicon Valley é aquela região da Califórnia de onde vem tudo isso que a gente usa hoje de alta tecnologia. Aquilo era um deserto. Com certo investimento, obviamente facilitado pelas boas universidades norte-americanas, conseguiu-se transformar aquela região de um deserto em terra em um celeiro de inteligência. Hoje o Mato Grosso é um celeiro de soja e de gado, mas precisa se transformar, se quiser pensar no futuro, em um celeiro de inteligência, porque isso é que vai ser o grande produto do futuro. Então, eu pego carona na sua fala para parabenizá-lo pela sua fala e para dizer que o senhor tem toda a razão em relação à preocupação com o presente, que está ameaçado quando a gente vê soja sendo produzida sem que haja como escoá-la ou sendo escoada a um preço altíssimo, o que leva a ser mais caro levar a soja de onde ela é produzida até o porto do que a sua produção. É preciso reservar uma parte para pensar o futuro, e o futuro do mundo vai estar naquelas regiões, naqueles países que foram incapazes de fazer centros de produção de alta tecnologia, o que exige... Mato Grosso ter a melhor educação de base do Brasil não é difícil, além de grandes universidades e centros de pesquisa, num casamento entre empresas e Estado. Não imaginem que o Estado é capaz de transformar a região em um grande centro de produção de inteligência. Isso não existe. Não é um produto estatal, é um produto cooperativo entre o estatal e o público. Então, eu aproveito, mais uma vez, para lhe dar este recado e pedir que transmita isso ao Governador Pedro Taques e às lideranças empresariais do Mato Grosso. É uma preocupação, uma sugestão e uma lembrança de quem estudou a história econômica do Brasil.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu é que agradeço. É uma honra ter um aparte de V. Ex^a ao meu discurso, com palavras muito bem colocadas. É uma preocupação, realmente, que nós devemos ter. Levarei ao Governador Pedro Taques e também ao Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, suas considerações, assim como a outras lideranças do setor.

Hoje já existe uma preocupação... V. Ex^a falou sobre a questão da China. E há também a questão da venda de terras para estrangeiros. Há toda uma preocupação de qual o sentido, porque nós somos grandes exportadores de soja, grandes exportadores de milho, mas ainda não somos... Somos exportadores, mas poderíamos ser muito mais exportadores de produtos acabados, de aves, de suínos, de bovinos...

Hoje a gente vê, cada vez mais, países como a China, que, no ano passado, tive a oportunidade de visitar. Eles nos informaram que têm estoque de milho para três anos, para quatro anos, algodão para três, quatro anos. Então, hoje conseguem dominar o mundo. Se numa safra tiverem interesse de inviabilizar a agricultura de um País como o Brasil, eles inviabilizam. É só dizerem: "Neste ano, não vou comprar." O que é que se vai fazer com a produção?

Existe uma discussão que tem de ser colocada de que os países que produzem principalmente a soja, que é uma *commodity* – e não são muitos os países que a produzem, só o Brasil, os Estados Unidos, o Canadá, a Argentina e alguns outros poucos países –, unam-se e exportem o grão de

soja para a China, mas uma parte terá de também exportar o produto agregado. Se ficarem dependendo só da exportação da soja e eles vierem ao Brasil – como S. Ex^a, o Senador Cristovam, falou –, comecem a comprar terras aqui, conseguindo ter acesso à tecnologia que o Brasil tem, daqui a pouco, irão fazer essa cultura na África do Sul, por exemplo, e nós não vamos conseguir competir. Aí vai acontecer o que V. Ex^a disse em relação à questão da borracha, que acompanhei muito bem.

Fui Secretário de Desenvolvimento Regional de Mato Grosso. Os seringais de Mato Grosso, as indústrias de transformação que havia lá praticamente todas fecharam. Hoje, ao invés de sermos os exportadores que éramos antes, somos importadores de látex de outros países, principalmente da Malásia, que foi quem levou a nossa variedade principal para lá e desenvolveu grandes seringais. Então, realmente é uma preocupação pertinente de V. Ex^a.

Para encerrar, eu queria registrar um fato acontecido em Cuiabá, na última sexta-feira. Foi até um fato incomum, porque hoje não se ouve mais falar sobre a questão de sequestros. Tivemos, na sexta-feira, uma empresária que foi sequestrada em Cuiabá por nove meliantes. Houve uma ação muito rápida e eficiente da Polícia Civil, da Polícia Militar e de todos os órgãos envolvidos. Assim, vimos a solidariedade do povo de Cuiabá, do povo de Mato Grosso, a preocupação de desvendar o crime, de ajudar a família, de dar todo o apoio. Isso mostrou que o nosso povo é um povo solidário. Esse sequestro da empresária Milene Ewbank, que aconteceu na sexta-feira no final da tarde, já estava resolvido na sexta-feira de madrugada. Infelizmente o policial Sidney, que invadiu o cativeiro, foi alvejado por um tiro e está internado em Cuiabá, no Hospital São Benedito. A ele as nossas orações para que se recupere. Nosso reconhecimento a ele e a toda a valorosa Polícia Civil, à Polícia Militar e a todas as forças de segurança do Estado do Mato Grosso.

Este é um tema que tem de ser discutido aqui em Brasília, no Congresso Nacional, pelo Governo Federal: a questão da segurança. Antigamente era restrita às grandes capitais. Hoje está nas pequenas cidades, com arrombamento de caixas eletrônicos, assaltos à mão armada. Nesses dias, assisti a uma reportagem dizendo que, na cidade de Uberaba, uma cidade média, os bandidos cercaram os policiais dentro do quartel, à noite, e passaram a noite toda praticando crimes na cidade. Então, realmente, é um tema que tem de ser discutido, que tem de ser levado em consideração.

Não se pode pensar que a questão da segurança pública é um tema só dos governos estaduais, pois tem de envolver todas as três esferas do poder. O Governo Federal, o governo estadual, o governo municipal e a sociedade como um todo devem ter essa preocupação de dar uma solução ou de, pelo menos, minimizar essa questão da segurança pública. Solução acho que só vamos ter quando tivermos mais investimentos em segurança, quando tivermos mais apoio das famílias junto a seus filhos ensinando princípios morais. Talvez possamos aí, mais à frente, ter uma condição melhor de segurança. Mas, num primeiro momento, agora, exige-se uma ação rápida e efetiva do Congresso Nacional, com as legislações mais rígidas, recursos e investimentos na questão da segurança.

Para encerrar, Presidente, hoje é Dia da Consciência Negra, e eu vi uma frase interessante do ator Morgan Freeman que eu gostaria de citar aqui. Ele diz simplesmente o seguinte: "O dia em que pararmos de nos preocupar com a consciência negra, amarela ou branca e nos preocuparmos com a consciência humana, o racismo desaparece".

Eram só essas as minhas considerações. Muito obrigado, Senador Dário, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Muito obrigado. Eu é que o cumprimento, Senador Cidinho Santos, pelo pronunciamento.

Encontra-se inscrito o Senador Cristovam Buarque, aliás o nosso Prof. Cristovam Buarque.

Enquanto S. Ex^a se dirige à tribuna, eu presto homenagem aos nossos visitantes, que são de diversas delegações do Brasil inteiro, que vêm visitar o Senado Federal. Eu agradeço a presença de todas as senhoras e de todos os senhores.

Concedo a palavra, então, ao eminente Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, visitantes.

Em primeiro lugar, Presidente, quero lembrar, mais uma vez, o que outros já fizeram aqui, que hoje é o Dia da Consciência Negra e lembrar a dívida que o Brasil tem com todos aqueles 4,5 milhões de africanos que vieram para cá – o País que recebeu mais escravos em toda a América, incluindo os Estados Unidos.

É uma dívida que nós temos do passado, das condições em que esses seres humanos foram tratados aqui durante 350 anos. Filhos, netos, bisnetos, tataranetos... Não sei nem como é que chama o filho do tataraneto, mas, se a gente coloca 350 anos, pode-se dizer que certamente dez gerações de descendentes de negros africanos viveram na escravidão. Mas essa dívida cobra um preço muito alto sobre nós: na consciência, que se acostumou a um país desigual. Nós somos acostumados com um país desigual: não há indignação no Brasil quando a gente vê a desigualdade entre tanta riqueza de um lado e tanta pobreza de outro, não há indignação. Isso é algo que pessoas de outros países não entendem. Como também não entendiam, até o século XIX, os que vinham aqui de países onde já não havia escravidão e viam a vergonha, a tragédia e a estupidez que era para o País o sistema escravocrata.

Trezentos e cinquenta anos deixam uma marca, uma marca que mantém até hoje uma forma de racismo, mas sobretudo essa tolerância imoral com a desigualdade. Hoje é o dia de refletir sobre isso. E eu insisto que, para mim, a maneira de resolver essa desigualdade não virá da economia. Vai precisar da economia eficiente, mas não é a economia que vai resolver. A economia pode ser eficiente, produzir muito e não diminuir a desigualdade.

A desigualdade será diminuída no Brasil quando a educação foi distribuída igualmente. Não há outra maneira de quebrar a desigualdade, e todos os países que hoje têm sociedade sem desigualdades profundas conseguiram reduzir a desigualdade ao distribuir a chance da educação.

Se queremos uma sociedade brasileira igual, é preciso que o filho do mais pobre estude em uma escola com a mesma qualidade que a do filho do mais rico. A não ser que esse mais rico seja tão rico, tão rico que mande seus filhos para a Suíça. Tudo bem, mas aqui dentro a educação e a saúde deveriam ser absolutamente iguais. No resto, nós vamos tolerar a desigualdade. Uma roupa bonita, uma roupa feia, um restaurante caro, um restaurante barato, um carro bonito, andar de ônibus são desigualdades toleráveis. Elas fazem parte da necessidade, da liberdade, inclusive, da escolha no mercado.

Então, hoje é um dia de refletir sobre a consciência negra e a consciência da indignação com a desigualdade, de que nós precisamos, não só entre brancos e negros, entre brasileiros, não importa a raça, não importa onde vive. Isso está faltando no discurso político brasileiro e aí, Presidente, é que eu quero trazer um assunto paralelo, mas provocado por isso.

Ainda hoje, mas a partir de meados do século passado, quando se percebeu que os governos não resolviam os problemas, começou a surgir uma coisa chamada ONG (Organização Não Governamental) para defender as florestas, para defender os rios, a natureza em geral, para defender crianças, para defender adolescentes. Surgiram as ONGs (Organizações Não Governamentais) para substituir o que o governo não conseguia fazer.

Senador Dário, eu creio que nós estamos vivendo algo parecido hoje, não mais com organizações não governamentais, mas com organizações não políticas ou não partidárias. Estão surgindo no Brasil, por conta da nossa incapacidade de fazer com que o Brasil funcione bem – a incapacidade nossa, de políticos e de partidos –, organizações paralelas, para tentar interferir no destino do País já que os partidos não conseguem, já que nós aqui não estamos conseguindo.

Uma simples pesquisa me permitiu levantar, por exemplo, um grupo chamado Agora, que se diz, e é, eu respeito, um movimento cívico que pretende impactar a agenda pública e a ação política a partir da sociedade. É uma organização não política, ou não partidária se quiser, como antes havia, e ainda há, as organizações não governamentais. Ao lado do Agora, dessa ONG, não ONG, dessa entidade não partidária, não política, para influir na política, eu cito outra: Movimento Transparência Partidária, que tem um manifesto por mais transparência, mais democracia, dizendo já, no primeiro parágrafo: "Acreditamos que os partidos políticos devem ser transparentes e democráticos. Queremos partidos mais representativos e permeáveis aos anseios da sociedade".

Nós – o senhor tem um partido, eu tenho outro – não precisávamos ouvir isso se nós fôssemos transparentes, se nós fôssemos representativos, se nós fôssemos permeáveis aos anseios da sociedade.

Mas não estamos sendo: há pouquíssimas semanas derrubamos uma decisão do Supremo para proteger um colega nosso contra a vontade da sociedade. Essas entidades, como esse movimento Transparência Partidária, estão surgindo, como surgiram as ONGs, pela nossa incapacidade de cumprir nosso papel.

Cito outra, Quero Prévias – esse é o nome de uma organização não política ou não partidária, como eram ou são ainda as ONGs.

As Prévias [está escrito logo na primeira frase] são o mecanismo pelo qual a sociedade civil deseja influenciar a escolha das candidatas e candidatos que disputarão as eleições de 2018. Tradicionalmente, cabe a cada partido tomar essa decisão com base em suas convicções e forças internas, o que continua sendo legítimo. Agora, no entanto, propomos um processo transpartidário, influenciado também por movimentos coletivos, ativistas e outras organizações da sociedade civil.

Nós já deveríamos estar fazendo isso nos nossos partidos.

Cito outro, Bancada Ativista, que começa dizendo assim: "As práticas dizem respeito à forma e à abertura das candidaturas que compõem a Bancada Ativista durante o período de campanha eleitoral que se inicia em 16 de agosto de 2016". Já existia naquela época, e cheia de propostas.

São entidades que surgem paralelas aos partidos, porque os partidos não estão cumprindo ...

Há uma que me chamou muito a atenção porque o programa que eles apresentam é quase um programa perfeito para um partido. Chama-se Acredito. O grupo Acredito começa falando algo que nós aqui perdemos: nosso sonho. Eu gostei desse começo. Nós perdemos a capacidade de sonhar. "Um novo Congresso com a cara do Brasil", é a primeira frase do manifesto deles. "Uma

renovação de princípios, práticas e pessoas na nossa política. Renovação com uma prioridade: superar nossas profundas desigualdades, barreiras a um projeto de país mais estável, justo e desenvolvido".

E aí vem um verdadeiro programa que tem um capítulo chamado "Valores, Dignidade, Igualdade de Oportunidades, Diversidade, Ética e Transparência, Estado Eficiente" – Estado eficiente, algo de que nós precisamos muito. Um Estado ineficiente significa corrupção. Corrupção não significa só colocar dinheiro no bolso do político. Corrupção é desperdício de dinheiro público, dinheiro que vai para o ralo, que não atinge o destino para o qual deve ser usado. Isso é corrupção. Eu falo sempre que há três formas de corrupção: há a corrupção do comportamento do político, daquele que põe dinheiro no bolso; há a corrupção nas prioridades, que é a corrupção de escolher prioridades que não são as melhores para o povo, como foi construir estádio no lugar de saneamento; e há a corrupção do vazamento, que é a corrupção do desperdício. Isto está aqui na proposta desse grupo que se chama Acredito: ética do Estado, ética e transparência, sociedade plural e livre, economia empreendedora e competitiva, sustentabilidade.

Aí depois vem um capítulo "O Brasil que queremos". Todo partido deveria ter esse capítulo, "O Brasil que queremos". Eu só acrescentaria "no mundo em que estamos", porque não adianta falar "O Brasil que queremos" em um mundo que não é o em que nós estamos. Não adianta falar "O Brasil que queremos" sem levar em conta que vivemos no mundo da globalização, da robótica, da alta tecnologia, da participação pelos meios de comunicação – as mídias e os telefones inteligentes. Então, ao "O Brasil que queremos", eu acrescentaria "no mundo em que estamos". E que vem com algo que me fascinou, que é o primeiro item desse Brasil que queremos: uma nova política antiprivilégios. Quando a gente vê a desmoralização dos políticos, Senador Dário, para mim a maior causa – maior até do que a corrupção explícita do comportamento, a corrupção nas prioridades e a corrupção dos vazamentos – é o mau exemplo que nós damos com os nossos privilégios.

Nenhum povo acredita em líderes que vivem na base de privilégios em uma democracia. Isso até se justificava nas monarquias. Tem uma legitimidade própria a monarquia com os seus privilégios, mas ali é um grupinho de nobres. Mesmo assim, felizmente, já se fez revolução, no mundo inteiro, republicana. Nós, que temos uma república, temos mais privilégios do que os países monárquicos da Europa.

Os filhos do príncipe da Suécia vão na mesma escola que os filhos dos trabalhadores do palácio – e é rei, são nobres, mas a educação é igual. Eu vi, não faz muito, alguns anos atrás, uma foto no jornal em que estava: "O príncipe herdeiro da Dinamarca vai para a escola no seu primeiro dia". Uma escola pública, e é monarquia.

Aqui é uma república. Nossos filhos, daqui, dos representantes do povo vão na mesma escola que os filhos do povo? Há juízes, em alguns Estados do Brasil – não só os juízes deveriam zelar pela justiça –, que não só não colocam os filhos na escola pública como recebem dinheiro do Governo para colocarem os filhos em escola privada. Tem algo mais absurdo de privilégio de que dinheiro público para pagar a um dirigente de governo para colocar o seu filho em uma escola privada, diferente da escola pública, por que nós aqui somos obrigados a zelar?

Por isso, eu vejo nesse grupo, que se chama Acredito, se não me engano, o Brasil que queremos: nova política antiprivilégios. Tem que ser antiprivilégio colocar o filho em escola particular se nós somos os responsáveis pela escola pública.

Depois eles colocam: "Congresso transparente, participativo, verdadeiro, representativo verdadeiramente, sustentabilidade econômica e social, combate à corrupção, valorização da cultura brasileira, campanhas baratas e propositivas, redução das profundas desigualdades políticas, sociais, universais." Aqui, minha crítica a esse manifesto. Só tem uma linha, uma frase que realmente fala em educação. Aí não é sério. Falar em redução das profundas desigualdades com uma frase sobre educação – e genérica –, que diz: "Acreditamos na educação básica de qualidade como principal ponte de acesso às mesmas chances para todos os brasileiros e brasileiras", não bastava, tinha que dizer como, tinha que dizer que o filho do pobre deve estudar na mesma escola que o filho do rico. Eu digo escola com "E" maiúsculo, não precisa ser o mesmo prédio, não precisa ser a mesma escolinha ali, não, mas a escola como um sistema, até porque eles moram em lugares distantes – e a gente nunca vai ter a coragem dos gringos, dos americanos que criaram um sistema de ônibus para levar filhos dos negros e dos bairros pobres para estudarem nos bairros ricos. Os americanos fizeram e são chamados de imperialistas, colonialistas, capitalistas, mas lá existe, há décadas já – creio que 50 anos –, um sistema de transporte em que uma criança de um bairro rico vai estudar em um bairro pobre e vice-versa, misturando-se tudo. Eu nem chego a isso, mas eu chego a que, na escola do condomínio, a qualidade seja igual que na favela, sem demagogia de que isso se faz em um ano, dois anos, três anos, cinco anos, dez anos; leva tempo, mas tem que começar, e podemos fazer por cidade isso.

Continua essa proposta: "Sociedade diversa e livre; combate inteligente à violência". Gostei dessa ideia porque tem o combate brutal à violência. Há um candidato a Presidente que defende combate à violência com brutalidade. Aqui diz que não é com bondade, é com inteligência.

"Partidos democráticos e transparentes; economia inclusiva e competitiva; gestão pública moderna e eficiente."

Pois bem, esse é um programa de um partido sério, mas é de uma organização não partidária, é de uma organização que eu acho que chega quase a se dizer não política, embora isso seja uma contradição em termo. Uma organização já é política e, se quer influir no País, ela tem que ser política.

Agora, elas existem pelo nosso fracasso. Elas existem pela nossa falência, essas entidades que estão surgindo e que, felizmente, estão surgindo, como felizmente surgiram as organizações não governamentais. Sem elas, muitas coisas positivas deste País não estariam acontecendo inclusive na educação – com movimentos privados que visam influir na educação, seja pela pressão ao Governo, seja pela execução de políticas públicas.

E eu vou terminar lembrando que tive uma organização não governamental. Quando eu saí do governo do Distrito Federal, eu criei uma organização chamada Missão Criança, que, durante alguns anos, teve como papel levar a ideia do Bolsa Escola para o Brasil e o mundo, e conseguimos. O Presidente Fernando Henrique Cardoso colocou o programa Bolsa Escola cinco anos depois que começou no Distrito Federal, graças, em parte, a uma batalha grande de convencimento da minha organização não governamental Missão Criança. Outras cidades no Brasil foram colocando pela nossa persistência. E no mundo, também: pouca gente sabe, mas eu consegui recursos internacionais para financiar Bolsa Escola em países da África. Eu consegui. Consegui um programa com 156 crianças recebendo Bolsa Escola na Tanzânia – financiadas as bolsas com dinheiro da Inglaterra.

Essa é uma história que um dia eu gostaria de contar, porque começou tudo em um táxi, depois de uma palestra que eu fiz no Banco Mundial, em Washington, indo para o aeroporto. Eu

perguntei ao motorista qual era o Estado dele – era um homem negro. Ele disse: "Eu não sou de nenhum Estado. Eu sou de Uganda, na África". E começamos a conversar. Eu disse que estava saindo de uma reunião em que divulgara um programa que havia sido criado no Distrito Federal – eu não tive a petulância de dizer que havia sido eu que o criei como Governador – que pagava as famílias pobres para que seus filhos estudassem. Ele foi se interessando e disse que tinha uma organização não governamental chamada Ark's Foundation, a Fundação Ark, que apoiava famílias, crianças órfãs da aids. E dessa conversa, depois de um ano, conseguimos fazer um programa não em Uganda, mas na Tanzânia, onde eles trabalhavam também.

Pois bem, eu fui dirigente de organização não governamental e eu vi o papel que nós tivemos ao espalhar Bolsa Escola no Brasil e no mundo.

Eu defendo as organizações não governamentais, elas têm um papel. Aqui e ali, há algumas que se desviam do caminho; aqui e ali há algumas que se aproveitam. Agora, eu não sou favorável a dinheiro público em ONG. Se é organização não governamental, procure dinheiro no setor privado, porque termina dando corrupção... Por isso, eu não tenho emenda para organização não governamental das emendas a que tenho direito aqui. Não faço. Se é não governamental, tem que ser financiada com recursos privados.

Por isso, eu vejo com satisfação o surgimento dessas organizações não políticas ou não partidárias – porque não políticas elas se dizem, mas, na verdade, não são: são políticas. Elas existem pelo fracasso dos partidos, mas, na hora de realizar o poder delas, vão ter que usar os partidos. Lamentavelmente, no Brasil ainda não existe a candidatura avulsa – o que eu defendo. É a possibilidade de um cidadão ou de uma cidadã dizer "eu quero ser candidato", "eu quero ser candidata e não tenho Partido", e se ligar direto ao povo. Não sou contra isso, mas o Brasil não aceita. Então, esses grupos vão ter que se ligar a partidos. Seus membros, se quiserem ser candidatos, vão ter que entrar em um partido.

E para concluir, Senador, e lhe passar a palavra para o seu aparte, eu quero dizer que tenho uma preocupação também com esses movimentos. É a de começarem a trazer, por conta do fracasso dos partidos – e dos políticos que estamos aqui, e eu sou um deles –, por conta desse nosso fracasso, para darem resposta, neófitos para ocuparem cargos para os quais também não tenham condições.

Dias atrás, eu ouvi alguém dizer: "Não é nenhum problema colocar na Presidência alguém que não tenha nenhuma experiência política, porque nós ensinamos a fazer". E eu disse, Senador Dário, talvez de uma maneira muito dura: isso seria como pegar uma pessoa que nunca assistiu a um concerto de música e dar-lhe uma batuta para reger, dizendo que os músicos vão ensiná-lo a reger na hora do concerto. Não vai dar certo, não vai sair uma boa música, até porque as partituras são diferentes: cada Deputado pensa de um jeito; cada Senador pensa de um jeito.

O maestro Presidente, para conseguir fazer um Parlamento funcionar bem, sem comprar, como se comprou no mensalão, como se está comprando agora, de vez em quando, se o Presidente quer barrar alguma coisa, o maestro tem que ter uma experiência muito grande, tem que ter um preparo muito grande, tem que demonstrar que é capaz do diálogo construtivo. Diálogo construtivo é aquele diálogo que convence a fazer coisas do conjunto.

Então, eu tenho impressão de que eles vão ter dificuldades se quiserem transformar seus movimentos em assumir poder sem preparo. Mas, para colaborar, eu creio que a gente está precisando dessa oxigenação que vem de fora. Mas oxigenação é uma coisa, musculatura é outra. A gente precisa é de oxigenação. Na musculatura, se não pegar quem tem o trejeito, a prática em

sintonia com isso aqui, com a luta contra a corrupção, se não pegar esses, podemos ter situações ainda piores do que esta tragédia que nós vivemos hoje...

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ...porque a realidade é que tudo pode ainda piorar, por pior que seja.

Então, bem-vindos esses movimentos! Fico satisfeito que eles existam. Alguns desses aqui têm propostas que parecem de bons partidos, que nós deveríamos copiar. Mas vamos entender bem o que é ajudar o processo político; o que é negar o processo político, o que seria uma estupidez; e o que é colaborar com o processo que está aí.

Era isso o que eu queria dizer, aproveitando, de saída, o Dia da Consciência Negra, mas a fala ficaria incompleta sem pelo menos um aparte, e fico feliz que o senhor vá fazer esse aparte do alto da cadeira de Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Senador Cristovam Buarque, quero agradecer a V. Ex^a o aparte.

Acho que posso afirmar que V. Ex^a foi, é e continuará sendo, por muito tempo ainda, um mensageiro de boas novas, de boas práticas, de boas ações, da boa política. Sobretudo, eu queria destacar e reconhecer o esforço de V. Ex^a, quando foi governador do Distrito Federal, em implantar programas sociais como o Bolsa Família, Bolsa Escola, que depois foi mudando de rótulo, mas a essência nasceu realmente aqui no Distrito Federal, quando V. Ex^a foi governador.

Além disso, uma questão importante, fundamental, vital inclusive para a sociedade humana é o projeto que V. Ex^a implantou aqui com relação à educação no trânsito: de colocar a mão para a frente, preferência para quem anda a pé; preferência para a vida, não para a máquina. Veja só que já faz algum tempo que V. Ex^a foi governador, mas suas práticas e suas ideias permanecem atuais e vivas até este momento. Então, o pronunciamento de V. Ex^a foi amplo, abrangente e diversificado.

Eu tive oportunidade hoje de fazer um pronunciamento aqui também da tribuna do Senado Federal. E fui buscar inspiração na nossa Constituição, mais precisamente no art. 3º, cujo item III tem muita coisa a ver com parte do pronunciamento de V. Ex^a. Ele diz o seguinte:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

[...]

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Eu fiz um pronunciamento inspirado nesse item e disse que eu entendo que o maior problema do Brasil hoje são as diferenças sociais, as desigualdades, porque delas decorrem a falta de segurança pública, a falta de educação, as questões relacionadas à saúde, à convivência humana propriamente dita e à formação do cidadão como elemento importante e fundamental para o desenvolvimento do País.

V. Ex^a já mencionou que, para reduzir as desigualdades, é através da educação. Também penso que é por meio da educação. Mas queria colocar um ingrediente a mais para nós, que estamos meio que solitários aqui no plenário do Senado, abriremos uma pequena discussão, talvez rápida. A verdadeira mudança que nós precisamos implantar no Brasil vem da educação. Concordo que venha da educação e a educação é o princípio, o meio e o fim da consciência do ser humano. Só que quero buscar na consciência o seguinte: a verdadeira mudança que nós tanto estamos almejando... E sobre isso V. Ex^a trouxe algumas mensagens de algumas ONGs que estão

refundando, repensando, reconstruindo um pensamento nacional, seja político, seja partidário, seja menos partidário ou seja o que for, mas é uma frente, um levante, aquilo que nós não estamos conseguindo demonstrar na prática, o que efetivamente elas anseiam, desejam com uma democracia representativa. Eu até acho que a democracia como tem atuado não só no Brasil, mas algumas partes do mundo, parece-me que está em xeque, em questionamento. Talvez nós precisemos aprimorar um pouco os seus métodos, os seus conceitos, avaliar melhor essa questão, pois conceitos que, há 20, 30 anos, eram consolidados, hoje, certamente são alterados.

Bem, busquei essa questão do desenvolvimento regional, mas queria buscar na consciência, ressaltando que a verdadeira mudança para nós mudarmos mesmo este País não vem da nossa consciência, daquilo que nós damos de importância para nós mesmos e para os nossos semelhantes para que nós possamos construir uma sociedade com menos conflito, com menos arrogância, com menos intolerância, com menos radicalismo. Nós percebemos hoje que o País está dividido. Nós não aceitamos mais a opinião dos outros. Nós não sentamos mais para discutir.

Nós emitimos a nossa opinião de forma agressiva, de forma sorrateira muitas vezes, obscura e, em vez disso, colaborar para construção de um Brasil mais solidário, mais democrático, mais transparente.

Na minha, na minha opinião e meu pronunciamento neste momento, isso tem servido fundamentalmente para acirrar ainda mais os ânimos e construir uma sociedade ainda mais dividida do que esta em que nós estamos. E isso é muito preocupante, porque nós precisamos, em 2018, é de um candidato a Presidente que una o Brasil, não que dívida; que una, que una negros e brancos, pobres e ricos e que a gente possa, enfim, caminhar juntos na mesma calçada, frequentar a mesma escola, ter a mesma qualidade e por aí vai.

De maneira que eu queria só... Quando V. Ex^a abordava os inúmeros temas que abordou, mas, quando abordou as desigualdades sociais e que elas só serão revertidas com educação, quero, mais uma vez, assinar embaixo, ser subscritor dessa mensagem, mas ampliar o debate para que a gente possa, de repente, ter uma nova consciência, uma consciência coletiva. Não é a minha, não é a de V. Ex^a, é a consciência do cidadão que hoje está revoltado. Mas nós não vamos resolver o problema do Brasil de forma revoltada. Nós vamos resolver com paciência, com parcimônia, com equilíbrio, com serenidade, sentando à mesa, ouvindo aqueles que discordam de nós e construindo um equilíbrio para poder avançar. E é nesse sentido que eu boto à mesa mais esse elemento para ouvir V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito obrigado, Presidente. V. Ex^a disse que assinava embaixo, e eu quero assinar embaixo também do que o senhor falou.

Eu tenho dito, nessa caminhada que tenho feito, querendo que o meu Partido me coloque como candidato à Presidência, que nós temos dois problemas hoje no Brasil: retomar coesão nacional – que é o que o senhor falou – e definir um rumo para o futuro. De certa maneira, o senhor falou o casamento dos brasileiros para se sentirem parte do mesmo País. Que discordem, mas parte do mesmo País! E o casamento do presente com o futuro. Sem isso não vai adiantar. A coesão pura e simples hoje, como o Brasil está, mesmo unido, vai ser um Brasil pobre, vai ser um Brasil atrasado, vai ser um Brasil despreparado. O Brasil tem que ser coeso, sentindo-se cada um de nós pertencente ao mesmo País e tem que ser também um País que diga, nos próximos 30, 40 anos: "Eles precisam caminhar numa direção".

Nós perdemos...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Como o senhor disse, nós perdemos a capacidade de estarmos juntos, mas perdemos a capacidade de olhar à frente, ficamos imediatistas. Desde que Juscelino disse: "50 anos em cinco", aí ele pensou o futuro. O regime militar pensou o futuro, mas, nos últimos anos e décadas, nós só pensamos o presente. E aí, por só pensarmos o presente, cada um de nós, políticos, tem que pensar o que dá para um grupo, o que é que dá para outro grupo, o que é que dá para outro grupo, e não o que dá para ao conjunto.

Não há discurso nacional. Nós fazemos pesquisas de opinião e vemos o que o branco quer ouvir, o que o negro quer ouvir, o que o amarelo quer ouvir, o que o Nordeste quer ouvir, o que o Sul quer ouvir, e vamos dando pinceladas para cada um. Deram até um nome: nichos. Nicho é como os pesquisadores chamam um grupinho. Nós fazemos discurso para os nichos, para os times, não para a seleção. É como se o Brasil só tivesse time, não tivesse seleção.

Hoje, nós não temos seleção do ponto de vista de um projeto nacional. Cada um é um time, e aí a gente não se encontra. Mas, se se encontrar, tem que ser complementado com um projeto para as crianças, para o futuro. Senão, não vamos construir uma nação sintonizada com o espírito do tempo, que é como chamavam os filósofos alemães. O espírito do tempo é para onde deve ir o país. Eu creio que um candidato a Presidente tem que trazer um projeto que diga com clareza como construir a coesão e como definir o futuro, o rumo.

E aí, só para concluir, eu acho que o primeiro item de um projeto de coesão é o exemplo dos políticos na sua austeridade, até para poder pedir austeridade nacional, porque a gente vai precisar de certa austeridade, porque gastamos muito ultimamente. Mas como a gente vai pedir austeridade ao povo com os privilégios e as mordomias que temos? É preciso abrir mão dessas mordomias, mas não cada um voluntariamente. É preciso acabar com isso por lei, fazendo com que este País seja republicano, e numa República o líder vive como um cidadão comum, sem privilégios, sem mordomias.

Este é um ponto de partida para a coesão. Depois, tem muito mais coisa, inclusive um detalhe de que poucos lembram: para haver coesão, para que todos se sintam parte do mesmo país, é preciso que todos conheçam sua bandeira, e um analfabeto não conhece a bandeira brasileira, porque não sabe ler "Ordem e Progresso". A gente se esquece disso, não é? A bandeira do Brasil, diferentemente de quase todas as outras, tem um texto escrito nela. Quem não sabe ler não lê "Ordem e Progresso". Se você mistura aquelas letras, ele pensa que ainda é a bandeira do Brasil só porque ela é verde, amarela e azul. Mas não é mais a bandeira do Brasil se as letras estão misturadas ou escritas em outro idioma.

Então, há uma série de ações para dar coesão. Aliás, a coesão começa na escola. O grande exemplo é a Itália. Quando a Itália se formou – e isto tem apenas 150 anos –, ela não era um país, mas uma soma de principados. Como se fez de uma soma de principados um país? Ensinando italiano para todas as crianças, porque, antes, cada uma falava a sua língua, o seu idioma.

É preciso construir o país coeso hoje e um rumo para o futuro. Por isso, eu agradeço que o senhor tenha trazido este assunto da coesão, da unificação do Brasil, respeitando as diversidades, respeitando as opiniões diferentes, mas dizendo "somos um mesmo time chamado Brasil". Este é o desafio que eu queria ver nos discursos dos nossos candidatos e que eu gostaria de ver nas propostas das organizações não partidárias que fazem política, as ONPs, como eu chamei hoje aqui.

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado pelo tempo que me foi dado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Que é isso? Eu é que agradeço a V. Ex^a, que sempre dá uma aula. V. Ex^a é um professor. Além de Senador, sempre será um professor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu prefiro dizer que, além de professor, sou Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Também. Exatamente. Parabéns a V. Ex^a!

Não havendo mais matéria a deliberar nem a tratar, nem oradores inscritos para usarem a palavra, agradecendo aos nossos técnicos, aos ouvintes da Rádio Senado e aos telespectadores da TV Senado, encerro a presente sessão.

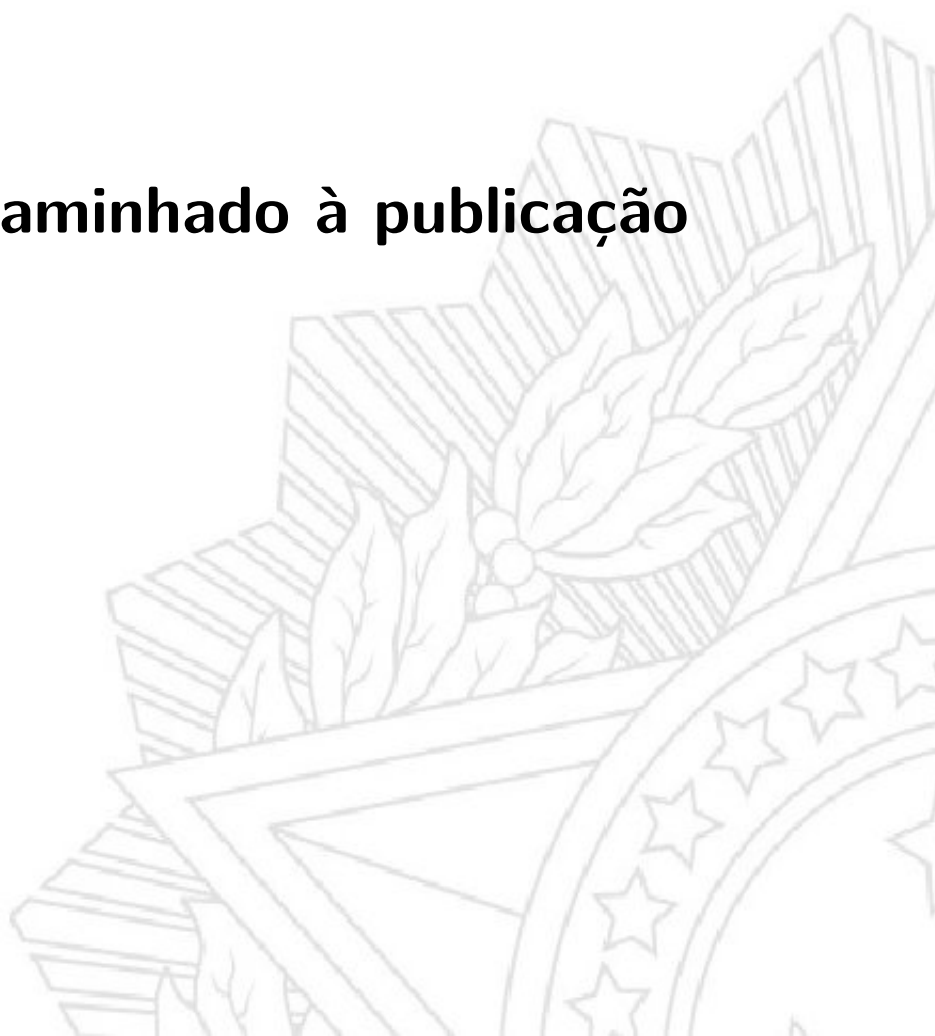
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 08 minutos.)

MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 175ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Discurso encaminhado à publicação



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, dia Vinte de Novembro é uma data de muita reflexão, data da morte do grande líder negro Zumbi dos Palmares. O Brasil possui 5.570 municípios sendo que apenas 1047, celebram e refletem o dia Vinte de Novembro. Precisamos reverter estes números.

A República de Palmares é um dos principais símbolos da resistência negra à escravidão. Localizado na Serra da Barriga, no município de União dos Palmares, o Quilombo acolhia homens, mulheres, crianças, idosos, índios, negros e brancos, que combatiam a escravidão.

O quilombo dos Palmares destacou-se por sua organização política e militar.

Em 1971, ativistas do Grupo Palmares, do Rio Grande do Sul, constataram a data da execução de Zumbi e iniciaram uma série de comemorações anuais, elevando-a como data de referência negra.

Em 2007 foi implantado no alto da Serra da Barriga, no município de União dos Palmares, o Parque Memorial Quilombo dos Palmares. O local recria o ambiente da República dos Palmares, maior e mais organizado refúgio de negros das Américas durante o período escravocrata.

Dentro do Parque, foram reconstituídas algumas das mais significativas edificações do Quilombo dos Palmares. Com paredes de pau-a-pique, cobertura vegetal e inscrições em banto e iorubá, avista-se o Onjó de farinha (Casa de farinha), o Onjó Cruzambê (Casa do Campo Santo), o Oxile das ervas (Terreiro das ervas), as ocas indígenas e a Muxima de Palmares (Coração de Palmares).

Neste ano de 2017, a Serra da Barriga foi considerada Patrimônio Cultural do Mercosul, este reconhecimento além de valorizar os indivíduos e suas comunidades de matrizes africanas no continente americano, representa uma reparação às perseguições e à intolerância praticadas e reveladas por meio dos quilombos.

Minhas amigas e meus amigos, o Brasil possui apenas 517 anos e por quase 400 anos vivemos sob um sistema de escravocrata. Muitos avanços foram conquistados pela população negra no Brasil, contudo estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) – órgão da ONU, demonstram que o nível da qualidade de vida da população negra no Brasil está uma década atrasado em relação aos brancos.

“Infelizmente, ainda é coisa de preto”.

Segundo o documento “Desenvolvimento humano para além das médias”, entre 2000 e 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) da população negra cresceu, em média, 2,5% ao ano, acumulando alta de 28% no período, frente ao 1,4% anual dos brancos, ou 15% em dez anos. Mas, apesar do ritmo mais acelerado, só em 2010 o IDHM dos negros alcançou a pontuação (0,679) que já havia sido atingida pelos brancos uma década antes (0,675).

“Infelizmente, ainda é coisa de preto”.

Conforme dados do Atlas da Violência 2017, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O Brasil registrou, em 2015, 59.080 mil homicídios. Isso significa 28,9 mortes a cada 100 mil habitantes. Os números representam uma mudança de patamar nesse indicador em relação a 2005, quando ocorreram 48.136 homicídios.

“Infelizmente, ainda é coisa de preto”

O estudo analisa os números e as taxas de homicídio no país entre 2005 e 2015 e detalha os dados por regiões, Unidades da Federação e municípios com mais de 100 mil habitantes. Apenas 2% dos municípios brasileiros (111) respondiam, em 2015, por metade dos casos de homicídio no país, e 10% dos municípios (557) concentraram 76,5% do total de mortes.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, os estados que apresentaram crescimento superior a 100% nas taxas de homicídio no período analisado estão localizados nas regiões Norte e Nordeste. O destaque é o Rio Grande do Norte, com um crescimento de 232%. Em 2005, a taxa de homicídios no estado era de 13,5 para cada 100 mil habitantes. Em 2015, esse número passou para 44,9. Em seguida estão Sergipe (134,7%) e Maranhão (130,5).

Pernambuco e Espírito Santo, por sua vez, reduziram a taxa de homicídios em 20% e 21,5%, respectivamente. Porém, as reduções mais significativas ficaram em estados do Sudeste: em São Paulo, a taxa caiu 44,3% (de 21,9 para 12,2), e, no Rio de Janeiro, 36,4% (de 48,2 para 30,6).

Houve um aumento no número de Unidades da Federação que diminuíram a taxa de homicídios depois de 2010. Especificamente nesse período, as maiores quedas ocorreram no Espírito Santo (27,6%), Paraná (23,4%) e Alagoas (21,8%). No sentido contrário, houve crescimento intenso das taxas entre 2010 e 2015 nos estados de Sergipe (77,7%), Rio Grande do Norte (75,5%), Piauí (54,0%) e Maranhão (52,8%). A pesquisa também aponta uma difusão dos homicídios para municípios do interior do país.

“A pátria mãe gentil, chora por seus filhos”.

Mais de 318 mil jovens foram assassinados no Brasil entre 2005 e 2015. Apenas em 2015, foram 31.264 homicídios de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, uma redução de 3,3% na taxa em relação a 2014.

No que diz respeito às Unidades da Federação, é possível notar uma grande disparidade: enquanto em São Paulo houve uma redução de 49,4%, nesses onze anos, no Rio Grande do Norte o aumento da taxa de homicídios de jovens foi de 292,3%.

Os homens jovens continuam sendo as principais vítimas: mais de 92% dos homicídios acometem essa parcela da população. Em Alagoas e Sergipe a taxa de homicídios de homens jovens atingiu, respectivamente, 233 e 230,4 mortes por 100 mil homens jovens em 2015.

A cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. De acordo com informações do Atlas, os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras etnias, já descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência.

Nesta última semana um jovem negro e ator deixou de ser socorrido por agentes da segurança do metrô da maior cidade do Brasil - São Paulo, por um ato de racismo destes agentes.

O jovem foi assaltado por delinquentes e tentando fugir procurou os agentes do metrô, que não acreditaram que ela era a vítima e o devolveu aos criminosos, que o agrediram com chutes, socos e até mordidas de cachorros que se encontravam com os criminosos.

“Infelizmente, ainda é coisa de preto”.

Os trabalhadores brancos ganham salários médios 82% superiores aos rendimentos dos pretos, conforme dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Um trabalhador branco tem um rendimento médio real de R\$ 2.660, considerando todas as ocupações, enquanto brasileiros pretos empregados ganham R\$ 1.461 — uma diferença de R\$ 1.199. Os pardos ganham, em média, R\$ 1.480.

O Brasil encerrou 2016 com 12,3 milhões de pessoas desempregadas, sendo que a participação dos pardos foi de 52,7% (portanto, mais da metade), dos brancos de 35,6% e a dos pretos de 11%.

Já entre os brasileiros empregados no final de 2016, o contingente de ocupados era de 90,3 milhões de pessoas — 41,7 milhões que se declararam brancos (46,2%), 39,6 milhões pardos (43,9%) e 8,1 milhões de cor preta.

“Infelizmente, ainda é coisa de preto”.

A perseguição às religiões de matriz africana e intolerância religiosa. Diariamente casos de intolerância religiosa, crescem no Brasil, no mês de outubro, um lar social e um terreiro de Umbanda no Estado de Minas Gerais a “Casa Espírita Império dos Orixás de Nossa Senhora da Conceição e São Jorge Guerreiro”, foram invadidos por criminosos, que além de ameaçar os proprietários e moradores, quebraram e destruíram toda propriedade sob o argumento, que não queriam macumbeiros naquela cidade. Lamentável em pleno o século 21 ainda vivermos com tanta intolerância.

Somente na Bahia, entre 2013 e 2017, foram registrados 98 casos de violência tendo como pano de fundo a intolerância a essas religiões.

Os professores Hélio Santos e Marlon Marcos Francisco Nunes, dizem não utilizar mais o termo intolerância religiosa, para atitudes como essa. Retratam estes atos como terrorismo, forjado no racismo. Precisamos criar mecanismos para coibir e penalizar esses atos que ferem as religiões de matriz africana.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, para que todas estas estatísticas deixem de ser “Coisa de Preto”, e passemos a pensar como uma nação, uma nação que se preocupe com o seu povo, povo este multicultural, devemos olhar para um dos principais direitos fundamentais, garantido em nossa Carta Magna a Educação. Olhar para educação é valorizar a professora, o professor, o aluno e a sociedade brasileira, é investir em políticas públicas estruturantes, é priorizar no Orçamento Federal, Estadual e Municipal ações e programas com objetivos educacionais. Não adianta pensarmos em mudar o Brasil senão ainda existe crianças sentando no chão para estudar.

Minhas amigas e meus amigos, quero falar ainda da Lei número 10.639 de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

Está lei é maravilhosa, pois traz obrigatoriedade da difusão da história da população negra e possibilita que está história seja contada pelas próprias negras e negros, que ajudaram e ajudam a desenvolver este país.

Com mais de 57 % da sua população brasileira autodeclarada negra, ainda visualizamos a predominância dos modelos educacionais influenciados por componentes de identidade cultural europeia no cotidiano das escolas.

Conviver (viver com o outro, ter intimidade), Educar (dar educação, criar, cultivar, adquirir os dotes físicos, morais e educacionais que dá à educação) e Pertencer (formar ou fazer parte, ser parte integral de) foram os verbos que encontrei para retratar a importância

da Lei nº 10.639 de 2003, para promoção da igualdade racial e o combate ao racismo nas suas mais variadas formas.

Investir na educação gera retorno na forma de inovação, descoberta de novos líderes, geração de emprego e renda. São benefícios a serem colhidos ao longo de anos e com um efeito direto sobre a qualidade de vida. A falta de investimento nessa área, ao contrário, representa o desperdício de potencial.

Para que a implantação da lei aconteça, precisamos do esforço de todas: mulheres, homens, idosos, adolescentes, crianças, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Na data do dia Vinte de Novembro, poucos Estados e municípios trabalham com a devida importância o simbolismo da Escravidão. Entretanto temos belos exemplos como o município de Butiá no Rio Grande do Sul, que com a união de lideranças negras e brancas, com o apoio da câmara de vereadores em especial do vereador Leonardo Montenegro e da prefeitura, começaram a debater e enfrentar o Racismo no município.

Temos outros exemplos no Brasil como o Estado de Minas Gerais, que através da Secretaria de Educação do Estado criou a Campanha Afroconsciência, que valoriza nas escolas a história e a cultura afro-brasileira em nossa sociedade, através de seminários, teatros, danças, caminhadas e outras iniciativas.

É preciso que o povo brasileiro esteja engajado nesta mudança de pensamento, nesta mudança de comportamento e olhe para o seu próximo como um amigo, um amigo que ele possa caminhar de mãos e enfrentar qualquer desafio.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, há poucos dias, fiz um discurso crítico ao sistema de recuperação fiscal, porque a mensagem que o Governo passa com o novo Refis é a de que a sonegação vale à pena. E, para fazer essa renúncia de receita, são realizados cortes nas despesas discricionárias.

É comum o entusiasmo do mercado financeiro com os cortes orçamentários e com os juros altos, mas o outro lado da moeda revela recessão e imobilidade social. Esses cortes causam a ruptura de diversos programas sociais e atingem, sobretudo, a população negra.

Com o argumento da crise financeira, as negras e os negros são os primeiros da base da pirâmide social, a sentirem a Reforma Trabalhista elaborada pelo Palácio do Planalto e efetivada pelo Congresso Nacional.

Como citei anteriormente, não bastasse a população negra receber menos que os brancos, os afrodescendentes terão de submeter às condições ainda mais precárias de trabalho e ocuparam as funções mais exploradas e menos remuneradas.

“Infelizmente, ainda é coisa de preto”.

No Senado Federal com 81 senadores e senadoras, apenas 04 declaram –se negros. Precisamos incluir a diversidade, diante as representações políticas no Brasil.

Enquanto não tivermos negros, índios, pessoas com deficiências, mulheres e jovens participando como atores principais da política brasileira, nada, nada mudará. Precisamos dar voz aos que não tem voz.

Eu acredito que quando as cadeiras do Congresso Nacional, estiverem floridas, com as mais variadas rosas, poderemos disputar de forma igual, as grandes ideias. Mas enquanto o processo político, da política permanecer inerte e excludente, manteremos a paralisia na democracia e pagaremos um custo muito alto pelo retrocesso.

Minhas amigas e meus amigos, a pressão das pessoas é o melhor mecanismo para reverter essa contradição. Há, pelo menos, duas maneiras de se fazer pressão para mudar o quadro de representantes: o voto e a fiscalização dos eleitos.

Quando o sonho de igualdade entre negros, brancos, índios, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, jovens, independente de origem de raça, sexo, cor, idade tornar-se realidade, Aquilino, Zumbi, Abdias do Nascimento, Luiza Bairros, Lua (militante negro), Irmã Doroti, Chico Mendes, Oliveira Silveira, Galdino Pataxó e muitas outras guerreiras e guerreiros estarão juntos em festa! Viva o povo negro!!! Viva a diversidade do povo brasileiro! Viva a diversidade do povo brasileiro!

Vou terminar o meu pronunciamento com um trecho do poema Negros do grande poeta de Oliveira Silveira:

“Encontrei minhas origens
Na cor de minha pele
Nos lanhos de minha alma
Em mim
Em minha gente escura
Em meus heróis altivos
Encontrei
Encontrei-as enfim
Me encontrei.”
Axé.
Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveitei a semana do feriado alusivo à Proclamação da República, para cumprir uma extensa agenda pelo Rio Grande do Sul.

Estive em 15 municípios de diversas regiões. Fui à Ivoti, Taquara, Viamão, Ipê, Antônio Prado, Vacaria, Novo Hamburgo, Alvorada, Lajeado, Pelotas, Capão do Leão, Rio Grande, Porto Alegre, Novo Hamburgo e Anjo.

Aula Pública na cidade de Taquara.

Participei como palestrante em uma aula pública no Centro Educacional Índio Cesar Brasileiro, organizado pelo Comitê Regional Contra o Desmonte da Previdência.

Estavam presentes o procurador do Ministério Público do Trabalho, Rogério Fleisschmann; representantes de centrais sindicais e sindicatos - CTB (Abigail Pereira), CUT (Simone Goldschmidt), Nova Central, Sindicato dos Sapateiros de Parobé, Sindicato dos Bancários do Vale do Paranhana, Sindicato dos Comerciantes, entre outros.

Foi um evento plural, intersindical, suprapartidário bem ao estilo do que tenho pregado quando falo em uma Frente Ampla Pelo Brasil.

No evento, recebi dois documentos: um abaixo-assinado contra a venda de ações do Banrisul que é o banco estatal gaúcho. Documento que foi entregue pelos integrantes do Sindicato dos Bancários da região; e, um documento/manifesto contrário à tentativa de extinção da Justiça do Trabalho, entregue por servidores, magistrados e advogados que atuam nesta área. Saibam vocês que estou junto nessa luta.

Viamão – Festa das Maiorias – Idosos e Negros, Rádio Fartapergs.

Particpei na sexta-feira, dia 10 na cidade de Viamão, da “Festa das Maiorias” evento alusivo aos idosos e aos negros.

Lá particpei de diversos programas de rádio como o projeto Rádio FETAPERGS na Estrada, Rádio Santa Cecília e Rádio Velha Capital.

Foi um bate papo muito democrático onde ao lado do deputado federal do PC do B Assis Melo e dos presidentes da Fetapergs/RS, José Pedro Kunn, de Itamar Santos e o vereador Adão Preto Filho conversamos sobre a necessidade de elaboração de um Estatuto do Trabalho e também sobre os resultados da CPI da Previdência.

Tive uma grata surpresa. O Sr. Martin Martins, um idoso de 94 anos, negro, militante das causas do povo fez uma bela explanação onde mostrou sua preocupação como os rumos que o País vem tomando. É exemplos como o do Sr. Martin que buscamos força e energia para fazermos o bom combate.

Na serra gaúcha –Ipê – Antônio Prado e Vacaria

Estive na pequena, mas muito simpática cidade de Ipê – Capital Nacional da Agroecologia, a convite da jovem vereadora Gislaine Zilliotto que reuniu um grupo expressivo de pessoas na manhã do sábado, dia 10, em sua maioria agricultores familiares a fim de debater o tema da Previdência com foco no trabalhador rural.

Em Antônio Prado estive almoçando na Fenamassa - um dos mais importantes eventos gastronômicos da Serra Gaúcha.

Em Vacaria particpei na Câmara de Vereadores de um debate sobre Previdência e trabalho e também da instalação da Frente Parlamentar de Promoção e Defesa da Igualdade, sendo presidenta a vereadora Selmari – PT racial.

Foi um grande evento. Agradeço a todos pelo carinho e ao presidente do Poder Legislativo, vereador Marcos Lima do PTB.

Também estiveram presentes o deputado federal Henrique Fontana e o ex-prefeito da cidade de Vacaria, Eloi Poltrieri.

Vi em Vacaria, em Pelotas, em Taquara, Alvorada, em Rio Grande, e outras cidades, e em outras cidades que passei um verdadeiro fórum de resistência ao desmonte do Estado Brasileiro que o governo Temer e seus aliados vem fazendo.

Evento e situação dos Institutos Federais.

Na segunda-feira dia 13 estive palestrando para professores, funcionários e alunos do IF Sul-rio-grandense, campus avançado de Novo Hamburgo.

Lá pude presenciar mais uma vez, pois tenho visitados diversos Institutos, o desmonte da educação pública.

Caros colegas, se eu, Paulo Renato Paim estou aqui falando dessa tribuna, se entrei neste Congresso Nacional em 1987 como Deputado Constituinte e hoje sou senador, devo isso ao povo do Rio Grande do Sul, mas em especial ao ensino técnico que transformou minha vida!

Lajeado – Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação.

Participaram os Deputados Federais Dionilso Marcon e Elvino Bohn Gass. Lá foi tratada questões relativas ao Estatuto do trabalho e a reforma trabalhista. Parabéns aos organizadores pela mobilização.

Roteiro pela região Sul do RS – Dias 15 e 16 de novembro.

Realizei um roteiro de atividades diversas pelas cidades de Pelotas, Rio Grande e Capão do Leão.

Neste roteiro tenho que registra as presenças dos deputados Estaduais Zé Nunes, Miriam Marrone, do prefeito Alexandre Lindemayer e do prefeito de Capão do Leão Mauro Nolasco, e do presidente da CUT Claudir Nespolo. E o ex-prefeito de Pelotas Fernando Marrone.

45° Feira do Livro de Pelotas.

No feriado do dia 15 de novembro estive autografando e distribuindo a obra “O Dragão Debaixo da Cama” que trata do impacto das reformas trabalhista e previdenciária na vida dos Brasileiros, na 45° Feira do Livro de Pelotas.

Lá conversei, abracei, beijei e recebi o carinho do povo daquela cidade que é conhecida como “A Princesa do Sul”. Foram mais de 200 livros autografados.

PIBID – Mas, naquela tarde, tive uma grande surpresa. Fui convidado por um grupo de estudantes para participar de uma manifestação que ocorria ali mesmo na praça Coronel Pedro Osório.

Os jovens lá presentes em grande número, em torno de 400 pessoas, estavam se manifestando em defesa do PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, que é mais um programa social que o governo Temer corta as verbas.

O programa serve para aperfeiçoar e valorizar a formação de professores da educação básica. O PIBID concede bolsas a alunos de iniciação à docência desenvolvidos pelas universidades, em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino.

O movimento lá em Pelotas é coordenado pelos alunos da UFPEL – Universidade Federal de Pelotas, mas envolve todas as universidades do país e tem como objetivo a defesa da continuidade do PIBID, que cessem os cortes de verbas e que o programa tenha continuidade, pois pelo que se tem notado, o governo Temer quer acabar com o programa como acabou com o Farmácia Popular.

Marquei para o dia 7 de dezembro, às 9h da manhã uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos para debater o tema.

Documento sobre a plataforma P-71 – Pólo Naval de Rio Grande.

Na cidade de Rio Grande, conversei com o prefeito Alexandre Lindemayer e com líderes sindicais liderados por Claudir Nespolo, Presidente da CUT/RS.

Eles me entregaram um documento da empresa ECOVIX, datado de 10 de outubro de 2017, endereçado à direção da Petrobras tratando do desmonte dos blocos executados para a construção da Plataforma P-71.

Este documento indica com todos os números, que existe uma outra solução para esta importante questão.

A proposta mostra que podemos resolver de vez o problema gerando emprego, liberando o estaleiro, possibilitando a continuidade da plataforma e não gerando custos adicionais a Petrobras.

Prometo que analisarei o documento com atenção, vou dar os encaminhamentos e farei um pronunciamento específico para debater este tema.

Na cidade Rio Grande participei de um evento da Frente Brasil Popular organizada pelo militante Celso Carvalho.

Além de debater os temas de interesse da nossa gente, recebi um documento que me emocionou muito. Foi uma carta escrita à mão que recebi das Sr^{as} Sonia Julieta Rocha Costa e Maria Madalena Caldas.

Elas fizeram um abaixo assinado recolhendo assinaturas contra a reforma trabalhista e seus impactos negativos em direitos como PENSÕES e BPC – Benefício de Prestação Continuada.

São cidadãos pertencentes às parcelas mais vulneráveis da população, pois recebem até dois salários mínimos.

Sabe o que elas pedem nesse abaixo assinado? Nessa linda iniciativa? Segundo elas, “Uma redação mais justa relativa aos parágrafos relacionados às pensões por morte de genitores e ao Benefício de Prestação Continuada”.

Sônia e Maria Madalena: Vocês me tocaram fundo com essa grande iniciativa. Espero que vocês consigam contagiar os corações e mentes deste governo e dos deputados e senadores.

Em Pelotas, na quinta-feira, dia 16, fiz uma fala no painel de Resistência Jurídico Política contra a Reforma Trabalhista organizado pela ASUFPel - Sindicato dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas.

Na Assembleia Legislativa do RS.

Na sexta-feira, dia 17, pela manhã, participei de evento do FSST – Fórum Sindical da Saúde do Trabalhador, onde debati ao lado de técnicos do mais alto nível as consequências que a reforma trabalhista trará na vida dos trabalhadores.

Agradeço ao coordenador do FSST, Alfredo Gonçalves, e sua equipe pelo convite e pelo belo evento. Também participaram o Deputado Estadual Adão Villaverde e o presidente da CUT, Claudir Nespolo.

Semana da Consciência Negra em Saio Leopoldo.

Para comemorar a semana da Consciência Negra, participei, além do evento já citado em Vacaria, de um ato na noite de 17 de novembro, na Câmara de Vereadores de São Leopoldo, organizado pelo Prefeito Ary Vanazzi, vereadora Ana Afonso, Secretária de política para as Mulheres Danusa Silva; a diretora da Igualdade Racial Nadiar Maria de Jesus e a procuradora da secretaria da saúde Angélica Nery.

63º Feira do Livro de Porto Alegre.

Mais uma vez cumpri um compromisso que para mim já é tradição.

Na tarde de deste último sábado, dia 18, autografei o “Dragão Debaixo da Cama”, na 63º Feira do Livro de Porto Alegre.

Passei uma agradável tarde onde mais de 500 livros foram autografados. Cada pessoa me deu um forte abraço e muitas delas me falavam no meu ouvido... “Força Paim” “estamos rezando por você”, “continua teu combate contra as injustiças dessa gente”.

Resumindo esses 10 dias que estive no RS. Seguidamente comento aqui dessa tribuna que “Fui beber da fonte do povo”. Isso me dá força, me dá energia para seguir no bom combate, afinal como diz o poeta “o caminho a gente faz caminhando”.

Era o que tinha a dizer.

Mensagem do Presidente da República



Mensagem nº 443

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários; altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, a Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, o Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, e a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001; revoga o Decreto-Lei nº 448, de 3 de fevereiro de 1969, e dispositivos da Lei nº 9.447, de 14 de março de 1997, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017.

Brasília, 13 de novembro de 2017.



Projeto de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2017

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a paralisação de obras públicas.

AUTORIA: Senador José Medeiros (PODE/MT)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador José Medeiros

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a paralisação de obras públicas.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida da seguinte Seção:

Seção VI

Da Paralisação da Execução de Contratos de Obra Pública

Art. 80-A. Constatada qualquer irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, não sendo possível o saneamento, a decisão, administrativa ou judicial, sobre a paralisação da obra somente será adotada na hipótese em que se revelar como medida de interesse público, observados, necessariamente, os seguintes aspectos:

I – impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;

II – riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;

III – motivação social e ambiental do empreendimento;

IV – custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;

V – despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;

VI – despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;

VII – medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou da entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;

VIII – custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;

IX – empregos diretos e indiretos perdidos em razão da paralisação;

X – custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;

XI – custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

Parágrafo único. Caso a paralisação não se revele como medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de cobrança de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da aplicação de penalidades e da apuração de responsabilidades.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É inegável que a paralisação de obras é um dos principais problemas da gestão pública brasileira. Por conta desse problema, os custos de execução muitas vezes disparam, em razão de serviços que ficam, às vezes, paralisados por meses, ou até anos. Após a retomada, muitas estruturas se perderam, e mesmo o projeto pode se mostrar obsoleto – isso sem contar no custo de oportunidade de não se ter usufruído a obra em tempo muito menor.

Logicamente, a paralisação de obras decorre de muitos fatores, como o não pagamento de parcelas pelo Estado, a falência da empresa contratada, ou mesmo a identificação de vícios insanáveis na licitação ou no contrato. Outras vezes, porém, os custos da paralisação poderiam ter sido evitados, inclusive com a adoção de medidas menos gravosas quanto à execução dos trabalhos, e mais gravosas contra os responsáveis pelas irregularidades ou ilegalidades.

Para solucionar esse difícil problema, propomos este Projeto de Lei do Senado (PLS), cujo intuito é modificar a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993), a fim de impor uma análise de custo, risco e benefícios da suspensão provisória de obras públicas.

Previsão semelhante já fora inserida no Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 559, de 2013, que busca instituir a nova Lei de Licitações (em substituição à Lei nº 8.666, de 1993). Na versão do Substitutivo aprovado no Plenário do Senado Federal em 3 de fevereiro de 2017 e remetido à Câmara dos Deputados, a matéria consta do art. 100. De qualquer



SF/17277.52045-25

3

maneira, a matéria encontra-se na Câmara dos Deputados. Por se tratar de Projeto extenso e complexo, no entanto, não somos exatamente otimistas quanto à rapidez de tramitação da matéria, por isso entendemos que a questão merece tratamento em PLS autônomo.

Nele, o que se busca é apenas regulamentar e impor condições para o exercício desse poder, até mesmo por meio da técnica da ponderação entre os bens jurídicos envolvidos. Não se trata de impedir, por exemplo, a concessão de cautelares judiciais ou administrativas que paralise obras, mas apenas impelir as instâncias decisórias a que analisem outras possibilidades menos gravosas ao interesse público, e muitas vezes mais efetivas.

Por considerarmos que não haverá resistências fundamentadas ao PLS, ora o apresentamos, esperando contar com o decisivo apoio dos nobres Pares em sua rápida aprovação, já que, com isso, estaremos beneficiando quem mais precisa das obras públicas – o povo, que nos elegeu a todos.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ MEDEIROS



SF/17277.52045-25

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 - Lei de Licitação; Lei de Licitações e Contratos -
8666/93

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1993;8666>

Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 988, DE 2017

Requer, nos termos do disposto no Art. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata do Voto de Pesar pelo falecimento no dia 18 de novembro do corrente ano, da Professora e Defensora dos Direitos Humanos, Derlei Catarina de Luca, bem como a apresentação de condolências à família.

AUTORIA: Senador Dário Berger (PMDB/SC)

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO N° , DE 2017

Requeiro, nos termos do disposto no Art. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata do Voto de Pesar pelo falecimento no dia 18 de novembro do corrente ano da Professora e Defensora dos Direitos Humanos Derlei Catarina de Luca, bem como a apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 2017.

Senador **DÁRIO BERGER**
PMDB / SC



SF/17009.61386-46

Término de prazos



Encerrou-se em 17 de novembro o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara n^os 134, de 2015; e 82, de 2017.

Não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

Encerrou-se no dia 17 de novembro o prazo sem interposição de recurso no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado n^{os} 228, 267 e 424, de 2016.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

-PMDB - Edison Lobão*
-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
-PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

-PMDB - Airtton Sandoval* (S)
-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
-PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
-PMDB - Raimundo Lira* (S)
-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PDT - Sérgio de Castro* (S)
-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
-PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

-PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
-PMDB - Waldemir Moka*
-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
-PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 22

Airton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Fernando Bezerra Coelho.	PE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 15 PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12 PT-9 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Sérgio de Castro.	PDT / ES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 10

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-3

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PROS - 1

Hélio José.	DF
-------------	----

PMDB.	22
Bloco Social Democrata.	15
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	10
Bloco Moderador.	9
PROS.	1
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (-PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (-PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (-PROS-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (-PMDB-PA)	Renan Calheiros* (-PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (-PMDB-MA)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião* (-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (-PMDB-PB)	Romero Jucá* (-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (-PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Dário Berger** (-PMDB-SC)	Kátia Abreu** (-PMDB-TO)	Sérgio de Castro* (Bloco-PDT-ES)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (-PMDB-MS)
Edison Lobão* (-PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (-PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (-PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (-PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (-PMDB-SP)	Waldemir Moka* (-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (-PMDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (-PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

<p style="text-align: center;">COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA</p>

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)

COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS		
<p>PMDB - 22</p> <p>Líder Raimundo Lira - PMDB (138)</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp (141) Simone Tebet (142)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Eduardo Amorim - PSDB (70,103,140)</p> <p>Vice-Líderes Davi Alcolumbre (74,87,132,150) Ataídes Oliveira (75)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (100)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (104)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p>Líder Wilder Morais - PP (39,122,131,147)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (106) Otto Alencar (49)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 7 Benedito de Lira (106)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (45,101)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 12</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,126,134,135)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,59,62,89,126,134,135)</p> <p>Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,125)</p> <p>Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (8,26,116)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 10</p> <p>Líder João Capiberibe - PSB (1,11,114,153,154)</p> <p>Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (13,19,145)</p> <p>Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (52,71,146)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,157)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p>Líder do PODE - 3 Alvaro Dias (16,65,136)</p> <p>Vice-Líder do PODE Romário (137,152)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109)</p> <p>Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,58,84,99,127)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97)</p> <p>Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (105)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p>Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (111)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB (119)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,130,144) Davi Alcolumbre (74,87,132,150) Flexa Ribeiro (128,151) José Medeiros (12,14,18,88,129,143,149) Sérgio Petecão (10,133,148) Wilder Morais (39,122,131,147)</p>	<p>PROS - 1</p> <p>Líder Hélio José - PROS (42,48,86,155)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Raimundo Lira - PMDB (138)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,113)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).

65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
107. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 11/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
114. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
115. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).

126. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017).
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017).
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017).
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM).
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM).
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

**1) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO
DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lasier Martins (PSD-RS)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Hélio José (PROS-DF)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldês e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

5) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS**Finalidade:** Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****RELATOR:****Prazo final prorrogado:** 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.

6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.
*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DA PREVIDÊNCIA

Finalidade: Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁶⁾

Leitura: 21/03/2017

Instalação: 26/04/2017

Prazo final: 08/09/2017

Prazo final prorrogado: 06/11/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Dário Berger (SC) ⁽⁵⁾
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(2,7,9)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁸⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁴⁾	

Notas:

*. Em 16.08.2017, foi lido o Requerimento nº 647, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 60 dias.

1. Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).

2. Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).

3. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).

4. Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).

5. Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDB).

6. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPREV).

7. Em 2.05.2017, o Senador Ataídes de Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).

8. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

9. Em 24.10.2017, o Senador foi designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 226/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Felipe Gerales - Adjunto Marcelo Assaife

Telefone(s): 61 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).
2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT).
3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).
4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492

3)CPI DO BNDES

Finalidade: Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997; bem como investigar eventuais irregularidades nas operações voltadas ao apoio à administração pública, em especial a linha denominada BNDES Finem - Desenvolvimento integrado dos Estados.

(Requerimento nº 375, de 2017)

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽²⁾

Leitura: 25/05/2017

Instalação: 02/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senador Aírton Sandoval (SP) ⁽³⁾	1. Senador Zeze Perrella (MG) ^(3,6)
Senador Elmano Férrer (PI) ⁽³⁾	2. Senador Romero Jucá (RR) ⁽³⁾
Senador João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,13)	2.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,5)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(4,11)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(7,10)

Notas:

1. Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)
2. Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIBNDES).
3. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Aírton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB)
4. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD)
5. Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 27/2017-GLDEM).
6. Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB)
7. Em 10.08.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 87/2017-BLOMOD)
8. Em 17.08.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de ocupar a vaga de titular na comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 193/2017-GLPSDB).
9. Em 31.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. 69/2017-BLDPRO)

10. Em 12.09.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 92/2017-BLOMOD)
11. Em 19.09.2017, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLPRD)
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
13. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de titular do Bloco Democracia e Cidadania (Of. 218/2017-GPSDB).

Secretário(a): Donaldo Portela / Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-3511

E-mail: coceti@senado.gov.br

4)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾	1. Senador Eduardo Braga ^(6,9)
Senador Roberto Requião ^(6,9)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁶⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾
Senadora Rose de Freitas ^(6,22)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁶⁾	5. VAGO ^(18,21)
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,14,16)	6. Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP) ^(1,13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,23)	2. VAGO ^(3,23)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(4,17)	1. VAGO ^(4,20)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,10)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾	3. ^(8,10,17)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁵⁾	2. VAGO ^(5,11,12)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,15)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Atáides Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
13. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
14. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
15. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
16. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
17. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
18. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
23. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Majoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).

9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Aírton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Aírton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)

2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).

3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,12,35)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. n°004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspensão de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPDC).
35. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (2,16)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
------------------	------------------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Aírton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).

Secretário(a): Airtton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO (6,10)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO (1,8)	1.
VAGO (1,11)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (18)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 83, de 2017)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

- Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 - Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 - Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- *. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- ** Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
^(4,18)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga ⁽⁷⁾	2. Senadora Kátia Abreu ^(7,9,10)
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(7,15)	3. Senadora Rose de Freitas ⁽⁷⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁷⁾	4. Senador Jader Barbalho ⁽⁷⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁷⁾	5. Senador Valdir Raupp ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽³⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽³⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,8,11)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁸⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
^(1,16)	2.
VAGO ^(14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾	3. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
------------------	------------------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(4,12)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁹⁾
^(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,16)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
------------------	------------------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁸⁾	1. Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾
VAGO ^(8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾	3. Senador Dário Berger ⁽¹⁶⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(5,13,19)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº 013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº 023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
13. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Aírton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Oscar Pener do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Senador Airtton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO (15)	
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)		4. (1)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)			

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº 024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº 69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 31/05/2017, nos termos do Ofício nº 220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017-BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
REDE
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
PTC
PODE

PROS

Atualização: 08/02/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS	
PTB	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	
PSC	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	
PMDB	
Senador Romero Jucá (RR)	
(1)	

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE
PROS

Atualização: 01/06/2017

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE

PROS

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PSB
VAGO
PDT
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
PCdoB
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
REDE
PTC
PODE
PROS

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE
PROS

Atualização: 18/10/2016**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE
PROS

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE

Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL*(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS

16) COMENDA ZILDA ARNS*(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE

17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS

Notas:

*. Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).

**18) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
VAGO
PCdoB
VAGO
PDT
VAGO
PMDB
VAGO
PP
VAGO
PPS
VAGO
PR
VAGO
PRB
VAGO
PSB
VAGO
PSC
VAGO
PSD
VAGO
PSDB
VAGO
PT
VAGO
PTB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE
PROS

Atualização: 01/06/2016

Notas:

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

19) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS

Notas:

*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

